



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Tecnologia e Ciências

Instituto de Geografia

Edivan de Oliveira Fulgencio

**Mobilizações coletivas em Campo Grande, RJ, do direito à cidade à  
utopia anticapitalista global.**

Rio de Janeiro

2020

Edivan de Oliveira Fulgencio

**Mobilizações coletivas de Campo Grande, RJ, do direito à cidade à utopia anticapitalista global**

Dissertação de Mestrado apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dra. Regina Helena Tunes

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC/C

F963 Fulgencio, Edivan de Oliveira.  
Mobilizações coletivas de Campo Grande, RJ, do direito à cidade à utopia anticapitalista global / Edivan de Oliveira Fulgencio. – 2020.  
176 f.: il.

Orientadora: Regina Helena Tunes.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia.

1. Movimentos sociais – Campo Grande (Rio de Janeiro, RJ) – Teses. 2. Territorialidade humana – Campo Grande (Rio de Janeiro, RJ) – Teses. 3. Comunidade – Desenvolvimento – Campo Grande (Rio de Janeiro, RJ) – Teses. 4. Geografia humana – Campo Grande (Rio de Janeiro, RJ) – Teses. I. Tunes, Regina Helena. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. III. Título.

CDU 304(815.3)

Bibliotecária responsável: Taciane Ferreira da Silva / CRB-7: 6337

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Edivan de Oliveira Fulgencio

**Mobilizações coletivas de Campo Grande, RJ, do direito à cidade à utopia anticapitalista global.**

Dissertação de Mestrado apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Gestão e Estruturação do Espaço Geográfico.

Aprovado em 14 de dezembro de 2020.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Regina Helena Tunes (Orientadora)

Instituto de Geografia – UERJ

---

Prof. Dr. André Santos da Rocha

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Floriano José Godinho de Oliveira

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof. Dr. Hindenburgo Francisco Pires

Instituto de Geografia – UERJ

Rio de Janeiro

2020

## DEDICATÓRIA

A análise crítica, engajada e militante, esperançosa de melhores construções da expressão cultural humana que denominamos cidade, não seria a mesma, não fossem a acolhida, orientação e ensinamentos do eterno Professor Dr. Gilmar Mascarenhas, a quem rendo singela homenagem (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

A Deus, força criadora do Comum.

A meus pais, Ana e Wildis, Mestres na Ciência da vida, pelo apoio. Desde a primeira sílaba articulada, a educação pelo exemplo de grandiosidade na humildade, a dignidade vencendo preconceitos, até a disponibilidade da casa de mãe, eterno espaço para estudos, pesquisas, lágrimas, abraços, esperança. Raízes da luta por um mundo melhor e pelo Comum.

Dircelene, Vinícius, Lucas e Valentim. Perdão pela distância na proximidade. Obrigado pela paciência e compaixão.

Aos movimentos sociais e coletivos populares de Campo Grande, motivo de orgulho pela minha raça e pelo meu lugar de fala. Esta dissertação foi sim, uma construção coletiva. Fica o alerta, em tom de "vem com a gente" de que a iniciativa não vire um arquivo eletrônico, um volume de biblioteca. Ao contrário, rompa os muros da Academia e se torne, ela também, instrumento da luta pelo Comum. Me ajudaram a viver, na prática, a Geografia em Movimento.

À estimada orientadora, Professora Dra. Regina Helena Tunes. Geógrafa ímpar e ser humano raro. Empatia, desprendimento, dedicação e paciência aliados à energia de quem sabe tirar o melhor das pessoas e de suas potencialidades. Transformou um autodidata esforçado em um pesquisador entusiasta da ciência geográfica, suas possibilidades e utopias.

## RESUMO

FULGENCIO, Edivan de Oliveira. *Mobilizações coletivas de Campo Grande, RJ, do direito à cidade à utopia anticapitalista global*. 2020. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2020.

Esta dissertação resulta de pesquisa científica na busca de compreensão do papel dos coletivos populares urbanos como novas formas de mobilização e organização popular em um território empiricamente observado como carente de políticas públicas, as quais têm sido negligenciadas ao longo das últimas décadas, em contraponto ao crescimento populacional observado. A abordagem metodológica terá como auge o levantamento dos coletivos populares em atuação na Região administrativa de Campo Grande, Rio de Janeiro, e culmina com o estudo de caso de um dos coletivos populares em ação na Região de Campo Grande, Rio de Janeiro: Coletivo Tudo Numa Coisa Só. O desenvolvimento da dissertação se dá através de três eixos estruturantes, concebidos a partir da pesquisa exploratória dos diversos pensadores e geógrafos ocupados com o direito à cidade e os movimentos sociais, além da experiência de Geografia militante junto aos coletivos, os quais são analisados como **espaços de esperança** na disputa pelos **comuns urbanos** com as classes dominantes e o Estado cooptado. Por fim se analisa Campo Grande como um **território de resistências** com potencial de participarem da utopia da construção de um movimento anticapitalista mundial.

Palavras-chave: Direito à cidade. Movimentos sociais. Coletivos. Movimento anticapitalista global. Comuns urbanos.

## ABSTRACT

FULGENCIO, Edivan de Oliveira. *Collective mobilizations in Campo Grande, RJ, from the right to the city to the global anti-capitalist utopia*. 2020. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2020.

This master thesis results from scientific research in the search to understand the role of urban popular collectives as new forms of mobilization and popular organization in an empirically observed territory as lacking public policies, which have been neglected over the last decades, in contrast the observed population growth. The methodological approach will culminate in the survey of popular collectives operating in the administrative region of Campo Grande, Rio de Janeiro, and culminates in the case study of one of the popular collectives in action in the region of Campo Grande, Rio de Janeiro: Colletive Tudo numa coisa só. The development of the master thesis takes place through three structuring axes, conceived from the exploratory research of the various thinkers and geographers concerned with the Right to the city and with social movements, in addition to the field research with the collectives, which will be analyzed as **spaces of hope** in the dispute for **urban commons** against dominant classes and the co-opted State. In parallel, Campo Grande is analyzed as a **territory of resistances** with the potential to participate in the utopia of the construction of a worldwide anti-capitalist movement.

Keywords: Right to the city. Social movements. Collectives. Global anti-capitalist movement. Urban commons.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 –	Regiões administrativas do município do Rio de Janeiro. XVIII RA Campo Grande em destaque.....	23
Figura 1 –	RA Campo Grande (Destaque em círculo vermelho), Dinâmica rural-urbano 1984/2016.....	25
Tabela 1 –	Crescimento Populacional da Região Administrativa Campo Grande 1991-2010.....	26
Tabela 2 –	Estimativa Populacional da Região Administrativa Campo Grande 2013 – 2020.....	26
Tabela 3 –	Bairros mais populosos do Brasil, Censo 2010.....	27
Figura 2 –	Mapa mental da pesquisa empreendida.....	39
Quadro 1 –	Desenho esquemático da Dissertação .....	40
Figura 3 –	O coletivo Tudo numa coisa só, em uma reunião na Praça Rosária Trota, Campo Grande. RJ .....	50
Quadro 2 –	Transições hegemônicas e conflito social.....	71
Quadro 3 –	Esquema do sistema de práticas Urbanas proposto por Castells (1983, p.378. il.) .....	87
Quadro 4 –	Esquema da disputa pelos comuns urbanos no contexto dos coletivos urbanos .....	91
Figura 4 –	A Zona Oeste retratada como "sertão carioca" até a década de 1960.....	112
Figura 5 –	BR101 (nomeada como Avenida Brasil ao atravessar a cidade do Rio de Janeiro) principal via da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.....	117
Quadro 5 –	Evolução do fenômeno urbano.....	118
Figura 6 –	Exemplos de novos equipamentos urbanos na transformação espacial de Campo Grande .....	121
Mapa 2 –	Localização de empreendimentos PMCMV x favelização .....	123
Figura 7 –	Foto de fachada da entrada do condomínio Contemporâneo Design Resort, na Estrada da Cachamorra, Campo Grande.....	125
Figura 8 –	Comunidade Nossa Senhora das Graças - Carobinha. ....	125

Figura 9 –	Mapa turístico do Rio de Janeiro.....	127
Figura 10 –	Mapa ilustrado e personalizado de uma visão geral da cidade do Rio de Janeiro .....	127
Figura 11 –	Bosque das Caboclas. Ocupação e um dos pontos de encontro da Coletiva.....	137
Figura 12 –	Rede CAU em ação no evento "Tira caqui 2019". .....	140

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AARJ	Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro
ABC	Acrônimo de Santo André, São Bernardo e São Caetano. Região industrial do Estado de São Paulo
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANPG	Associação Nacional de Pós-Graduandos
AP	Áreas de Planejamento do Município do Rio de Janeiro
APAs	Áreas de Proteção Ambiental
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BRT	Bus Rapid Transit System (Sistema Rápido de Transporte por Ônibus)
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEP	Acrônimo para Código de Endereçamento Postal
CCJC	Comissão permanente de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.
CEPMMA	Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves
CMP	Central de Movimentos Populares
COI	Comitê Olímpico Internacional
Comlurb	Companhia de Limpeza Urbana
DCE	Diretório Central de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EUA	Estados Unidos da América
FARD-ZO	Frente Ampla de Resistência Democrática da Zona Oeste
FEUC	Fundação de Ensino Unificado Campograndense
FIFA	Federation International of Football Association (Federação Internacional das Associações de Futebol)
G-20	Grupo dos vinte. Reunião de cúpula de representantes da economia dos 19 países mais desenvolvidos economicamente e da União Europeia
GO	Estado de Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFHEP	Instituto de Formação Humana e Educação Popular
IPP	Instituto Pereira Passos

LGBTQIA+	Acrônimo para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer – quem transita entre os gêneros feminino e masculino, e mesmo fora da binaridade masculino-feminino, I, que diz respeito ao intersexo – identidade de gênero de pessoas cujo desenvolvimento sexual corporal (seja por hormônios, genitais, cromossomos ou outras características biológicas) é não-binário; Assexuais, +, do ponto de vista da orientação sexual, se define como pansexual <sup>1</sup>
MCMV	[ou PMCMV] [Programa habitacional] Minha Casa Minha Vida
Mercosul	Mercado Comum do Sul.
MG	Estado de Minas Gerais
MIR ZO	Movimento Inter-Religioso da Zona Oeste
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MPL	Movimento Passe Livre
MST	Movimento dos trabalhadores rurais Sem Teto
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ONGs	Organizações não Governamentais
PDS	Partido Democrático Social. Partido de direita, substituto da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), como sigla agregadora das elites conservadoras no Brasil durante o processo de redemocratização.
PE	Estado de Pernambuco
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PODE	Partido Podemos
PPGEO	Programa de Pós-graduação em Geografia
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RA	Região Administrativa do Município do Rio de Janeiro
Rede CAU	Rede Carioca de Agricultura Urbana
RJ	Rio de Janeiro
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural

---

<sup>1</sup> Fonte: ROMERO, Rafael. **O que significa cada letra da sigla LGBTQIA+**. É bom Saber, Blog Social 1. Disponível em: <https://blogs.ne10.uol.com.br/social1/2020/06/30/o-que-significa-cada-letra-da-sigla-lgbtqia/> Acesso em 03.nov.2020

RR	Estado de Roraima
RUA	[Coletivo] Revolucionário Urbano de Arte
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESC	Serviço Social do Comércio
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SP	Estado de São Paulo
TIC(s)	Tecnologias de Informação e Comunicação
TNCS	Coletivo Tudo Numa Coisa Só
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UCs	Unidades de Conservação
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UBES	União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEGRO	União Nacional de Negras e Negros Pela Igualdade
VUNC	Valor, Unidade, Números e Comprometimento, formas peculiares de representação dos coletivos, reconhecíveis pelos públicos locais
ZO	Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

	<b>AUTOAPRESENTAÇÃO</b> .....	14
	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
1	<b>COLETIVOS URBANOS, DE REDES DE INDIGNAÇÃO A ESPAÇOS DE ESPERANÇA</b> .....	42
1.1	<b>A construção é coletiva</b> .....	44
1.2	<b>A abordagem clássica de movimentos sociais</b> .....	53
1.2.1	<u>Movimentos sociais antes de 1970</u> .....	56
1.2.2	<u>Movimentos Sociais contemporâneos</u> .....	57
1.3	<b>Dos movimentos sociais aos coletivos urbanos: Da zona de conforto às redes de indignação</b> .....	59
1.4	<b>De redes de indignação a espaços de esperança</b> .....	64
1.5	<b>Movimentos sociais e os ciclos de acumulação capitalista</b> .....	68
1.6	<b>Os coletivos e a utopia dialética: serão capazes de abalar lógica de acumulação do sistema capitalista?</b> .....	73
2	<b>NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE, A REVOLUÇÃO DO COMUM</b> .....	74
2.1	<b>A Revolução do Comum e o direito à cidade</b> .....	79
2.2	<b>A política urbana, os bens comuns, o direito à cidade</b> .....	84
2.3	<b>Espaço urbano, política coletiva</b> .....	93
2.4	<b>Se a cidade é direito, a rede é espaço de luta</b> .....	98
2.5	<b>Mobilizações coletivas e a utopia espaço-temporal do fim do capitalismo</b> .....	101
3	<b>RESISTÊNCIA LOCAL, UTOPIA GLOBAL</b> .....	108
3.1	<b>Campo Grande, território de resistências</b> .....	110
3.2	<b>O tecido urbano avança pela Avenida Brasil</b> .....	116
3.3	<b>A construção é coletiva</b> .....	131
3.3.1	<u>Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves (CEPMMA)</u> .....	133
3.3.2	<u>Coletivo Negro Waldir Onofre</u> .....	135
3.3.3	<u>Coletivo (R)Existe Campo Grande</u> .....	136
3.3.4	<u>Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste (CPMZO)</u> .....	137
3.3.5	<u>Rede Carioca de Agroecologia Urbana – Rede CAU</u> .....	138

3.3.6	<u>IFHEP – Instituto de Formação Humana e Educação Popular</u> .....	140
3.3.7	<u>MIR ZO – Movimento Inter-religioso da Zona Oeste</u> .....	141
3.3.8	<u>Coletivo Social Cultura ZO</u> .....	142
3.3.9	<u>Coletivo Cultural do Rio da Prata</u> .....	142
3.4	<b>O Coletivo Tudo numa Coisa Só</b> .....	143
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	150
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	154
	<b>ANEXO A – Consentimentos de entrevistas</b> .....	158
	<b>ANEXO B – Propostas de Políticas Públicas Socioambientais para Zona Oeste (AP5) - Eleições Municipais de 2020</b> .....	174

## AUTOAPRESENTAÇÃO

O tema desta dissertação: “Mobilizações coletivas de Campo Grande, Rio de Janeiro, do direito à cidade à utopia anticapitalista global” é fruto de uma busca pessoal pela construção de legado. Haja vista, o meio século de vida do autor. Dos quais menos de dez, os últimos, dedicados à Geografia. Ciência, a qual por infortúnios e desencontros, só se apresenta como capacidade reflexiva, após longos anos de busca por possíveis respostas à motivação interior para a luta por, ao menos entender os processos formadores da realidade vivida e percebida. E, porque não, transformá-la em uma realidade concebida para o bem comum.

Apresento então, um pouco da minha trajetória para situar o quanto a Geografia, de forma tardia, porém, percebida primeiro como humana, urbana e crítica vai impactar minha vida.

A partir desta pesquisa, descubro uma prática geográfica militante, integrando-se à minha história de vida e às minhas crenças e motivações para as quais procuro encaminhar minha formação como professor e pesquisador. Mais tarde, espero entregar minha dedicação e luta por que mais cedo e mais pessoas oriundas dos andares mais baixos da escala social, ascendam e tenham acesso à oportunidade de construir sua vida de acordo com os parâmetros da paz, da felicidade e do bem comum para todas e todos.

Nascido na periferia da Baixada Fluminense e tendo morado em conjuntos habitacionais e subúrbios da cidade do Rio de Janeiro, até a mudança para o emergente Bairro de Campo Grande na Zona Oeste. Para o jovem sonhador, a produção dialética e contraditória do espaço estava ali o tempo todo, porém, faltavam as ferramentas teóricas e reflexivas para entendimento. Estas viriam apenas aos 47 anos, quando do encontro com a Geografia humana, crítica, e mais tarde militante. Diferente da Geografia descritiva aprendida nas escolas públicas e particulares na adolescência e juventude, a qual não inspirou no jovem o encantamento do hoje, adulto, porém, ainda sonhador, pesquisador e professor de Geografia, além de, militante socioambiental.

Licenciado em Geografia em 2017 pelo Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), desde então, venho atuando como professor do Ensino Fundamental e Médio em escolas particulares. Esta atuação

marca o início da minha jornada na profissão de Geógrafo, embora a luta pela construção de espaços constituídos a partir da luta pelo direito à cidade e ao Comum, sejam práticas efetivas desde a adolescência.

Muito jovem, dos 13 aos 17 anos, filho de católicos humildes e fervorosos, teve contato em sua passagem pelo seminário às discussões e propostas da Teologia da Libertação. Lendo autores como Leonardo e Clodovis Boff, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Helder Câmara, Frei Beto, entre outros, percebi que, embora crendo numa proposta de mundo justo e fraterno a partir dos ensinamentos de Jesus Cristo, não seria a Igreja o meio a proporcionar esta transformação.

Muito embora, jovem ainda, tenha participado de experiências transformadoras como a participação na Pastoral das Favelas em Acari, os Círculos Bíblicos e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na Fazenda Botafogo e Bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Além da participação e organização do Congresso da Juventude Operária Católica (JOC) em 1982. Oportunidade em que se aproximou do Partido dos Trabalhadores e teve acesso às discussões e construções políticas da redemocratização: comícios das eleições municipais de 1982, a primeira com participação do Partido dos Trabalhadores (PT). Passeatas pelo fim da ditadura e posteriormente o movimento pelas “Diretas Já”.

A militância política, porém, com maior força uma dose natural de imaturidade implicou na expulsão do Seminário São José e retiraram o perfil militante utópico do jovem sonhador, por algum tempo. Deu-se então uma fase em que a força da juventude e o primeiro emprego efetivamente de “carteira assinada”, o acesso a algum dinheiro, a amizade de jovens da Zona Sul do Rio, abafaram os ideais de luta e viveu-se uma fase “drugs & rock’n roll”. Porém, acelerou-se a entrada na maturidade, quando ainda jovem me casei e senti o peso das contas, responsabilidades e obrigações de homem casado e pai.

O casamento e a vida familiar empurraram-me à entrega e dedicação na mais concreta forma de mais-valia capitalista, no esquema e fluxo de trabalhar com a oportunidade dada, estudar “para crescer” na profissão e buscar ascender profissional e socialmente a partir da Tecnologia da Informação. Algumas demissões injustas e terceirizações inexplicáveis apesar de todo o esforço e busca pelo autodesenvolvimento se multiplicaram proporcionalmente à frustração por aparentemente nunca estar bom o suficiente na luta para atender ao perfil empresarial desejado e imposto pelo mercado de trabalho capitalista.

Era interessante, em alguns processos de seleção, as justificativas para a não contratação: O seu Currículo é excelente, você é o indicado, mas falta algo. Além da questão espacial: “Campo Grande é no Rio, mesmo?”. “Vai ter condução pra cá”? Ou outras de fundo paternalista e assistencialista: “Nossa, você é um guerreiro. Que vitória chegar até aqui!” Embora, naquele momento o que se quisesse era ir adiante. E lá vinha mais um curso, mais uma especialização, mais uma certificação.

Aos 45, o mercado capitalista mostrou a cara de forma pesada. Em meio à crise capitalista mundial, uma estratégia errada de mudança de emprego empurrou-me para o desemprego numa idade já difícil na área de trabalho em que atuava: tecnologia. Além dos preconceitos, a disputa pelas poucas vagas disponíveis em Gerência de Projetos de Infraestrutura, trouxe a necessidade de mudar de área e buscar novas formas de sobreviver. De imediato: consultorias autônomas para pequenas empresas, depois aulas particulares e quando já motorista de Uber, a tomada de consciência: necessidade de mudança. E, uma vez que a mudança era inevitável, que fosse radical e trouxesse realização pessoal.

Presto, então ao final de 2013, o vestibular para Geografia no CEDERJ por contemplar a possibilidade de estudar para uma eventual mudança de carreira, mas ainda continuar por algum tempo trabalhando na área de TI. O que de fato ocorre, mas, cada vez mais frustrante e opressor por e me ver obrigado inclusive a retornar a postos de trabalho com menor remuneração e visibilidade, mas com as mesmas responsabilidades e contradições.

É quando o encontro com a Geografia se dá. Conforme, avança a graduação, vou avançando nas discussões e propostas do pensamento geográfico, da geografia humana, da geografia urbana. Se esboça o entendimento da realidade vivida a partir da perspectiva espaço-temporal. A vida confrontada com os lugares de onde vivo e falo passa a ser vista como processo capaz de ser construído e não determinado pelo nascimento, pela classe social, ou pela entrega do que o capitalismo pede, mas daquilo que desejamos entregar ao planeta, ao próximo e a nós mesmos. Porém, pelo momento de vida em que essa descoberta se dá, quase instintivamente surge a ideia de deixar um legado.

A sala de aula é o primeiro lugar onde esta ideia vai começar a ser realizada. A troca de informações com gerações tão diferentes da minha e em um momento tão complexo para o Brasil, sob o viés geográfico vai ser de fundamental para a certificação de que retomei o caminho. Caminho da utopia, da construção conjunta de

futuros possíveis. Porém, a realidade em que se dá esta descoberta, não se pode ser modificada apenas a partir da sala de aula. Principalmente, sala de aula particular, onde os alunos percebem a realidade do local de onde falo, mas não concebem ou vivem esta realidade.

Em paralelo a toda esta construção de vida, a utopia de um mundo mais justo e com outras formas de relações que não as ditas pelo capital, algumas vezes mais intensamente, outras de forma mais velada, mas sempre estiveram presentes. Mais recentemente têm sido exercitadas na luta política e militante em coletivos do movimento socioambiental. Através dessa luta vou me encontrar com os coletivos populares de Campo Grande, os quais estão desde sempre fazendo a luta pelo direito à Cidade, no lugar onde moro. Ao mesmo tempo, o país pede um movimento único de resistência a toda a forma de destruição das conquistas populares e democráticas empreendidas, justamente ao longo da minha existência.

Um outro fator impactante se dá no momento da minha seleção para o Mestrado no PPGEIO. Tenho acesso ao livro 17 contradições e o fim do capitalismo de David Harvey. Nesta obra, o autor delinea de forma teórica, um sentimento meu da esperança que surjam movimentos capazes de interromper a lógica de acumulação capitalista, responsável pelas contradições que permeiam e tragam a vida das pessoas como permearam e tragaram a minha.

Como essa construção, a meu entender não pode ser e não vai ser feita de forma isolada. Ou seja, não será por um indivíduo, por um partido, por uma igreja, mas sim por uma construção coletiva. Por isso, este trabalho de pesquisa, para entender se a partir dos coletivos de meu bairro, alguns dos quais eu ajudo a construir e consolidar, com minha Geografia Militante, agora descoberta e assumida, a utopia espaçotemporal de uma outra sociedade de relações humanas e sociais mais fortes, inclusivas e não dependentes de capital e trabalho. E sim, mais amor, amizade e tudo que há de bom nesse espaço comunitário universal chamado mundo.

Utopia? Sim! Por que não?

Quero a utopia, quero tudo e mais  
Quero a felicidade dos olhos de um pai  
Quero a alegria, muita gente feliz  
Quero que a justiça reine em meu País  
Quero a liberdade, quero o vinho e o pão  
Quero ser amizade, quero amor, prazer  
Quero nossa cidade sempre ensolarada  
Os meninos e o povo no poder, eu quero ver  
São José da Costa Rica, coração civil  
Me inspire no meu sonho de amor Brasil  
Se o poeta é o que sonha o que vai ser real  
Vou sonhar coisas boas que o homem faz  
E esperar pelos frutos no quintal  
Sem polícia, nem a milícia, nem feitiço, cadê poder?  
Viva a preguiça, viva a malícia que só a gente é que sabe ter  
Assim dizendo a minha utopia  
Eu vou levando a vida, eu vou viver bem melhor  
Doido pra ver o meu sonho teimoso um dia se realizar  
*Milton Nascimento, Fernando Brant<sup>2</sup>*

---

<sup>2</sup> NASCIMENTO, Milton; BRANT, Fernando. Coração Civil. In: **São José da Costa Rica, Coração Civil**. Julinho Bittencourt, Fórum Educação. Revista Forum, 22 jun. 2018. Disponível em <https://revistaforum.com.br/global/sao-jose-da-costa-rica-coracao-civil/>, acesso em 03.nov.2020

## INTRODUÇÃO

Andando por entre os becos  
 Andando em coletivos.  
 Ninguém foge ao cheiro sujo  
 Da lama da manguetown  
 Andando por entre os becos,  
 Andando em coletivos  
 Ninguém foge a vida suja  
 Dos dias da manguetown.  
*Chico Science*<sup>3</sup>

Neste início de século, a sociedade urbana reproduz no espaço a dinâmica dialética histórica da evolução do sistema capitalista e suas contradições, como o processo de acumulação de capital contraposto à exclusão do acesso a bens e serviços mínimos à condição de existência humana por parte significativa da população. Cabe entender estas dialéticas e como se manifestam em nossas vidas e transformam nossas rotinas e modo de viver.

A partir da compreensão dos processos dialéticos e sua manifestação espacial como, por exemplo, a apropriação dos bens comuns direcionados a uns poucos em detrimento da coletividade, cabe posicionar-se. De que lado ficar? Dos capitalistas expropriadores e reprodutores do modelo ou das classes expropriadas, as quais buscam se organizar em iniciativas de lutas visando encerrar os ciclos de expropriação e propor novas formas de organização social e política que impeçam estes arranjos de se perpetuarem no espaço ao longo do tempo?

Para demarcar o posicionamento e introduzir a discussão, remetemo-nos aos versos de Chico Science e Nação Zumbi como epígrafe a esta dissertação. Versos, os quais se referem, segundo Melo Neto (2003) a Recife, PE: planície costeira cortada por seis rios, onde uma cidade cresceu desordenadamente à custa do aterramento indiscriminado e da destruição dos seus manguezais. Na década de 1990, mais da metade dos seus habitantes moravam em favelas e alagados, em situação precária e sem seus direitos básicos atendidos. Por isso a forte crítica social presente na letra, renomeando Recife como Manguetown.

---

<sup>3</sup> SCIENCE, Chico. **Manguetown** in Afrociberdelia. Rio de Janeiro, Chaos, 1996. CD.

Nos apropriamos da letra para introduzir esta dissertação, parafraseando com os versos “andando em coletivos ninguém foge da lama, da vida e dos dias sujos da Manguetown”, os coletivos populares.

Entendemos os coletivos como uma forma alternativa de organização popular, de pessoas, as quais longe de fugir das dificuldades de suas realidades, repetidas na *Manguetown*<sup>4</sup> carioca: uma planície entrecortada por morros e terminada em mangues, qual seja a Região Administrativa de Campo Grande, na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro.

Os versos de Chico Science e Nação Zumbi nos remetem aos coletivos, conforme os próprios se auto definem no jornal comunitário, Vozes das Comunidades:

[...] organizações coletivas e populares que dialogam sobre os problemas e soluções, reivindicando como princípios o direito à participação popular, mobilidade urbana, cultura, direito à agro biodiversidade, e o direito à moradia entre outras pautas seriamente tratadas por estes grupos. (NASCIMENTO, 2018, p.9)<sup>5</sup>.

Nestas novas formas de mobilização coletiva, os agentes, uma vez mobilizados, tencionam de forma ativa a organização da resistência à dominação espacial, tanto social quanto econômica, imposta pelo sistema capitalista e sua consequente apropriação dos comuns urbanos. Nesta dinâmica de disputa, como reporta Ana Fani, “os conflitos que eclodem nas cidades realizam-se como luta pelo espaço, como exercício de cidadania, revelando uma prática cindida, e não um discurso” (CARLOS, 2014, p. 472).

Em um Estado Democrático de Direito, esse embate entre entes representantes de interesses tão conflitantes se dará no campo político. O Estado propondo as políticas públicas e os cidadãos ora reivindicando e conquistando seus direitos, ora protestando e exigindo-os. Como processo desta dinâmica, espera-se a alternância de poder entre grupos representativos das diferentes classes, através das vias democráticas do voto e da participação e organização da sociedade. Em Estados capitalistas, nem sempre os processos obedecem esta dinâmica, bem como há um

---

<sup>4</sup> Interpretação livre do autor da dissertação.

<sup>5</sup> NASCIMENTO, Jane. **Coletivos populares se reúnem na Zona Oeste**. Jornal Vozes das Comunidades, Rio de Janeiro. Setembro de 2018: Ano XIII, número 14. Disponível em: [https://issuu.com/npc\\_/docs/vozes\\_das\\_comunidades\\_ok1111](https://issuu.com/npc_/docs/vozes_das_comunidades_ok1111). Acesso em 20.jan.2019

desequilíbrio de forças, tendendo a ser o lado provido de maiores recursos financeiros, o mais forte.

Nesta dinâmica conflituosa, se observa o embate entre a cidade proposta pelo Estado capitalista, os interesses do capital, seus representantes e os grupos organizados coletivamente pelo direito à cidade. Desta dinâmica resulta o urbano.

Ora como produto da forma como o espaço é arranjado para atender aos interesses do capital. Ora construído, em contrapartida, pelos ajustes reclamados e disputados em oposição ao modelo de arranjo capitalista, pela sociedade organizada interessada em obter os recursos mínimos necessários para sua vida cotidiana, mobilizada em ações e movimentos sociais, como os coletivos urbanos.

A pesquisa geográfica relatada nessa dissertação, se propõe a buscar o entendimento destas manifestações dialéticas, através da análise das mobilizações coletivas populares de Campo Grande, Rio de Janeiro, enquanto formas de resistência e mobilização pelo direito à cidade, em um espaço empiricamente observado como negligenciado pelo poder público.

Entender esta dinâmica, tendo como recorte a transformação espacial da RA Campo Grande, a partir da década de 1960, tendo como mote o surgimento de grupos mobilizados para a luta por serviços negligenciados pelo poder público, os coletivos populares urbanos.

Buscaremos compreender como se organizam, quais as motivações ideológicas para a mobilização. Como dialogam e se conectam com os movimentos sociais e as organizações políticas tradicionais. Bem como, as transformações espaciais percebidas a partir destas conexões.

A Cidade do Rio de Janeiro é dividida em 4 áreas geográficas, o Centro e as Zonas Sul, Norte e Oeste.

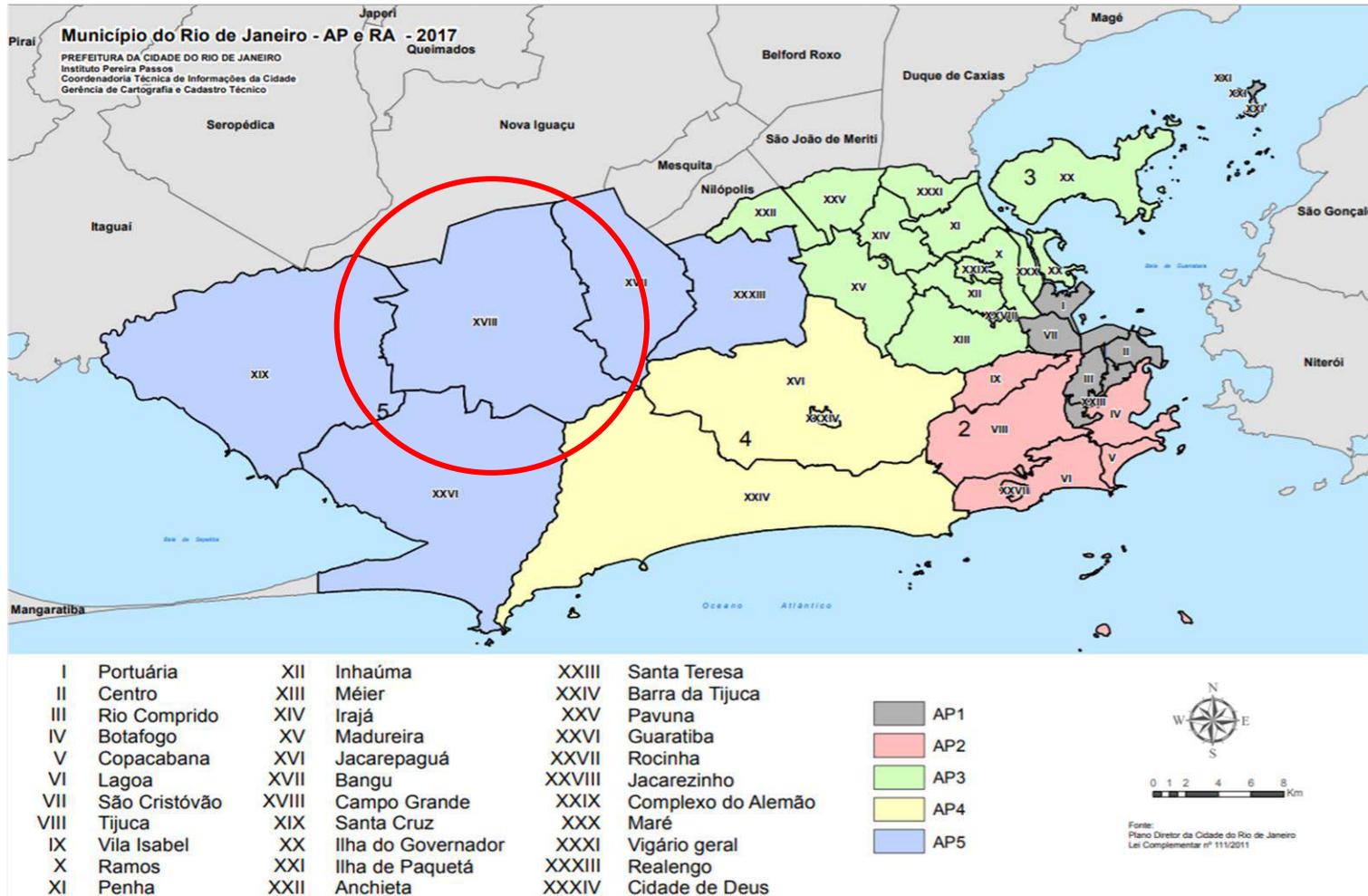
A Prefeitura do Município do Rio de Janeiro para fins de planejamento divide o município em 5 Áreas de Planejamento (APs), 33 Regiões Administrativas (RAs), através das quais agrupa os 160 bairros da cidade.

A Zona Oeste do Rio de Janeiro, é subdividida em 2 APs:

- a) AP 4, composta pelas RAs XXIV-Barra da Tijuca, XVI– Jacarepaguá e XXIV – Cidade de Deus; e
- b) AP 5, composta das RAs: XXXIII – Realengo, XVII – Bangu, XIX – Santa Cruz, XXVI – Guaratiba e a RA XVIII – Campo Grande, recorte espacial de nossa pesquisa.

A XVIII Região Administrativa de Campo Grande, composta pelos bairros: Campo Grande, Santíssimo, Senador Vasconcelos, Cosmos e Inhoaíba, é o recorte espacial de nossa pesquisa, a partir deste ponto do texto, para simplificação, será reportada como RA Campo Grande, a qual pode ser localizada geograficamente pelo mapa 1.

Mapa 1 - Regiões administrativas do município do Rio de Janeiro. XVIII RA Campo Grande em destaque



Fonte: Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, IPP, mapa 1313.

Disponível em: <http://www.data.rio/datasets/3f105a10dcf7475eae69b2514b9d6262?fullScreen=true>, acesso em 30.mar.2020

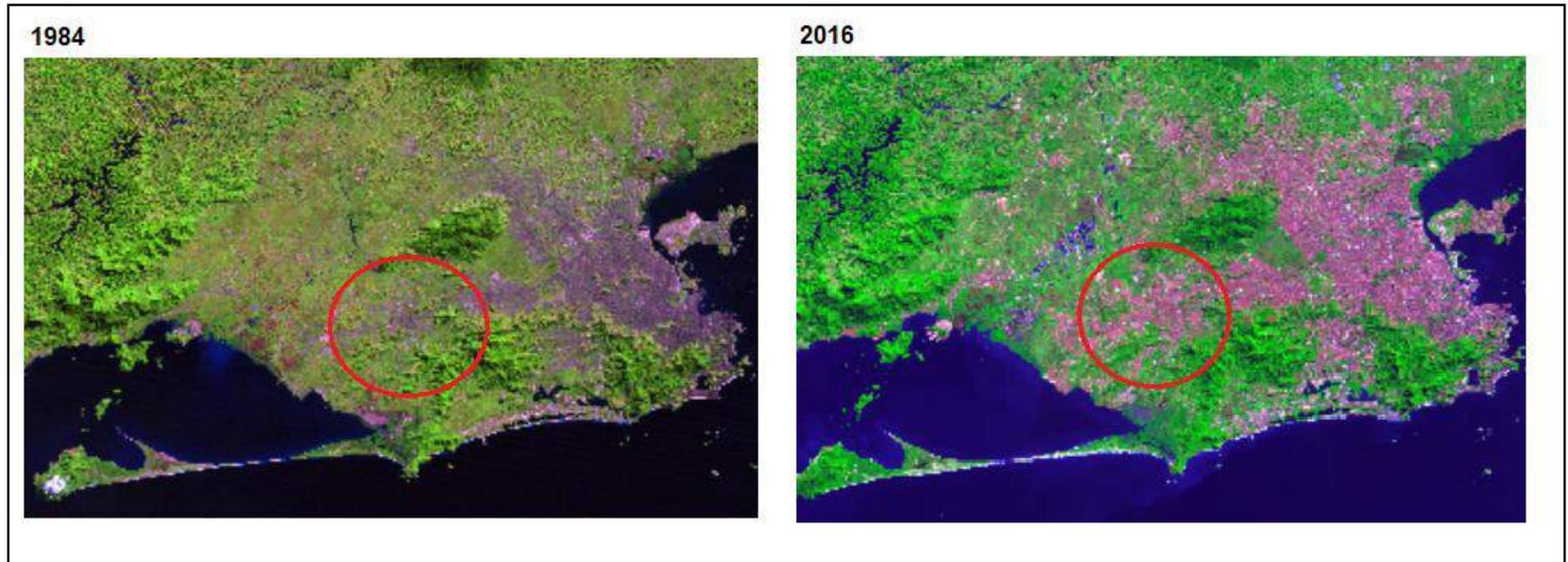
## JUSTIFICATIVA

Esta dissertação resulta de pesquisa acadêmica sobre como as novas formas de mobilização e organização popular, através de suas práticas espaciais pelo direito à cidade, podem impactar um espaço carente de políticas públicas, as quais têm sido negligenciadas ao longo das últimas décadas, em contraponto ao crescimento populacional observado.

Campo Grande, bairro do município do Rio de Janeiro, afastado cerca de 50 km do centro da capital, viveu nas últimas décadas, dois importantes fenômenos distintos, cuja consequência foram a reconfiguração do espaço e surgimento de territórios ali estabelecidos. Sofrendo segundo o IPP o maior adensamento urbano da cidade desde 1984, um aumento de 67% da mancha urbana, o qual destacamos para comparação na figura 1.

No primeiro quadro da figura, tendo o círculo vermelho como destaque, observa-se o tecido urbano (Lefebvre, 2001) ainda incipiente em 1984, concentrado basicamente próximo à rede ferroviária. O segundo quadro, referente ao mesmo recorte espacial, no ano de 2016, se percebe o tecido urbano avançando em todas as direções, conforme se pode observar pela foto obtida por satélite.

Figura 1 - RA Campo Grande (Destaque em círculo vermelho), Dinâmica rural-urbano 1984/ 2016



Nota: Evolução urbana da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 1984 a 2016.

Legenda: Composições coloridas de imagens do satélite Landsat 5 de 1984 e Landsat 8 de 26 de Agosto de 2016

Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Sistema de Informações Urbanas. Aplicativo Compara Rio. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/comparario/>, acesso em 10.mar.2020.

Primeiro se observa uma passagem gradual, conforme Oliveira (2017), a partir da década de 1960, de um espaço predominantemente rural para um espaço urbano, acompanhada das alterações nas interações sociais decorrentes. No entanto, não se registraram as devidas contrapartidas em infraestrutura as quais suportassem estas mudanças no padrão espacial da região.

Ainda como resultado desta transformação espacial, em paralelo a outros fenômenos resultantes da expansão urbana, em direção à Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro, ocorre um segundo fenômeno na Região Administrativa analisada, um adensamento populacional, conforme demonstrado abaixo na Tabela 1.

Tabela 1 - Crescimento Populacional da RA Campo Grande 1991 - 2010

Regiões Administrativas	1991	2000	2010
XVIII Campo Grande	380 942	484 362	542 084
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Demográfico 1991 e Base de informações por setor censitário do Censo Demográfico 2000 e 2010.			
Tabulação: IPP/DIG.			
Nota:			
(1) Os dados do Censo 1991 são apresentados segundo a estrutura administrativa vigente em 2000 e foram obtidos através da compatibilização entre os setores censitários.			

Fonte: Tabela 484 - População residente, segundo as Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas - 1991/2010. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Instituto Pereira Passos<sup>6</sup>.

Processo este, ainda em andamento, conforme as estimativas do IBGE, para crescimento populacional na Região, conforme demonstrado na Tabela 2:

Tabela 2 - Estimativa Populacional da RA Campo Grande 2013 - 2020

Região Administrativa	2013	2014	2015	2016	2020
XVIII Campo Grande	560 340	564 208	567 916	571 485	584 628
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 e 2010.					

Fonte: Tabela 3504 - População Residente e Estimada - Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro - 2000/2010/2013-2016/2020. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Instituto Pereira Passos<sup>7</sup>.

<sup>6</sup> Sistema Data Rio. Disponível em <http://www.data.rio/datasets/popula%C3%A7%C3%A3o-residente-segundo-as-%C3%A1reas-de-planejamento-ap-e-regi%C3%B5es-administrativas-ra-em-1991-2000-2010>, acesso em 10.mar.2020

<sup>7</sup> Sistema Data Rio. Disponível em <http://www.data.rio/datasets/popula%C3%A7%C3%A3o-residente-e-estimada-brasil-estado-do-rio-de-janeiro-e-munic%C3%ADpio-do-rio-de-janeiro-e-regi%C3%B5es-administrativas-ra-2000-2010-2013-2016-2020->, acesso em 10.mar.2020

O adensamento populacional resultante da expansão do tecido urbano do Município do Rio de Janeiro para esta Região vai fazer de Campo Grande o bairro mais populoso do Brasil, já no censo de 2010, conforme atesta a tabela 3:

Tabela 3 - Bairros mais populosos do Brasil, Censo 2010

<b>Bairro</b>	<b>População</b>
Campo Grande - Rio de Janeiro (RJ)	328370
Bangu - Rio de Janeiro (RJ)	243125
Santa Cruz - Rio de Janeiro (RJ)	217333
Realengo - Rio de Janeiro (RJ)	180123
Cidade Industrial de Curitiba - Curitiba (PR)	172669
Tijuca - Rio de Janeiro (RJ)	63805
Jacarepaguá - Rio de Janeiro (RJ)	157326
Pimentas - Guarulhos (SP)	156748
Copacabana - Rio de Janeiro (RJ)	146392
Barra da Tijuca - Rio de Janeiro (RJ)	135924

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, Tabela 1309 - População residente, por sexo, situação e localização da área, Variável - População residente (Pessoas), ano 2010, Total. Extraída do Sistema SIDRA: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1309>, acesso em 02.fev.2020.

Esta reconfiguração espacial e os problemas de ordem econômica e social originados nestes processos, geraram novos atores sociais. Bem como, tornaram os outrora bairros populares de origem rural em aglomerados de exclusão.

Configura-se a partir do bairro de Campo Grande um território em rede, com uma área central rodeada de periferias, a Região Administrativa XVIII do município do Rio de Janeiro.

Como consequência, eclodem conflitos sociais e urbanos decorrentes desta expansão ainda em curso, sem contrapartidas em infraestrutura e serviços por parte do ente público, em todas as suas representações, sejam elas das esferas federais, estaduais ou municipais.

Em paralelo a estes acontecimentos localizados espacialmente na RA Campo Grande, ocorrem no país e no estado do Rio de Janeiro, diversos fatos econômicos e políticos novos, geradores de uma crescente descrença por parte da população, na política e suas formas tradicionais de organização: partidos, associações, sindicatos.

O início de século XXI no Brasil apresentava-se de forma promissora. Praticamente uma década e meia de bons resultados econômicos e ganhos sociais, propiciados por políticas públicas impetradas por governos democraticamente eleitos,

inclusive com representantes das classes menos favorecidas pela primeira vez assumindo postos de liderança no poder executivo.

Percebia-se, empiricamente, o resgate da autoestima do povo, seja pela melhoria nos indicadores sociais, com a inclusão de parcela significativa da população no mercado de consumo, seja pela aceitação do Brasil como um importante ator no cenário geopolítico mundial. Para Cervo e Mello (2010) o Brasil foi o principal artífice do Bloco econômico Mercosul, importante articulador do BRICS e assentava-se à cadeira dos emergentes nas reuniões do G-20 com a autoridade de 7.<sup>a</sup> economia mundial.

A segunda metade da década de 2010, porém, se apresentou com cenários de instabilidade política, iniciados pela indisfarçada não aceitação pelos setores conservadores e seus representantes políticos, da sequência de mandatos populares à frente da Presidência da República.

Em paralelo, a ocorrência de megaeventos mundiais como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, enquanto vendiam externamente o Brasil do crescimento econômico, expunham mazelas e carregavam contradições.

Por um lado mostrava-se ao mundo um país capaz de gerar riquezas e talvez melhorar sua distribuição, ampliando oportunidades. Segundo o *The Economist*, um país que decolava<sup>8</sup>.

Por outro, escancaravam-se ao mundo as corruptelas políticas escondidas ou disfarçadas durante os anos de ditadura, as quais os primeiros tempos de governos civis eleitos pelo povo pareciam ter suplantado. O Brasil da corrupção, do jogo sujo, dos conchavos voltava à cena.

O povo, agora se apropriara de indicadores com medidas concretas para avaliar a qualidade de serviços públicos como segurança, saúde, transporte e educação. Bastava realizar a comparação dos equipamentos e serviços públicos, com os padrões mundiais de qualidade exigidos pela FIFA e pelo COI, para a construção e entrega de estádios e equipamentos esportivos. Comparar os indicadores de infraestrutura urbana e segurança requeridos para o torneio de futebol e os jogos olímpicos.

---

<sup>8</sup> Brasil decola e pode ser a 5.<sup>a</sup> economia, diz *The Economist*. Daniela Milanese, Agência Estado. 12 Novembro 2009. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-decola-e-pode-ser-a-5-economia-diz-economist,465559>, acesso em 18.set.2018

Equipamentos e infraestrutura os quais não atenderiam a boa parte da população, ao mesmo tempo, em que denunciavam a distância da realidade dura e cruel de abandono e decadência de escolas, hospitais, saneamento básico, transporte, segurança e demais serviços e equipamentos públicos, frente ao empenho de: prefeitura, governos estadual e federal em atender às cartilhas e protocolos exigidos para sediar os eventos internacionais, em troca de legados de entrega duvidosa, ou inexistente.

Segundo Mattos et al. (2016), a insatisfação popular frente à diferença de tratamento dispensada às demandas justas e urgentes das camadas populares, quando comparada à subserviência aos caprichos e exigências dos patrocinadores e organizadores dos eventos foi de tal ordem, que provocou uma onda de protestos, a ponto de tomar as redes sociais, formar os mais distintos grupos e chegar às ruas.

Setores oportunistas de plantão, apoiados por uma mídia tendenciosa, além de um congresso nacional formado por bancadas historicamente ligadas aos interesses do capital especulativo nacional e internacional levaram o país a uma crise política, cujo ápice se deu no golpe parlamentar de 2016.

Golpe consolidado no impedimento da presidenta eleita e na retomada do poder executivo por setores simpáticos aos representantes do neoliberalismo internacional e suas iniciativas de desmonte do Estado. Como consequência, ocorreu um desmantelamento ou extinção de políticas públicas de inclusão e reparação social.

O Estado do Rio de Janeiro sofreu neste mesmo período, em paralelo à ocorrência dos megaeventos, o revés de cortes nos investimentos, causados principalmente pela supressão abrupta de boa parte da sua principal fonte de recursos, os royalties do Petróleo. Este fato vai impactar na dificuldade financeira do estado, com consequências pesadas nas políticas de segurança pública, educação e saúde.

A falta de investimentos e de uma efetiva política de segurança pública abre espaço para o fortalecimento de grupos de poder paralelo formados dentro da própria força policial, as milícias. De acordo com Cano e Duarte (2012), estes grupos vão ocupar espaços negligenciados pelo poder público, notadamente na Zona Oeste do Rio de Janeiro, entre os quais, a RA Campo Grande, recorte espacial dessa pesquisa.

Somam-se a estes fatos o incremento populacional do bairro de Campo Grande, impulsionado segundo Cardoso (2013) pelo recebimento da maior parte das unidades do Programa habitacional Minha Casa Minha Vida (MCMV), além da fuga

de parcela significativa da classe média de locais como Zona Norte e Sul, seja pelo impacto da crise financeira, ou conforme Silva (2015), seja pela questão da crescente onda de violência urbana, causando esta reestruturação espacial.

Neste contexto, os problemas sociais se avolumam e as formas tradicionais de organização política, dados os acontecimentos fartamente noticiados e alardeados, muitas vezes sem critérios, pela mídia, se mostram incapazes de motivar o povo para a luta por seus direitos básicos. Percebe-se neste cenário de embate político pelo direito à cidade, o surgimento dos coletivos. Aparentando tratar-se de uma nova forma de mobilização popular, vão atrair principalmente as camadas mais jovens da população. Camadas estas, desencantadas em seus estratos sociais, com as formas tradicionais de organização social e política: igrejas, partidos, associações de moradores, sindicatos, ONGs e movimentos sociais tradicionais.

Os coletivos apresentam-se para estes estratos sociais como alternativa de mobilização e resistência popular, atuando e lutando em espaços muitas vezes negligenciados pelo poder público. Apresentam-se ainda como resposta à falta de políticas públicas voltadas para os problemas acarretados pela transformação espacial e ocupação territorial desordenada e geradora de conflitos: mobilidade urbana, saúde, educação, cultura, lazer, etc.

Harvey (2014) enxerga estes grupos organizados e conscientes de seus direitos se apresentando para a disputa pelos comuns urbanos, já que é nisto que o espaço rural de outrora se transformou, cidade com seus equipamentos e serviços os quais devem ser, por princípio, de posse e uso de todos os cidadãos, ou seja, Comum<sup>9</sup>. Palavra, a qual deve ser apropriada para a disputa pelos bens e direitos urbanos pelos coletivos, uma vez que para Dardot e Laval (2017) precisa ser entendida como o princípio originador e orientador das lutas e mobilizações no contexto pós-globalizado do século XXI.

Importante analisar este cenário, suas implicações políticas e espaciais, bem como, onde e como se dão os embates pelo direito à cidade, empreendidos pelos coletivos populares. Esta análise é uma oportunidade de refletirmos a percepção empírica destes processos, as escalas e implicações geográficas desta problemática:

---

<sup>9</sup> Para facilitar a leitura, o Comum substantivo, objeto e princípio das lutas, como proposto por Dardot e Laval (2016) com a inicial em maiúscula, diferenciando-o assim do comum adjetivo.

## OBJETIVOS

Realizar uma análise de processos e dinâmicas observados empiricamente, além de uma reflexão teórica sobre os conceitos e debates concernentes à percepção dos coletivos populares como alternativa de resistência e mobilização popular pelo direito à Cidade, no recorte espacial da RA Campo Grande, Rio de Janeiro, no século XXI. Consideramos ainda, como objetivo mais amplo, debater a contribuição destas manifestações locais ao movimento anticapitalista global.

Evoluir nossa análise geográfica no sentido de encontrar respostas para a seguinte problemática de pesquisa: Em que medida podemos considerar que a organização em rede das diferentes reivindicações dos coletivos urbanos tem potencial para gerar “um movimento revolucionário que mude o caminho evolutivo ditado pela acumulação infinita do capital” (HARVEY, 2016, p. 206) e que, nesse sentido, contribua para a luta pelo direito à cidade?

Especificamente em relação a Campo Grande, o Coletivo Tudo Numa Coisa Só tem potencial para se inserir nessa rede de reivindicação do direito à cidade e garantir a reprodução dos comuns urbanos na escala local?

## HIPÓTESE

Em relação ao surgimento de um movimento revolucionário global, analisando como têm se dado as recentes lutas pelos comuns urbanos (Harvey, 2014), sob a perspectiva do direito à cidade (Lefebvre, 2001), encontramos iniciativas coletivas se configurando como redes de indignação (Castells, 2017).

Movimentos, para citar alguns, como:

- a) OWS – *Occupy Wall Street* (EUA, 2011);
- b) Indígenas e agricultores bolivianos contra a privatização da água (Cochabamba, 2000);
- c) Movimento *Unidad Social* no Chile (Santiago, 2019).

Movimentos os quais abalaram, ao menos naquelas dinâmicas espaço-temporais, o sistema capitalista, a ponto de forçar medidas econômicas contrárias às

cartilhas neoliberais, questionamento de ditaduras ou revisão e melhoria em serviços públicos.

Atualmente, o enfrentamento mundial à onda capitalista neoliberal, com resistências em diversos países às modificações nas aposentadorias, a defesa da educação e saúde públicas gratuitas e de qualidade, as questões dos direitos humanos e das mulheres, a defesa do meio ambiente e de minorias, entre outros, vêm animando grupos a se mobilizarem coletivamente.

Uma vez que estas iniciativas evoluam para estruturas interseccionais e interescolares, evoluindo na escala espacial de lutas locais, saltando para regionais e possivelmente inclusive pautas globais. Valendo-se entre outras ferramentas de organização, das modernas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), entendemos que, os coletivos urbanos, uma vez organizados e bem estruturados podem sim, atender à esperança de Harvey (2016, p. 246) de que a partir das iniciativas coletivas locais “surjam movimentos sociais e políticos que digam “Já basta!” e mudem nosso modo de viver e amar, sobreviver e nos reproduzir”. Tendo potência assim, para impactar o ciclo atual do modelo de acumulação capitalista.

Especificamente em relação a RA Campo Grande, nossa pesquisa encontrou ao menos dez iniciativas de mobilizações coletivas, as quais se apresentam para a luta e resistência pelos comuns urbanos, reivindicando o direito à cidade, organizados e autodenominados, ou reconhecidos como coletivos urbanos:

- a) Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves;
- b) Coletivo Negro Waldir Onofre;
- c) Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste;
- d) Rede Carioca de Agroecologia Urbana (Rede CAU) – Rio da Prata;
- e) IFHEP – Instituto de Formação Humana e Educação Popular.
- f) Coletivo (R)existe Campo Grande;
- g) MIR ZO – Movimento Inter-religioso da Zona Oeste;
- h) Coletivo Cultura ZO;
- i) Coletivo Cultural do Rio da Prata;
- j) Coletivo Tudo numa coisa só.

Identificamos o coletivo Tudo Numa Coisa Só (TNCS), com potencial para configurar-se como uma rede de Indignação. Haja vista a organização e as estruturas já em andamento no coletivo. Por exemplo, a interação e participação em lutas

conjuntas com outros movimentos sociais e partidos políticos populares, ao nível de município, estado e país.

Apresentam assim uma potencialidade de dimensão multiescalar capaz de canalizar diversas demandas urbanas não atendidas pelo capitalismo e integrar em rede o movimento revolucionário global pensado por Harvey (2016).

## REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento da dissertação se estrutura em três eixos, conceituados e concebidos a partir da pesquisa bibliográfica de geógrafos urbanos e outras áreas acadêmicas, em relação aos debates em torno do direito à cidade e como as disputas resultantes destes embates transformam e reconfiguram o espaço analisado.

A partir da temática proposta, mobilizações coletivas pelo direito à cidade em Campo Grande, relacionadas à utopia de um movimento anticapitalista global. Esta dissertação discute os coletivos populares, interpretando-os como espaços de esperança, na luta pelos comuns urbanos, na RA Campo Grande, historicamente observada como um território de resistências.

Definimos assim, os três eixos estruturantes da pesquisa:

- a) **Espaços de esperança:** como os coletivos estão transformando os movimentos sociais e outras formas tradicionais de organização política, com rejuvenescimento de ações e práticas, inserção de novas pautas e bandeiras, além dos novos modos de se organizar e agir local, estruturando-se em redes capazes de gestar o movimento revolucionário anticapitalista global. Trafegando assim, entre distintas escalas políticas e geográficas, as quais proporcionam a dimensão espacial das diferentes desigualdades provocadas pela dinâmica de acumulação capitalista.

Para embasar essa discussão, nos apoiamos nas ideias do direito à cidade de Lefebvre (1999, 2001), e na hipótese utópico-dialética de alterações nas dinâmicas espaçotemporais de Harvey (2004).

Contribuíram para a análise geográfica outras ciências sociais, como as reflexões teóricas de sociólogos como Alain Touraine (1985, 2006),

Manuel Castells (1983, 2017, 2020), os brasileiros Eder Sader (1995), Maria da Glória Gohn (1997, 2011), França (2015) e o estadunidense Charles Tilly (2010).

Contrapomos à esperança utópica (Harvey, 2004) um viés crítico realista sobre a potência dos coletivos em desencadear processos que propiciem o surgimento e consolidação de um movimento revolucionário único, planetário, para a derrocada do modelo de acumulação capitalista. Para tal, nos valem de ponderações do próprio Harvey (2016), Touraine (2006) e Castells (2017). Bem como, de uma análise historiográfica a partir da leitura de Arrighi e Silver (2001).

b) **Comuns urbanos:** como os equipamentos, a cultura, os serviços e a própria vida cotidiana, são defendidos, apropriados ou disputados politicamente nas mobilizações e ações coletivas pelo direito à cidade.

A luta política entre Estado, capitalistas e cidadãos (re)presentados (pelos) nos movimentos sociais, entre os quais, os coletivos urbanos, é a dinâmica da política urbana, segundo Castells (1983).

O espaço onde se dá o embate entre os coletivos e o poder público pelo direito à cidade, é um espaço cindido pela disputa dialética e conflituosa pelos comuns urbanos (Harvey, 2014). Para Dardot e Laval (2017), o Comum é o princípio inspirador destas lutas e a autêntica revolução do século XXI.

Para entender a adesão das pessoas a estas lutas, visitamos o conceito de presentatividade (Baldez, 2011), identidade e pertencimento (Burity, 2001).

Tendo como referência a Geografia urbana crítica, revisamos postulações do urbano como resultado da apropriação do espaço pelo sistema capitalista e discutimos suas proposições. Entre os quais, Ferreira (2007) e Santos (2006), cuja análise das composições geográficas em rede, nos ajudaram a entender os coletivos como redes de indignação (Castells, 2017).

c) **Território de resistências:** a metropolização do Rio de Janeiro e os projetos de desenvolvimento brasileiros reconfiguraram espacialmente Campo Grande. Esta nova configuração espacial propiciou o surgimento de manifestações políticas de resistência, como os movimentos sociais e coletivos populares. Bem como, grupos de interesses paralelos disputando os comuns urbanos.

Revimos a formulação teórica de Abreu (1987) sobre o desenvolvimento urbano do Rio de Janeiro. Sobre a dinâmica rural-urbano, citamos Oliveira (2017) e analisamos o crescimento desordenado, ampliado pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), conforme Cardoso (2013)

Ao longo do texto, suportando ou enriquecendo as análises, citamos outros autores e seus conceitos.

## METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa empregada para esta produção científica, adotou três métodos de ação como aspectos norteadores de estrutura para alcance do objeto pesquisado.

- a) Tentamos responder à provocação de Bartholl (2015, p.95), “como investigar a realidade para transformá-la”. Comprometemo-nos com a pesquisa e assumimos o papel de geógrafos militantes, entendendo nossa pesquisa como práxis capaz de ressignificar juntamente com os coletivos, Campo Grande como espaço de esperança.

No campo da reflexão de lutas sociais em época moderna, podemos dizer que desde o século XIX, uma tarefa assumida por pensadores críticos tem sido de acompanhar e refletir experiências concretas de práticas de luta e sem as práticas de luta pensadores revolucionários não teriam sido capazes de formular teoria (BARTHOLL, 2015, p.95)

Neste sentido, na geografia em movimento, o geógrafo se torna agente e, ao mesmo tempo, partícipe do objeto pesquisado, tencionando com a base teórica e as experiências concretas da pesquisa em andamento. Ao mesmo tempo, evolui no objetivo proposto e gera um legado com ação transformadora, como autêntico geógrafo militante.

- b) Iniciamos por uma pesquisa bibliográfica na Geografia Urbana Crítica, apoiada em outras ciências sociais e humanas, como Sociologia, Filosofia, Economia, Política, História, entre outras, visando estabelecer:

- uma ontologia para as mobilizações sociais de forma a entender definições como: movimentos sociais, mobilizações coletivas, coletivos populares;
- contextualizar o surgimento das tensões geradas pelas contradições do capitalismo ao longo do recorte temporal pesquisado, as últimas décadas do século XX (1960 em diante) e como estas tensões e as respostas organizadas pelos coletivos transformaram o espaço pesquisado.

c) Tendo por base metodológica para geografia em movimento conforme TURRA NETO (2011): Observação Participante; História Oral; Memória; Entrevistas; Grupos de Debate.

Efetuamos pesquisa de campo para levantamento dos coletivos populares em atuação na RA Campo Grande, Rio de Janeiro, onde buscamos identificar: como os coletivos se mobilizam; se de fato se configuram como espaços de esperança e se estruturam redes de indignação contra as situações-problemas enfrentadas por suas comunidades. Se seriam portadores para as coletividades de esperança por melhores, mais justas e democráticas organizações políticas e sociais.

Como registro, relatamos reuniões, encontros virtuais e entrevistas com os seguintes coletivos:

a) Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves (CEPMMA)

Além de participarmos de alguns dos encontros 2as políticas e reuniões da Frente Ampla de Resistência Democrática da Zona Oeste (FARD-ZO), entrevistamos Tobias Tomines Faria. Morador de Campo Grande, uma das principais lideranças influenciadoras das articulações em rede dos coletivos e movimentos sociais da região. Tobias é Membro do Fórum das Pastorais Sociais, Coordenador do Movimento de Fé e Política da Igreja Católica. Lidera iniciativas como os encontros 2as Políticas, o Curso de formação política Marielle Franco e a FARD-ZO.

- b) Coletivo Negro Waldir Onofre, entrevistamos Ingrid Nascimento Amaral, moradora de Campo Grande. Educadora popular, historiadora. Pós-graduanda em Ciências Sociais e Educação Básica pelo Colégio Pedro II, militante do Partido dos Trabalhadores (PT), ex-dirigente da União Nacional de Negras e Negros Pela Igualdade (UNEGRO) e ex-Diretora do Diretório Central de Estudantes (DCE) da Fundação de Ensino Unificado Campograndense (FEUC).
- c) A pesquisa culminou com o estudo mais aprofundado de um dos coletivos mais ativos da RA Campo Grande, o coletivo Tudo Numa Coisa Só (TNCS). Através da participação em reuniões, eventos, mobilizações e entrevistas, levantamos a história do coletivo, formação, modos de atuação, território de abrangência, além de entrevistarmos membros de alguns dos coletivo, sobre motivação, pontos de vista, papel no coletivo, perspectivas e engajamento em outros movimentos e lutas.

Entrevistamos o líder e fundador do coletivo, William Carlos Brum Bispo, o William Siri. Ou simplesmente Siri, como a maioria do coletivo o conhece. Economista, evangélico. Nascido no bairro KM32, Nova Iguaçu, filho de um comerciante e uma dona de casa, Siri por seu carisma. Liderança inata e poder de atratividade, rapidamente chamou a atenção do PSOL. Assessor do Deputado Federal Marcelo Freixo, disputou as duas últimas eleições. 2016, para vereador e 2018 para Deputado Estadual, onde conseguiu a suplência e uma boa visibilidade no cenário político de esquerda carioca.

Além de William Siri, entrevistamos Gustavo Filgueiras. Contabilista, morador de Campo Grande, uma espécie de relações públicas do coletivo.

Tivemos uma reunião-encontro para debater a história e os rumos do Coletivo com o responsável pela assessoria de imprensa, comunicação e mídias sociais do coletivo, o jornalista morador de Campo Grande, Cleiton Bezerra. Participou do encontro, o jovem morador de Barra de Guaratiba, Christian Cardoso. Responsável pelas iniciativas do Coletivo naquele bairro, como uma escolinha de futebol, oficina de contação de histórias sobre o bairro e uma biblioteca popular.

Entrevistamos também, o casal de ativistas moradores de Campo Grande, João Henrique e Lindalva Cabral. João, responsável pela operacionalização das atividades de apoio para garantia das mobilizações do coletivo. Lindalva Cabral, socióloga, professora. Além de atuante no TNCS, é articuladora do Movimento Inter-Religioso da Zona Oeste (MIR ZO). Colaborou também com a formação do coletivo Cultura ZO.

Os roteiros de entrevistas e as autorizações de publicação pelos entrevistados encontram-se anexos a este documento.

Como legado da pesquisa, construímos com os coletivos, uma proposta de política socioambiental para a Zona Oeste. Esta proposta foi entregue a candidatos a vereador e candidatos a prefeito, concorrendo à eleição municipal de 2020.

Na figura 2, apresentamos o mapa mental da pesquisa empreendida, e no Quadro 1, o desenho esquemático da dissertação.

Figura 2 - Mapa mental da pesquisa empreendida

## MAPA MENTAL DA PESQUISA EMPREENDIDA



Fonte: O autor, 2020.

Quadro 1 - Desenho esquemático da Dissertação

<b>DESENHO DA DISSERTAÇÃO</b>				
<b>PARTE</b>	<b>Qual a questão central?</b>	<b>Hipótese/ideia central desenvolvida no capítulo</b>	<b>Conceitos estruturantes</b>	<b>Autores citados mais importantes</b>
<b>Introdução</b>	Em que medida podemos considerar que a organização em rede das diferentes reivindicações dos coletivos urbanos tem potencial para gerar “um movimento revolucionário que mude o caminho evolutivo ditado pela acumulação infinita do capital” (HARVEY, 2016, p. 206) e que, nesse sentido, contribua para a luta pelo direito à cidade?	Uma vez que estas iniciativas evoluam para estruturas interseccionais e interescares, evoluindo na escala espacial de lutas locais, saltando para regionais e possivelmente inclusive pautas globais. Valendo-se entre outras ferramentas de organização, das modernas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), entendemos que, os coletivos urbanos, uma vez organizados e bem estruturados podem sim, atender à esperança de Harvey (2016, p. 246)	Direito à cidade; Comuns urbanos; Movimentos Sociais; Movimento revolucionário global; Utopia espaçotemporal anticapitalista	Henry Lefebvre (1999, 2001); David Harvey (2004, 2016);
<b>Cap.1</b>	Os coletivos como espaços de esperança	Considerando que nosso objetivo principal envolve a compreensão do papel dos coletivos populares, notadamente na RA Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro, como espaços de luta pelo direito à cidade na contemporaneidade, vamos, primeiramente, discutir nesse capítulo o que são os coletivos populares buscando compreendê-los como espaços de esperança em meio à unificação global da sociedade neoliberal.	Questão das Escalas; Utopia dialética das mudanças nas dinâmicas espaçotemporais Ontologia dos Movimentos Sociais contemporâneos; Análise das críticas aos coletivos e movimentos identitários; Análise historiográfica dos impactos de ações coletivas na dinâmica capitalista	Henry Lefebvre (2001); David Harvey (2004, 2016); Manuel Castells (2017) Dardot e Laval (2017); Arrighi e Silver (2001); Tilly; Touraine; Gohn (1997, 2011)

PARTE	Qual a questão central?	Hipótese/ideia central desenvolvida no capítulo	Conceitos estruturantes	Autores citados mais importantes
Cap.2	A atuação dos coletivos na política urbana pelo direito à cidade	<p>Analisar a cidade como espaço onde se dá o embate entre os coletivos e o poder público pelo pleno Direito à cidade, em todas as suas categorias, conforme proposto por Lefebvre (2001). Uma cidade cindida em espaços, onde se dá a disputa conflituosa (Harvey, 2014) pelos comuns urbanos.</p>	<p>O Comum, a luta pelos comuns urbanos a partir do direito à cidade; A Política Urbana como construção do direito à cidade; Coletivos e movimentos sociais: mobilizações para transformação do espaço; Redes de indignação: A influência das TICs nos ganhos de escala das mobilizações pelo direito à cidade; Mobilizações coletivas históricas</p>	<p>Henry Lefebvre (1999, 2001, 2008); David Harvey (2004, 2016); Manuel Castells (1983) Dardot e Laval (2017); Burity (2001); Baldez (2011); Santos (2006); Ferreira (2007); Ana Fani Carlos (2007)</p>
Cap.3	Como se territorializa a luta política dos Coletivos de Campo grande pelo direito à cidade. Como se mobilizam, como disputam o espaço com as demais forças atuantes e como se articulam com outros movimentos, tendo em vista a utopia do surgimento do Movimento Anticapitalista Global	<p>Os coletivos populares atuam no espaço pesquisado, disputando os bens comuns na luta pelo direito à cidade, sob duas perspectivas:</p> <p>i – uma, da inserção e participação na política institucional e a partir daí ganhar escala de luta que vai do local até o global, através da militância independente, porém próxima e relacionada a movimentos, partidos e organizações institucionalizadas.</p> <p>ii – outra, da aglutinação de forças populares, muitas vezes avessas ou descrentes da política institucional e mobilizadas por ativistas e grupos engajados na conscientização popular e na articulação de movimentos e políticas, próximas aos partidos e organizações, mas sem relação declarada de militância.</p>	<p>Evolução urbana do Rio de Janeiro e a reconfiguração espacial de Campo Grande; Desenvolvimentos regionais desiguais, a segregação urbana e o direito à cidade na RA Campo Grande; Mobilizações coletivas em ação na Região de Campo Grande; O Coletivo Tudo numa Coisa Só</p>	<p>Harvey (2016); Lefebvre (2001); Santos (2006) Cardoso (2013); Abreu (1987); Oliveira (2017); Maricato (2000); Smith (1988)</p>

Fonte: O autor, 2020

## 1. COLETIVOS URBANOS, DE REDES DE INDIGNAÇÃO A ESPAÇOS DE ESPERANÇA

Considerando que nosso objetivo principal envolve a compreensão do papel dos coletivos populares, notadamente na RA Campo grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro, como espaços de luta pelo direito à cidade na contemporaneidade, vamos, primeiramente, discutir nesse capítulo o que são os coletivos populares buscando compreendê-los como espaços de esperança em meio a unificação global da sociedade neoliberal.

Para isso, num primeiro momento discutiremos o direito à cidade (Lefebvre, 2001) e seus desdobramentos na vida cotidiana dos cidadãos, como um possível fator motivador da mobilização e organização dos coletivos populares, como espaços de esperança ou de construção da utopia dialética da transformação espaço-temporal proposta por Harvey (2004).

Vamos sustentar a pesquisa geográfica com reflexões teóricas de sociólogos cujos estudos focam os novos movimentos sociais surgidos a partir do histórico ano de 1968 e suas reverberações no Brasil e no exterior, tendo por base a literatura sobre as mobilizações sociais e as transformações nas formas de fazer política e suas influências na dialética tempo-espaço.

Citaremos clássicos como Alain Touraine, Manuel Castells, os brasileiros Eder Sader e Maria da Glória Gohn e o estadunidense Charles Tilly.

Visitaremos a proposta de entendimento destes pressupostos teóricos, associados à realidade política brasileira. Citando, por exemplo, Brandão (2011), o qual discorre sobre como se processa a interação entre políticas institucionais e não-institucionais, buscando compreender o processo histórico de interação e relação entre movimentos sociais, orientados pelo ciclo de autonomia e institucionalização na interação com o Estado e partidos políticos.

A partir destas análises tentaremos verificar possível associação entre a descrença nas formas tradicionais de se fazer política (ou seja, política institucional) e o surgimento dos coletivos populares (política não institucional).

Investigaremos ainda, se os movimentos identitários e suas mobilizações coletivas, aos quais Castells (2017) chama, por suas características espaciais de articulação, de Redes de indignação, podem ser as forças indutoras de processos que

desencadeiem a construção da nova sociedade utópica e dialeticamente construída (Harvey, 2004) a partir dos espaços de esperança que estes movimentos revolucionários, ao menos na forma de se organizar e lutar, vão se constituindo.

Analisaremos o contraponto da questão de escala dos movimentos, a partir da dialética local x mundial proposta por Harvey (2016) questionando se há potência suficiente nos movimentos para abalarem as estruturas do capitalismo. Para este entendimento, lançaremos mão de um estudo historiográfico de Arrighi e Silver (2001), os quais defendem que o capitalismo tem conseguido aplacar estes movimentos sociais, através de repressão, cooptação ou reformas da própria forma de acumulação capitalista.

Analisamos ainda, criticamente a proposição de Touraine (2006) para quem as mobilizações coletivas nem sequer deveriam ser classificadas como movimentos sociais dado o caráter local. Contrapomos Castells (2017), para quem o problema da organização de pautas reivindicatórias ou de contestação, capazes de abalar o sistema, não reside tanto no tamanho, e sim na forma de estruturação, mobilização e organização destes coletivos, aos quais vai chamar de Redes de indignação.

Enriquecendo as análises, citaremos diversos movimentos e mobilizações coletivas efetivadas no Brasil e no mundo, num exercício dialético, ora confirmando as teses dos geógrafos e demais pensadores, ora as contrapondo, na busca do entendimento do lugar dos coletivos na mobilização anticapitalista mundial. O capítulo está estruturado em 5 subtítulos, nos quais apresentamos as seguintes discussões:

#### 1.1 - A construção é coletiva.

Buscamos uma definição para coletivos urbanos. O que são, como se mobilizam.

#### 1.2 - A abordagem clássica de movimentos sociais.

Historiografia dos movimentos sociais, dos clássicos aos contemporâneos.

1.3 – Dos movimentos sociais aos coletivos urbanos: da zona de conforto às redes de indignação.

Entendimento dos coletivos como novas formas de mobilização social e organização das lutas populares.

#### 1.4 - Movimentos sociais e o ciclo de acumulação capitalista.

Como os movimentos sociais impactaram as sucessões de hegemonias capitalistas.

1.5 – Os coletivos e a utopia dialética: serão capazes de abalar a lógica de acumulação do sistema capitalista?

Entendendo ser possível realizar a utopia, analisamos as prerrogativas.

### 1.1 A construção é coletiva

Provocamos o início de nossa discussão, evocando o axioma, quase um mantra, constantemente externado pelos membros dos coletivos urbanos: “A construção é coletiva”.

Os coletivos urbanos são grupos mobilizados pelas mais diversas, importantes e impactantes iniciativas de lutas, no contexto urbano, alinhadas pelo sentimento de pertencimento e significação do cidadão em seu meio, identificado por Lefebvre (2001) como direito à cidade. Para Lefebvre,

a vida urbana pressupõe encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos "padrões" que coexistem na Cidade” (LEFEBVRE, 2001, p.22).

A partir destes encontros e confrontos de diferenças, efetivam-se reconhecimentos de pautas comuns, a partir das quais se formam grupos e suas mobilizações, geradas pela inquietude e indignação frente à apropriação capitalista do espaço. São os coletivos urbanos. Aos quais, como Harvey (2004) enxergamos como espaços de esperança para a luta global contra o pensamento único liberal, formulador da sociedade de consumo, expressão maior do momento de acumulação capitalista atual.

Esperança de melhor sorte para as classes trabalhadoras suburbanas frente à disputa com o Estado e as classes dominantes pelos comuns urbanos. Espaços de esperança em meio à falta de perspectivas de organização social, haja vista a desmobilização dos representantes tradicionais destas classes, a partir da vitória aparentemente consolidada da sociedade do pensamento único, global e liberal neste início de século XXI.

Sim, de fato “a construção é coletiva”. Mas a que construção se alude quando se evoca esta expressão? Quais grupos estão pensando esta construção e qual o resultado esperado. Como se formam? Impossível não nos remetermos à visão de Lefebvre (2001) da cidade como obra, em oposição ao urbanismo, produto induzido e indutor da sociedade urbana de consumo dirigido, na era pós-industrial.

Esta construção, a partir de Lefebvre (2001), entendemos ser uma perfeita tradução atualmente, da luta organizada corporativamente, análoga à luta de classes, porém, pelo direito à cidade:

A cidade conserva um caráter orgânico de comunidade, que lhe vem da aldeia, e que se traduz na organização corporativa. A vida comunitária (comportando assembleias gerais ou parciais) em nada impede as lutas de classes. Pelo contrário. Os violentos contrastes entre a riqueza e a pobreza, os conflitos entre os poderosos e os oprimidos não impedem nem o apego à Cidade, nem a contribuição ativa para a beleza da obra. No contexto urbano, as lutas de facções, de grupos, de classes, reforçam o sentimento de pertencer (LEFEBVRE, 2001, p.13).

Um sentimento de pertencer, com origem nas primitivas formações grupais humanas, as aldeias evocadas por Lefebvre (2001). Hoje, manifestado como um novo pertencimento. Na aldeia pós-industrial, entendido, demandado e reclamado como direito, por todos. Porém, apropriados e usufruídos por uns poucos.

Ao entender-se como pertencente à parte explorada ou negligenciada. Ou seja, aquela onde faltam ou são negados equipamentos, serviços e oportunidades. Seja por não terem sido pensados, planejados ou simplesmente por lhe terem sido subtraídos. Funcionando assim a cidade como parte do projeto de exclusão e segregação capitalista. Parcela desta classe dominada, ao perceber-se como excluída, projeta pautas de lutas para reivindicar, ou mesmo tentar retomar aquilo que pelo sentimento de pertencimento à comunidade, lhe deveria ser entregue, por direito. Os mais diferentes bens direitos e serviços, e a própria dignidade. Para Burity (2001),

Pertencimento nessas condições implica comprometer-se ativamente com um "projeto" sem se deixar submeter completamente a ele, circulando entre outros e/ou vinculando-se a outros. Ademais, essas experiências produzem um padrão de pertencimento diferente do da coesão grupal. Embora definam fronteiras entre um dentro e um fora (quem é participante, membro, aliado ou não; quem somos nós, quem são os outros, etc.), elas não são exclusivas; embora haja crenças comuns e formas comuns de "encená-las", elas não são compreensivas, nem únicas, mesclando-se a outras, por vezes divergentes, descontínuas de grupo para grupo (ainda que haja pessoas participando de mais de um deles) (BURITY, 2001, p.192).

Estes projetos e experiências identificados por Burity (2001), no recorte espaço-temporal de nossa pesquisa se apresentam como novas formas de organização social e política, os coletivos populares urbanos, ou simplesmente, coletivos.

Dado o desânimo e desconfiança das pessoas com as formas de organização social e política tradicionais, confrontados à forma como os coletivos se apresentam e conquistam adesões aos seus projetos. Bem como, a forma como interferem espacialmente modificando relações de poder, de comunicação e de ação, nossa pesquisa os identifica como espaços de esperança. Candidatos a formarem a partir de suas lutas locais, uma associação “Internacional da Esperança”, conforme, imaginada pelo movimento zapatista mexicano, na década de 1990.

Harvey (2004) recorda 1996, quando os Zapatistas de Chiapas, México, no Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, propuseram uma série de congressos internacionais para reunião de pessoas opostas ao neoliberalismo internacional configurado na globalização.

Em sua proposta, os Zapatistas defendiam que ao invés de humanidade o liberalismo oferece mercado de ações, ao invés de dignidade, miséria, em vez de esperança, o vazio. Segundo Harvey (2004)

Contra essa internacional do Terror, concluíram eles “temos de opor a Internacional da esperança”. Se cada pessoa se sentisse tocada pela violência da globalização neoliberal, seria possível nos unirmos politicamente, e os dias daquilo que mesmo os defensores da globalização vieram a reconhecer como “um trem desgovernado espalhando a destruição” estariam contados (HARVEY, 2004, p.105).

A possibilidade de construção coletiva desta “Internacional da esperança”, mobiliza nossa pesquisa militante a defender neste trabalho que, uma vez solidamente constituídas e bem organizadas, as crescentes mobilizações coletivas insurgentes, podem suscitar uma onda de revolta popular contra a expropriação de direitos, entre os quais o direito à cidade, imposta pelo capitalismo. Isto, desde que consigam “superar as fragmentações e ampliar a luta para além dos efêmeros momentos de protesto e das revoltas ocasionais baseadas em descontentamentos múltiplos” (HARVEY, 2016, p.287).

Ou seja, transpor a escala de lutas, do local para o global, tendo como objetivo maior a derrocada do modelo de acumulação capitalista, superando as válidas, porém, extremamente localizadas lutas identitárias. Uma mobilização em rede planetária tal,

que gere o movimento revolucionário global, interescolar e interseccional, organizado de tal ordem cujo desfecho seja capaz de abalar o modelo de sociedade capitalista atual.

Para entender como se poderia dar esta organização, buscaremos uma ontologia relacionada à temática dos coletivos urbanos, amparando a pesquisa geográfica com as reflexões teóricas de sociólogos cujos estudos focam nos novos movimentos sociais surgidos a partir, principalmente do emblemático ano de 1968 e suas reverberações no Brasil e no exterior, tendo por base a literatura sobre as mobilizações sociais e as transformações nas formas de fazer política e suas influências na dialética tempo-espaço.

#### A urgência geográfica de entender os coletivos

As eleições gerais de 2018 foram de muita mobilização popular e de embates que estremeceram o país de norte a sul, centrados principalmente na radicalização dos debates, o risco das perdas de direitos adquiridos com a chegada ao poder da extrema-direita e as interferências nas eleições causadas pelas *fake news* disseminadas principalmente pelo fenômeno das redes sociais.

Fato, talvez despercebido do grande público, estava ocorrendo em paralelo. Em diversos estados da federação estavam concorrendo e sendo eleitos mandatos parlamentares estaduais, federais e até para o Senado Federal onde não se centrava a candidatura e as ideias em um único candidato. As campanhas, os escritórios, os investimentos e mesmo as batalhas eram feitas de forma colegiada através de ações coletivas, propostas por movimentos também coletivos originados em anseios e propostas elaboradas e organizadas a partir de novas formas de mobilização social que vão eclodindo por todo o país, principalmente nas grandes áreas urbanas: os coletivos.

Segundo reportagem do Caderno Estado de Minas Política<sup>10</sup>, apesar de inovadora, a experiência do mandato coletivo não é inédita e já foi testada nas eleições municipais de 2016 pelo menos em Belo Horizonte, MG e em Alto Paraíso, GO.

---

<sup>10</sup> Disponível em:

[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/07/30/interna\\_politica,976549/candidaturas-coletivas-viram-tendencia-nas-eleicoes-de-2018.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/07/30/interna_politica,976549/candidaturas-coletivas-viram-tendencia-nas-eleicoes-de-2018.shtml), acesso em 23/06/2019.

Nas eleições de 2018, o Estado de São Paulo reunia o maior número de iniciativas deste tipo, como a Bancada Ativista em que 9 candidatos compunham uma única candidatura e, a mais surpreendente, a Bancada em que se propunha um mandato único no Senado Federal dividido por 3 senadoras titulares. Há relatos de experiências semelhantes em Pernambuco e no Distrito Federal, onde quatro militantes de causas sociais se uniram para disputar uma vaga na Câmara Legislativa do Distrito Federal<sup>11</sup>, além do Mato Grosso do Sul e Paraná.

A iniciativa de coletivizar os mandatos é uma tentativa de renovar um sistema político o qual não goza da melhor popularidade e em recente “reforma política” aprovou medidas para seguir exatamente como já era: dominado pelas oligarquias, dependente do capital especulativo ou de manobras com dinheiro público as quais esbarram na corrupção e nas falhas do sistema eleitoral. Porém, no momento, as iniciativas de mandatos coletivos esbarram na legislação eleitoral atual, conforme reportagem do site Brasil de Fato:

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a modalidade não tem previsão legal, por isso é considerada informal. Do ponto de vista burocrático, a candidatura oficial é registrada apenas com um número de CPF [Cadastro de Pessoas Físicas], cujo nome é considerado o titular do mandato e por isso é o único que aparece na urna eletrônica. Se a chapa for eleita, somente ele poderá ser diplomado e, conseqüentemente, tomar posse. Segundo as regras, o mandato é pessoal e tem caráter intransferível. Por conta disso, o titular é o único que pode assinar projetos de lei e participar de votações, caso se trate de um cargo no parlamento, ou assinar decretos e outros atos administrativos, se o mandato for para um cargo de gestão no Poder Executivo (BRASIL DE FATO, Eleições 2018)<sup>12</sup>.

Para resolver a situação jurídica dos mandatos serem políticos e “de fato” e não jurídicos e “de direito”, uma proposta de regularizar os mandatos oriundos dos coletivos populares, tramita na câmara federal, a PEC 379/2017 de autoria da Deputada Federal Renata Abreu – PODE/SP, apresentada em 09/11/2017 e se encontra aguardando parecer da relatora designada, Deputada Shéridan (PSDB-RR), na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/08/politica/1533685243\\_080142.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/08/politica/1533685243_080142.html) acesso em 23/06/2019.

<sup>12</sup> Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/24/mandatos-coletivos-inovam-o-fazer-da-politica-no-brasil/>, acesso em 23/06/2019.

<sup>13</sup> Informações de Tramitação com posição atualizada, disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2162014>, acesso em 06.nov.2020

Independente da informalidade dos mandatos, herdada da informalidade carregada de conteúdo e de luta por territórios e direitos nas ruas, o fato é que estas iniciativas vêm se consolidando como espaço de lutas que reconfiguram territórios e interações sociais, merecendo assim olhar e pesquisa geográfica para entendimento deste processo e espaço onde se operam.

Em São Paulo, a Bancada Ativista conquistou uma vaga de deputado estadual na Assembleia Legislativa de São Paulo, concorrendo pelo PSOL. O grupo tem nove integrantes, entre homens e mulheres. Levou 149.844 votos e foi a décima candidatura mais votada. Já em Pernambuco, o Juntas conquistou uma vaga na Assembleia, também pelo PSOL. O grupo é formado por cinco mulheres e conseguiu 39.175 votos. Ambos fazem parte do grupo Ocupa Política (EXAME, 2018)<sup>14</sup>.

Sendo os coletivos grupos mobilizados a partir das lutas pelos bens e serviços de direito dos cidadãos, uma novíssima proposta de reformulação da organização política, defende-se nesta Dissertação, ser urgente e salutar empreender pesquisa geográfica para uma análise empírica, bem como uma reflexão teórica sobre os conceitos e debates cujas análises envolvam as diferentes percepções dos coletivos como alternativa de resistência e mobilização popular pelo direito à Cidade.

Nesta dissertação, o recorte espacial é a Região Administrativa de Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro, no século XXI. Haja vista a contemporaneidade e novidade do tema e o fato deste bairro abrigar uma destas iniciativas: o Coletivo “Tudo numa Coisa só”.

O núcleo de articulação do coletivo pode ser visto na figura 3:

---

<sup>14</sup> Disponível em <https://exame.abril.com.br/brasil/mandatos-coletivos-conquistam-vagas-em-assembleias-entenda-como-funcionam/> acesso em 24/06/2019.

Figura 3 - O coletivo Tudo numa coisa só, em uma reunião na Praça Rosária Trota, Campo Grande. RJ



Fonte: Página na rede social Facebook do Coletivo: <https://www.facebook.com/tudonumacoisaso/photos>, acesso em 11.abr.202

Formado, principalmente, por grupos de jovens reunidos a partir de atividades religiosas, universidades, cursinhos e mesmo práticas esportivas e de lazer próprias da juventude da periferia. Jovens, os quais para além dos anseios normais da juventude, vislumbraram a partir de suas consciências da realidade em que vivem a necessidade de mobilização. A partir deste momento se dedicam a uma construção coletiva de prática política cuja identidade se expressa da seguinte forma:

Somos um grupo de amigos que, de tanto discutir acerca das nossas insatisfações com questões cotidianas, resolveu se unir para refletir sobre o conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados e pô-los em prática! O nome do grupo é inspirado em uma canção do grupo paulista O Teatro Mágico e foi escolhido por trazer o conceito compartilhado por todos de que, no fundo, tudo que gostamos e queremos possui um laço em comum. Buscamos agregar o maior número possível de pessoas com vontade de participar ativamente dessa luta que pretendemos travar - pelo pleno desenvolvimento de cada um e o conseqüente pleno desenvolvimento de todos. Por isso, buscaremos realizar ações práticas que visem a melhoria da sociedade em que vivemos, a começar pela região onde moramos, a Zona Oeste do Rio de Janeiro (TUDO NUMA COISA SÓ, 2018)<sup>15</sup>.

Esta iniciativa coletiva já esteve próxima de eleger no Rio de Janeiro, o jovem economista William Siri para a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro em 2016 e para a Assembleia Estadual em 2018, confirmando assim a posição dos coletivos urbanos como agentes políticos de produção do espaço, como proposto por Correa (2012):

A produção do espaço, seja o de rede urbana, seja o intraurbano, não é o resultado de uma “mão invisível do mercado”, nem de um Estado hegeliano, visto como entidade supraorgânica, ou de um capital abstrato que emerge de fora das relações sociais. É consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e outros segmentos da sociedade (CORREA, 2012, p.43)

Defendemos e praticamos em nossa pesquisa uma Geografia militante na qual estas iniciativas são entendidas como expressões atualizadas da luta pelo direito à cidade, conforme proposto por Lefebvre (2001), enquanto direito à vida urbana, transformada e renovada. Numa construção que transita do pacto social ao contrato de cidadania, pois, além do direito à cidade cabe ao cidadão enquanto sujeito urbano, ao menos seis outros direitos: o direito à informação; direito à expressão; direito à

---

<sup>15</sup> Extraído da Página oficial do Coletivo na Rede Social Facebook. Disponível em [https://www.facebook.com/pg/tudonumacoisaso/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/tudonumacoisaso/about/?ref=page_internal), acesso em 24/06/2019.

cultura; direito à identidade na diferença (e na igualdade); direito à autogestão; direito aos serviços. Por fim, numa “utopia experimental”, o direito à felicidade:

A utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências. Estas podem surpreender. Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços "bem sucedidos", isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade? É isso que interessa (LEFEBVRE, 2001, p. 110).

A urgência de análises geográficas sobre este fenômeno que se verifica nos espaços, sobretudo aqueles empiricamente observados como negligenciados pelo poder público, encontra motivação no pensamento de autores como os franceses Dardot e Laval (2017), ao reportar serviços, objetos e, principalmente sua ausência ou decadência proporcionada pelo Estado refém do modelo neoliberal, como “comuns” que vão motivar e serem os princípios de lutas frente ao Estado e ao Mercado, ou seja, a autêntica forma de revolução do século XXI:

[...] identificar no princípio político do Comum o sentido dos movimentos, das lutas e dos discursos que, nos últimos anos, se opuseram à racionalidade neoliberal em várias partes do mundo. Os combates pela “democracia real”, o “movimento das praças”, as novas “primaveras” dos povos, as lutas estudantis contra a universidade capitalista, as mobilizações a favor do controle popular da distribuição de água não são eventos caóticos e aleatórios, erupções acidentais e passageiras, insurreições dispersas e sem objetivo. Essas lutas políticas obedecem à racionalidade política do Comum, são buscas coletivas de formas democráticas novas (DARDOT, LAVAL, 2017, p.10).

Hoje, com um novo e singular tipo de energia, o movimento das praças e ruas tem enriquecido esse conceito com novas demandas.

Ao implantar de forma coletiva uma forma de luta pelo bem comum no espaço em que vivem, atuam e trabalham e assim constroem e reconstróem a sociedade. Reconfigurando e criando espaços geográficos, os quais nós geógrafos militantes, temos a necessidade, vocação e urgência de investigar e entender em nossa atuação científica crítica militante e atuante.

A partir da análise da reconfiguração geográfica proporcionada pelo surgimento desta nova forma de fazer política, suas decisões, ações e mesmo, a reconfiguração espacial gerada por estes grupos e suas práticas políticas, acreditamos ser testemunhas do surgimento de novas possibilidades de interpretação para a categoria de análise de direito à cidade, a partir da mobilização e organização popular nas

regiões onde os coletivos se instalam. Conforme sustenta Lefebvre (2001, p.19) “aqui ou ali, as tensões tomam-se conflitos, os conflitos latentes se exasperam; aparece então em plena luz do dia aquilo que se escondia sob o tecido urbano”.

Entendemos a partir dessa formulação Lefebvrina, que uma discussão teórica bem formulada, aliada à abordagem em campo, presencial, militante, participativa e ativista junto aos coletivos e suas ações efetivas, oportuniza o entendimento geográfico da provável reconfiguração e desejada ressignificação de territórios negligenciados e suas redes. Cumpre assim a pesquisa geográfica o papel de objeto e sujeito de transformação da realidade espacial objeto de estudo.

Faremos a discussão teórica, partindo da construção histórica das mobilizações coletivas, partindo de um breve estudo dos movimentos sociais clássicos.

## 1.2 A abordagem clássica de movimentos sociais

Segundo Bobbio (1998), movimentos sociais pertencem aos processos pelos quais uma sociedade cria a sua organização a partir do seu sistema de ação histórica, através dos conflitos de classe e dos acordos políticos.

Para Tilly (2010), não foi sempre assim. Segundo o autor, há três séculos esta categoria de intervenção espaço-temporal não existia.

Os movimentos sociais na forma como são entendidos hoje, surgem e se desenvolvem a partir de meados do século XVIII como “uma influente e inovadora síntese de três elementos”:

- a) Um esforço público sustentado de elaboração de reivindicações coletivas direcionadas a determinadas autoridades (esforço que pode ser chamado de **campanha**);
- b) O emprego de combinações dentre as seguintes formas de ação política: criação de associações e coalizões para finalidades específicas, reuniões públicas, desfiles solenes, vigílias, comícios, demonstrações, iniciativas reivindicatórias, declarações para e nos meios de comunicação de massa, e panfletagem (esse conjunto variável de atividades pode ser chamado de **repertório** dos movimentos sociais); e

c) Representações públicas concertadas de **VUNC** (valor, unidade, números e comprometimento) por parte dos participantes:

- O termo VUNC soa estranho, mas representa algo bastante familiar. Demonstrações de VUNC podem assumir a forma de declarações, slogans ou rótulos que implicam valor, unidade, números e comprometimento: Cidadãos Unidos pela Justiça, Signatários do Compromisso, Defensores da Constituição, e assim por diante. Além disso, as representações coletivas expressam-se muitas vezes por meio de formas peculiares reconhecíveis pelos públicos locais, (TILLY, 2010, p. 136, 137)

Embora o próprio Tilly reconheça soar estranho o termo, não é difícil fazermos o exercício de reconhecer estes fatores nas ações e mobilizações dos coletivos.

Por exemplo:

- a) Valor: Somos um grupo de amigos, formamos uma família, buscamos dignidade humana e respeito aos princípios;
- b) Unidade: é costumeiro nos coletivos, o uso de uniformes, slogans como: “a construção é coletiva”; “agir local, pensar global”, faixas, músicas e animações mútuas, apoio a membros dos coletivos em situações difíceis com desemprego e doença;
- c) Números: listagem de presença, estatísticas de resultados das ações, números de dias de paralização, quantidade de membros efetivos, quilometragem percorrida em passeatas, número de panfletos distribuídos etc.
- d) Comprometimento: presença em mobilizações em fins de semana, feriados, noturnas e madrugadas; congressos e eventos. Empenho nas campanhas.

As formas, conteúdos e abrangência das campanhas, o repertório de atividades e os valores de VUNC vão fazer a diferença e identidade dos coletivos e vão ser portadores de sua potência de transformação das realidades e de luta pelas reivindicações postas nos espaços em que atuam.

Identificando as transformações pelas quais passaram os movimentos sociais ao longo do tempo, nos tornamos observadores alertas para a possibilidade de novas mudanças no futuro. Segundo Tilly (2010), a história dos movimentos sociais chama

a atenção para as condições políticas cambiantes que tornam possíveis os movimentos sociais

Uma possível interpretação destas condições políticas cambiantes, pode ser a transformação observada a partir da constatação de Lefebvre (2001). Para quem, ao longo dos três últimos séculos, ao mesmo tempo a sociedade humana se desenvolvia como sociedade urbana e sociedade industrial

Temos à nossa frente um duplo processo ou, preferencialmente, um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Os dois "aspectos" deste processo, inseparáveis, têm uma unidade, e, no entanto, o processo é conflitante. Existe, historicamente, um choque violento entre a realidade urbana e a realidade industrial. Quanto à complexidade do processo, ela se revela cada vez mais difícil de ser apreendida, tanto mais que a industrialização não produz apenas empresas (operários e chefes de empresas), mas sim estabelecimentos diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos (LEFEBVRE, 2001, p.16).

No século XX, configurados efetivamente como principal local de vida e convívio, estes estabelecimentos diversos, ou seja, os espaços urbanos, vão se transformar em espaço de disputa, para além dos portões e das reivindicações da fábrica. As questões urbanas vão ganhar peso e importância para além dos movimentos operários por salário e condições de trabalho.

Conforme Tilly (2010), dadas as demandas oriundas da distribuição desigual de produtos, renda e consumo, configura-se como parte efetiva da sociedade urbana a sociedade civil organizada, com o surgimento dos movimentos sociais reivindicatórios dos direitos civis, de mulheres, pelo voto, de negros. Ou seja, pelo direito de participar desta sociedade cada vez mais urbana.

Podemos então, entender e mesmo sistematizar a evolução histórica das mobilizações sociais, seus movimentos e coletivos, conforme proposto por Brandão (2011), para quem:

O século XX foi o palco de eventos e processos que impactaram profundamente as estruturas e as trajetórias da ação coletiva. Também foi a época em que os efeitos das grandes mudanças do século XIX se fizeram sentir para a grande massa da população. Assim, a urbanização, a industrialização, a formação e propagação do modelo de Estado-Nação e, principalmente, a expansão do capitalismo transformaram radicalmente as formas pelas quais as pessoas se relacionam, se percebem e se constituem enquanto sujeitos coletivos (BRANDÃO, 2011, p.123).

Poderíamos, então, elencar os movimentos sociais de acordo com uma combinação entre paradigmas epistemológicos e realidades históricas, conforme veremos a seguir.

### 1.2.1 Movimentos sociais antes de 1970

Antes de 1970, os movimentos sociais podiam ser classificados segundo dois paradigmas:

- a) O paradigma clássico, ou do comportamento coletivo; e
- b) O paradigma marxista.

Segundo Brandão (2011, p. 123), as teorias do paradigma clássico “se preocuparam em compreender o ‘comportamento coletivo’ enquanto uma reação às mudanças sociais geradas pelo processo de modernização”.

Processo este, acelerado pela industrialização e urbanização propagadas por todo o globo, transformando o espaço geográfico em sociedade pós-industrial, ou segundo Lefebvre (2001, p.16) uma “sociedade burocrática de consumo dirigido”.

No escopo teórico do paradigma clássico surge a dicotomia:

- a) Políticas institucionais, aquelas estruturadas de acordo com as normas político-sociais vigentes, ou seja, os poderes públicos constituídos (Estado) e grupos que os disputam – os partidos;
- b) Políticas não institucionais, provocadas e originadas pela falta de atenção plena dos entes públicos às crescentes demandas sociais geradas pelos processos de transformação espaciais causados pela sociedade pós-industrial. Aqui situam-se os movimentos sociais e consequentemente os coletivos.

Já no paradigma marxista, conforme Brandão

A ação coletiva na sociedade capitalista seria condicionada pela exploração presente no processo produtivo e, portanto, seriam as classes sociais não só os agentes das ações coletivas, mas também os sujeitos históricos das transformações revolucionárias (BRANDÃO, 2011, p.124).

A partir da leitura de Lefebvre (2001) é possível transportar esta tensão entre classes, para a disputa pela cidade. A exploração capitalista configurada na sociedade industrial e sua negação, se dão como um conflito de classes que vai encontrar na cidade a sua arena. Vai se reproduzir na cidade, produzindo relações sociais moldadas conforme este sistema dialético de opressor, oprimido e opressão; capital, trabalho e produção; cidade, cidadão e direitos.

Uma vez negados ou suprimidos os pressupostos do direito à cidade, geram-se as tensões. Nas quais cidadãos capitalistas, vão buscar lucros, riqueza e poder a partir da maximização do valor de troca dos espaços e objetos urbanos. Por outro lado, cidadãos com menos recursos, apropriados pelos capitalistas, ao se perceberem oprimidos, tendem a organizarem-se em movimentos sociais para lutar pelo direito à cidade como valor de uso.

### 1.2.2 Movimentos Sociais contemporâneos

A partir de fins da década de 1960 em diante, mobilizados por novas formas de organização e conduta social, cultural e política, os movimentos sociais vão se estabelecer sob um novo paradigma, o paradigma dos Movimentos Sociais Contemporâneos (Gohn, 1997).

Estes novos movimentos surgidos, notadamente, a partir dos movimentos estudantis, em conjunto aos de trabalhadores na França (no emblemático maio de 1968), conforme Brandão (2011) vão influenciar as formas de organização de contestação política urbana.

Um importante ponto de inflexão histórica e teórica foi a irrupção de inúmeros protestos sociais sui generis nos países capitalistas desenvolvidos nos anos 1960 e 1970. Essas mobilizações e confrontos mostraram a necessidade de uma reformulação das teorias de ação coletiva, incapazes de explicar por que os movimentos de protesto eram encabeçados não pelos trabalhadores, mas sim por estudantes, donas de casa, idosos etc. Da mesma forma, as reivindicações eram predominantemente pluriclassistas, colocando em pauta temas como etnia (o movimento pelos direitos civis), gênero (o movimento feminista) e estilo de vida (os movimentos pacifistas e ambientalistas) (BRANDÃO, 2011, p.125,126).

Surgia assim o ativismo, tendo como expoentes, o movimento negro, o movimento feminista, a contracultura e os movimentos por direitos civis nos Estados Unidos (fim dos anos 1960 e década de 1970), com reflexos no Brasil e na América Latina, na luta contra as ditaduras militares e mais tarde os movimentos ambientalistas. A partir deste momento, as formas de organização popular e, por outro lado, de repressão do Estado e das políticas institucionais nunca mais seriam as mesmas.

Segundo Brandão (2011), os movimentos sociais contemporâneos podem ser categorizados segundo ao menos três diferentes teorias:

a) Teoria da Mobilização de Recursos.

As ações coletivas são consideradas ações políticas legítimas, uma vez entendidas as formas de mobilizar recursos como pessoas, dinheiro, tempo, conhecimento, objetos e quais contrapartidas em resultados para a solução das demandas foram alcançadas como benefícios para a coletividade.

Os grupos desprovidos dos recursos necessários para garantir um amplo acesso à esfera institucional lançariam mão de formas de ação não institucionalizadas por meio da mobilização coletiva. Assim, as manifestações, passeatas, greves e ações violentas seriam recursos produzidos para, face às barreiras da política institucional, buscar a realização de interesses por meio de ações não institucionais (BRANDÃO, 2011, p. 126);

b) Teoria dos Novos Movimentos Sociais.

Touraine (1985) vai acrescentar à tradicional e histórica postura de conflito político com e contra o Estado, a concepção de conflito social pelo controle do padrão cultural. Ou seja, para além das disputas por bens materiais, a sociedade pós-industrial, chamada por Touraine (1985) de sociedade “programada”, com o domínio da informação pelos detentores das técnicas, expõe a risco as individualidades, os sujeitos.

Assim, os coletivos surgidos a partir de mobilizações de grupos identitários como mulheres, negros, LGBTQIA+, estudantes, apresentam ao mundo, a partir do movimento das ruas da França em maio de 1968, novas formas de organizar tanto a vida quanto a ação social.

### c) Teoria do Processo Político

Para Tilly (2010), apesar de identitários, locais e com repertórios próprios, os movimentos herdam traços culturais que influenciam as formas de organização. Bem como, têm oponentes e opositores comuns a um esquema sociopolítico engendrado em uma estrutura maior, a estrutura social e a política institucional.

Segundo os autores defensores desta teoria, as mobilizações coletivas se dão como oportunidades de ação a partir das ameaças colocadas por estas estruturas.

## **1.3 Dos movimentos sociais aos coletivos urbanos: Da zona de conforto às redes de indignação**

Tomando como ponto de partida paradigmas sociológicos de diferentes vertentes, como os americanos, europeus e os que tratam a realidade latino-americana, Gohn (1997), enxerga os movimentos [sociais] desde as últimas décadas do século passado, transitando, fluindo e se desenvolvendo em espaços não-consolidados das estruturas e organizações sociais. Na maioria das vezes questionando estas estruturas e propondo novas formas de organização à sociedade política.

A partir dos movimentos sociais, ora como menores manifestações destes, ou como estágio anterior à sua formação e estruturação, os coletivos, segundo o Dicionário Político de Bobbio et al (1998), teriam surgido ao longo da década de 1990, na onda neocapitalista instalada ao redor do mundo pós-guerra fria, como novas formas de organização social e política.

Para entender estas novas formas de organização política surgidas em meio, ou como extrapolação dos movimentos sociais tradicionais, França (2015) propõe uma análise comparativa das políticas institucionais e não institucionais, a partir do paradigma clássico, associando-o à realidade política brasileira atual.

Em um ensaio sobre a tensão entre os movimentos não institucionais e os partidos políticos, compreende-se o processo histórico de interação e relação entre

movimentos sociais, orientados pelo ciclo de autonomia e institucionalização na interação com os partidos políticos, a partir de duas tensões:

- a) A de expectativas, vinculada à percepção que os movimentos têm dos partidos políticos e suas motivações; e
- b) A organizacional, vinculada às realidades. Quando muitas vezes ao deixarem o campo da autonomia de organização apartidária (política não institucional) e se aproximarem dos partidos (política institucional) e assumirem até mesmo cargos, ou espaço no Estado, os movimentos perdem a identidade que os formula.

A partir da realidade política brasileira, em que, segundo França (2015, p.82), “a identidade partidária de partidos de massa, a exemplo do PT, é borrada pela estratégia adotada no âmbito institucional e político-eleitoral, a qual é condição para seu sucesso na gestão do Estado.

Levy (2014) identifica no início uma adesão dos movimentos sociais à política institucional, na expectativa de realizar a partir da atuação como membros do âmbito do Estado, as mudanças necessárias para uma maior justiça social.

Muitos movimentos sociais (com exceção dos grupos ligados à Via Campesina) acreditam que a forma mais importante de trabalhar em prol das mudanças de regime é dentro do sistema político, e por essa razão colocam a maioria dos seus recursos seja em parcerias com governos aliados, seja em estruturas de governança dos governos aliados ou outros governos. Por exemplo, nos três casos que estudamos, o movimento feminista ganhou paridade dentro do partido e um ministério dentro do governo, mas perdeu em questões relacionadas a aborto e reprodução; o MST ganhou programas apoiados pelo governo, mas perdeu na adoção do modelo governista do agronegócio; o movimento de moradia ganhou um programa nacional de habitação, mas perdeu em questões de infraestrutura urbana. Todos os movimentos sociais esperavam mais do governo petista em relação ao cumprimento da sua missão de partido de esquerda, e ficaram decepcionados com a decisão da alta cúpula do partido de mirar a permanência no poder mais que a mudança da sociedade segundo os ideais socialistas (LEVY, 2014, p.55-56).

Porém, a realidade institucional de necessidade de acordos políticos para sustentação do governo, a invés de promover as requeridas transformações sociais, gera decepção frente à realidade da atuação político-partidária e governamental.

Ocorre então, uma crescente descrença popular nas formas tradicionais de se fazer política (institucional). Descrença esta que vai atingir inclusive as instituições que

apoiavam o governo popular como Igreja, sindicatos, associações de classe, ONGs e até mesmo, os movimentos sociais.

Estava dado o contexto histórico propício ao surgimento vertiginoso dos coletivos populares (política não institucionalizada) nas últimas décadas.

Uma vez que os partidos e movimentos populares, ao se institucionalizar, traíram objetivos e lutas históricas formuladoras e identificadoras dos próprios movimentos sociais, a forma como os movimentos identitários (coletivos) e suas mobilizações coletivas se estruturam, podem ser as forças construtoras da nova sociedade utópica e dialeticamente construída a partir dos espaços de esperança em que estes movimentos, revolucionários na forma de organização e atuação, vão se constituindo.

Surgidos e impulsionados a partir da década de 1990, sob o contexto sócio-político mundial da emergência do modelo de sociedade única planetária, configurada pós embate capitalismo x socialismo como sociedade de consumo, portadora das mazelas socioambientais consequentes do modelo de acumulação capitalista. Percebem-se rumores de insatisfação com a falta de oportunidades, as contradições das promessas de oportunidades do sistema capitalista, tornadas mundiais pelos próprios processos de globalização alicerçados pelo crescimento e estabelecimento mundial das modernas formas de transporte e TICs, conforme Tilly (2010):

Na virada para o século XXI, no mundo todo, o termo “movimento social” foi reconhecido como um toque de clarim, como um contrapeso ao poder opressivo, como uma convocação à ação popular contra um amplo espectro de flagelos (TILLY, 2010, p. 135).

Porém, os movimentos sociais tradicionais por terem aumentado tanto de tamanho e, muitas vezes se aliado ou mesmo se tornado política institucional, não perceberam ou absorveram a transformação no espaço e no tempo efetuada por estas mudanças.

Neste contexto, a pesquisadora Brena Lerbach (2011) percebe uma mudança na configuração dos movimentos sociais tradicionais, de como se davam em décadas passadas, anteriores à era da globalização e das modernas tecnologias de transporte e de telecomunicações e informação. Transformaram-se, na visão da autora, não só as formas de se organizar, dos movimentos sociais, como também as pautas e os próprios indivíduos, suas carências e necessidades frente à sociedade cada vez mais urbana, industrial e consumista:

[...] o cenário de hoje é muito diverso do de então, marcado pelo movimento pelos direitos civis americano, pelos movimentos feminista e ambientalista da década de 1970; e, pensando o Brasil, do cenário de efervescência das décadas de 1970 e 1980, quando lutas populares se erigiam contra a ditadura militar, a pobreza e a repressão. Os movimentos sociais se burocratizaram; viraram partidos; alguns desapareceram, devido ao atendimento das demandas reivindicadas; se empresariaram ou assumiram a prestação de serviços estatais, esmaecendo-se, assim, o espírito de inovação política que os caracterizava no período anterior (LERBACH, 2011, p.1).

Os coletivos populares surgem como novas formas de manifestação da resistência popular organizada para superar estes conflitos característicos da vida urbana. Buscam-se alternativas de direito à cidade como: moradia, mobilidade, cultura, educação, frente aos interesses de dominação da cidade pelos capitalistas aliados ou patrocinadores do poder público, conforme atesta Gohn (1997):

[...] o Estado, objeto central de investigação de grande parcela de cientistas sociais, passou, no plano da realidade concreta, a ser deslegitimado, criticado, e com a globalização perdeu sua importância como regulador de fronteiras nacionais, controles sociais etc. Ocorreu um deslocamento de interesse para a sociedade civil, e nesta os movimentos sociais foram as ações sociais por excelência (GOHN, 1997, ps.11,12).

Buscando uma definição para os coletivos, ao mesmo tempo em que entende a importância prática e teórica do que chama de movimentos carismáticos de grupo, Bobbio et al (1998) os apresenta como:

[...] experiências de grupo mais limitadas, que se apresentam como formas de uma nova sociedade em estado nascente. Os processos coletivos de origem política, religiosa, artística, de oposição cultural, etc., que na última década se multiplicaram e difundiram, particularmente nas sociedades neocapitalistas ocidentais, se oferecem, na condição de grupo, como alternativa institucional, ética e instrumental, o que pode ocorrer a partir de uma experiência das contradições particulares do sistema de produção e de poder, da qual se passa à contestação radical dos valores e contradições fundamentais. O poder que o grupo reivindica se baseia em valores que ele próprio cria e propõe, numa fé e atividade prática, novas, vividas como algo radicalmente diverso em relação aos "demais", e cuja eficácia se quer demonstrar ativamente, quando menos num sentido simbólico de ruptura e de reconstrução básica. O grupo carismático apresenta-se a si mesmo, e não tanto à sua liderança interna (que também pode ser carismática no sentido pessoal do termo), como quadro de referência e coletividade de agremiação inteiramente novos (BOBBIO et al, 1998, p. 150).

Estas experiências coletivas, quando organizadas em torno da defesa, construção ou conquista do direito à cidade, configuram-se como formas alternativas às antigas manifestações políticas e organizacionais como partidos políticos, igrejas,

associações diversas, sindicatos e, mesmo os movimentos sociais tradicionais e históricos. Os quais, a partir de agora serão muitas vezes originados ou enriquecidos seja por ideias, formas de agir ou mesmo agentes sociais e ativistas oriundos e formados nas mobilizações e coletivos urbanos.

Cabe registrar, a ocorrência em paralelo ao surgimento dos coletivos, sobretudo nos meios urbanos, no contexto da luta pelo direito à cidade, o aparecimento de formas reacionárias e conservadoras de mobilização popular. Atuando em paralelo ou em oposição aos movimentos sociais e coletivos urbanos.

Estas mobilizações vão ser identificadas por Santos Junior (2019) como contramovimentos ou antimovimentos sociais, os quais necessitam ser melhor pesquisados e entendidos:

Ainda de uma forma muito geral, essa nova forma de ação parece se caracterizar pelos seguintes aspectos: (i) negação da política e da democracia como esfera pública de regulação dos conflitos e como convivência com o outro, com o diferente; (ii) formas centralizadas e opacas de decisão, fortemente hierarquizadas; (iii) formas de controle comportamental vinculada a instituições religiosas conservadoras, em geral igrejas neopentecostais; (iv) repertório de ação assentado no controle difuso de redes sociais, com a produção e difusão de notícias próprias (incluindo uma vasta produção de notícias falsas, as chamadas fake news) e voltados para públicos específicos; (v) possuir vínculos com grupos milicianos armados, os quais sustentam e legitimam nas suas ações coletivas (SANTOS JUNIOR, 2019, p.19).

Estes contramovimentos, ou antimovimentos também se manifestam no recorte espaço-temporal coberto por esta pesquisa e vão se opor aos movimentos e coletivos urbanos, ora se aliando às classes dominantes ou ao Estado, em troca de benefícios por vezes espúrios, individualizados ou localizados em pequenos grupos, em detrimento da satisfação e concessão do direito à cidade para toda a comunidade e coletividade.

Também estas formas de organização vão ser confrontadas e contestadas no espaço de luta política urbana. Originando assim, mais um embate e ponto de inflexão para os coletivos, organizados como redes de indignação frente às velhas formas de fazer política, mas também frente aos novos atores do campo de direita.

#### 1.4 De redes de indignação a espaços de esperança

Para entender como as redes de indignação se formam no Brasil, lançamos mão dos estudos sobre o movimento operário dos anos 1970 e início dos anos 1980 no ABC paulista, realizados por Sader (1995), que entende estas mobilizações como movimento social reformulador das práticas políticas historicamente implantadas e atuantes no território brasileiro.

Com uma metodologia de investigação militante e atenta ao seu tempo, Sader (1995) procurava identificar novos personagens no cenário político brasileiro da pré-redemocratização, uma vez que instituições como a Igreja, confrontada pela emergente Teologia da Libertação, a partir das Comunidades Eclesiais de Base e os partidos políticos, com novos desafios históricos por novas composições, ou se reformulavam, ou perderiam espaço na apresentação de propostas de reorganização da sociedade brasileira pós abertura política.

Embora, o movimento operário do ABC paulista tenha efetivamente reformulado processos históricos e ameaçado a forma de organizar o espaço político brasileiro e possivelmente latino-americano, além de oferecer novos atores para o cenário de enfrentamento à dominação social imposta pelas elites da época, esta não foi uma construção única dos trabalhadores e do movimento operário do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Estudando o movimento de Clube de mães, na periferia da Zona Sul de São Paulo, as Comissões de Saúde da Zona Leste, além da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, Sader (1995) entende estar nascendo uma nova forma de fazer política a partir das bases: os novos movimentos sociais. O fato era inovador e revelador.

Entre as rupturas que marcam todas as transições, uma das mais impressionantes nesta que estamos tratando é certamente a que cruza a história do movimento operário, ou das “classes populares”, ou dos “setores dominados” [...]. A novidade eclodida em 1978 foi primeiramente enunciada sob a forma de imagens, narrativas e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena política reivindicando seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos. O impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua representação [...]. Eles foram vistos, então, pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades

coletivas. Tratava-se de uma novidade no real e nas categorias de representação do real (SADER, 1995, p.26,27).

Para Sader, a partir deste momento era praticamente impossível manter o discurso historiográfico de ineficácia organizacional dos movimentos sociais, pela forma como as greves operárias, a partir de sua prática e organização se estruturavam como o maior movimento operário já visto no país. Bem como, em diferentes dimensões e proporções, as demandas das periferias por educação, transporte, saúde, entre outras, chegavam aos palanques operários, fazendo do movimento operário um movimento de classe e de insurgência, com a potência política de transformação requerida para ameaçar o capitalismo e causar impacto nas diferentes formas de dominação social.

Para Bertonecelo (2009), outro movimento de mobilização forte da sociedade brasileira se deu no início dos anos 80, com o início do processo de redemocratização, a campanha das Diretas Já. Este movimento, além de recriar no povo brasileiro a capacidade organizativa e de associação, mobilizou diversos grupos de diferentes origens e tamanhos num objetivo único.

[...]Como consequência disso, produziram-se alterações no funcionamento do sistema político, modificando a relação entre os centros de poder nos âmbitos nacional e estadual e desagregando a base de apoio político-partidária do regime militar [...] A realização relativamente bem-sucedida de um conjunto de manifestações por eleições diretas no início de 1984 (tanto em capitais quanto em municípios interioranos, levando às ruas mais de 400 mil pessoas em janeiro e cerca de 700 mil no mês seguinte) incentivou outros grupos sociais e políticos a mobilizar-se. Em parte, isso resultou na multiplicação dos comitês pró-diretas em âmbito nacional, processo que se alimentou da maior organização dos partidos de oposição e da maior autonomia política e capacidade organizacional de diversos grupos sociais. De fato, os comitês, que reuniam os partidos de oposição, membros do grupo pró-diretas do PDS, além de associações e entidades sociais diversas, constituíram-se em grande medida apropriando-se do aparato organizacional existente e transformando-o em estruturas de mobilização. Esse foi um dos fatores que permitiu expandir a luta por eleições diretas pelo território nacional (BERTONCELO, 2009, p.174-178).

Embora, não tenha tido êxito no objeto reivindicado (as eleições diretas, só seriam efetivadas em 1989), este foi um momento de retomada dos movimentos de ruas e de organização popular, o qual esteve paralisado por força da ditadura militar.

A década de 1990, trouxe novas prerrogativas para a organização popular, uma vez que o próprio mundo assistia à reformulação das ideologias dominantes mundiais, com a consolidação do discurso único capitalista, neoliberal, a partir do fim da guerra

fria, e do estabelecimento do capitalismo centrado na hegemonia americana como pensamento dominante.

No Brasil, no tocante aos movimentos sociais para Gohn (2011),

A partir de 1990, ocorreu o surgimento de outras formas de organização popular, mais institucionalizadas – como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular etc. Os fóruns estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala, gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los. Emergiram várias iniciativas de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público, impulsionadas por políticas estatais, tais como a experiência do Orçamento Participativo, a política de Renda Mínima, Bolsa Escola etc. Todos atuam em questões que dizem respeito à participação dos cidadãos na gestão dos negócios públicos. A criação de uma Central dos Movimentos Populares foi outro fato marcante nos anos 1990, no plano organizativo; estruturou vários movimentos populares em nível nacional, tal como a luta pela moradia, assim como buscou uma articulação e criou colaborações entre diferentes tipos de movimentos sociais, populares e não populares (GOHN, 2011, p.342).

Embora, já sob o regime democrático, a associação dos movimentos da sociedade civil às esferas e iniciativas de poder, trouxeram uma certa desmobilização dos movimentos populares urbanos, deslocando o eixo da luta política para os partidos políticos e a ideia de levar ao poder institucional, representantes das classes menos favorecidas.

Na década de 2000, com os governos populares, ocorre a proximidade e institucionalização dos movimentos sociais, já discutida nesta dissertação.

Percebe-se na sociedade brasileira o ressurgimento de mobilizações em ruas e praças, notadamente a partir de junho de 2013, as “Jornadas de junho”<sup>16</sup> comandadas pelo MPL – Movimento Passe Livre, contra o aumento da passagem de ônibus no município de São Paulo, a princípio como formas de demonstração de descontentamento com as formas tradicionais de se fazer política, tendo por alvo principalmente os partidos políticos e as estruturas formais de poder.

Embora as “Jornadas de junho”, posteriormente tenham sido reavaliadas em função dos acontecimentos desencadeados. Segundo Mattos et al (2016) contribuindo para o golpe parlamentar de 2016, tendo funcionado assim como contramovimento, ou antimovimento. Para Castells (2017), o Brasil deixava a partir daquele momento,

---

<sup>16</sup> As Jornadas de Junho e o Movimento Passe Livre, artigo disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/03/o-que-o-movimento-passe-livre-deixou-de-heranca-4-anos-apos-as-jornadas-de-junho.htm>, acesso em 21/02/2020.

de ser uma exceção, e passava a figurar no rol de países onde surgiam estas novas formas de movimentos sociais, as mobilizações coletivas.

Ações coletivas avessas às velhas formas de organizar, fazer, estruturar e mesmo de noticiar políticas. As quais, ignoram partidos políticos, desconfiam da mídia, não reconhecem nenhuma liderança e rejeitam toda organização formal, sustentando-se na internet e em assembleias locais para o debate coletivo e as tomadas de decisão (CASTELLS, 2017, p.12).

Estas mobilizações se espalham pelo mundo, em meio ao contexto sócio político de descrença e desmotivação da sociedade civil organizada frente a, por um lado, os Estados nacionais totalmente subservientes ao capital especulativo internacional e seu receituário liberal, apesar de todas as suas implicações na perda de direitos e desmonte do “estado de bem-estar social”.

Por outro lado, frente à total incapacidade das forças tradicionais de esquerda em organizar uma agenda de lutas e pautas capazes de gerar incômodo real ao modelo de organização social vigente, principalmente após a derrocada do socialismo e a vitória do pensamento único neoliberal e excludente, no mundo globalizado.

Harvey (2016) vai acusar a esquerda e seus pensadores de fomentar intelectualmente o crescimento dos movimentos identitários, ao invés de fazer uma revisão ideológica e programática da própria atuação política.

As forças da esquerda tradicional (partidos políticos e sindicatos) são nitidamente incapazes de configurar uma oposição sólida ao poder do capital. Há trinta anos elas são derrotadas pelos ataques ideológicos e políticos da direita. [...] hoje o que resta da esquerda radical atua amplamente fora dos canais de oposição institucionais ou organizados, com esperança de que ações de pequena escala e o ativismo local possam contribuir para alguma alternativa satisfatória em grande escala (HARVEY, 2016, p.12).

Não obstante, esta posição tanto crítica quanto cética de Harvey, frente às mobilizações sociais singulares, com menor abrangência espaço-temporal, às quais classifica como identitárias, verifica-se empiricamente um fato: torna-se perceptível nas ruas brasileiras, como já o fora em décadas anteriores nas ruas francesas, espanholas, árabes, bem como na Praça da Paz Celestial, o surgimento de novas formas de mobilização social, com estruturas leves, desburocratizadas e altamente democráticas e participativas, com a mobilização se dando através das novas tecnologias de informação e telecomunicação, mormente a Internet e as suas redes sociais de alcance global.

Apesar de, na forma e conteúdo das reivindicações, assemelharem-se aos movimentos sociais clássicos, são perceptivelmente originados em agrupamentos menores de pessoas (ao menos no início da mobilização), por isso mesmo, mais ágeis e tornam-se atrativos principalmente para as camadas mais jovens da população.

Os jovens, estudantes, as periferias e os negros são setores atraídos para as mobilizações pela facilidade de acesso, sem burocracia de filiações, sem necessidade de comprovações identitárias. As pessoas aderem às causas por identificação ideológica, solidariedade a uma causa (ou várias). Ocorre uma aproximação natural de sentimentos e desejos de ação e transformação, unindo e mobilizando coletivamente indivíduos em arranjos associativos diferentes e renovadores das formas de organização popular tradicionais.

Estas novas formas de organização, pelas características diferenciadas e inovadoras de mobilização carregam em si um forte grau de esperança em novas formas de ação política a partir da interferência destes grupos nos territórios. Porém, não se trata de uma esperança passiva, ou romântica, aguardando por ação de outros naquilo que afeta a nós e nossa coletividade. A esperança pulsante nos coletivos é motivadora e impele para a prática, transformando os espaços físicos ou mesmo virtuais ocupados pela coletividade em territórios de resistência, e espaços de esperança.

### **1.5 Movimentos sociais e os ciclos de acumulação capitalista**

Há uma certa similaridade entre os entendimentos de Harvey (2016) e Touraine (2006) quanto a ações coletivas extremamente localizadas ou identitárias, não carregarem a potência necessária para abalar o capitalismo. Fato devido à natureza desigual do sistema capitalista, baseada em uma estrutura de classes, as quais se dissipam e se desfiguram nas diversas pautas das lutas identitárias.

Porém, Harvey (2016) entende estas pequenas manifestações e mobilizações, como uma das contradições perigosas para a continuidade do modelo de organização da sociedade capitalista. Em sua “contradição 17. A revolta da natureza humana: alienação universal” a qual Harvey (2016, p.247) aponta como a mais perigosa para o capital.

Imagine como seria o mundo se a dominação do valor de troca e o comportamento alienado associado à busca de poder monetário, como descreveu Keynes, fossem simultaneamente reduzidos e o poder das pessoas privadas para lucrar com a riqueza social fosse radicalmente reprimido. Imagine ainda, se a alienação da experiência contemporânea do trabalho, do consumo compensatório que nunca satisfaz, dos níveis incalculáveis de desigualdade econômica e discordância na relação com a natureza diminuísse por conta de uma onda de descontentamento popular com os excessos do capital. [...] os movimentos de oposição – altamente fragmentados, mas numerosos – podem convergir e se juntar num movimento solidário mais unificado contra o domínio do capital. (HARVEY, 2016, p.247).

Uma vez organizados estes coletivos e suas demandas podem ser o indício da derrocada do capitalismo. Principalmente, devido à incapacidade do sistema hegemônico em atender à totalidade das demandas humanas de forma justa e igualitária.

Esta incapacidade de gerar justiça social, é um fator propício a gerar a insatisfação popular com as mazelas causadas pela extrema desigualdade, contraditórias com a natureza humana. Assim, a insatisfação pode se transformar em rebeldia coletiva contra o sistema, tendendo a crescer um estado de revolta a ponto de se tornarem movimentos de insurgência e, acabarem por desfigurar o capitalismo, ao menos como ele é conhecido neste momento histórico.

Uma análise, sob outro ponto de vista, o da dinâmica evolutiva do capital é possível a partir da leitura de Arrighi e Silver (2001). Para estes autores, o capitalismo, historicamente, tem conseguido aplacar os movimentos sociais, através de repressão e cooptação.

Até então, o capitalismo tem conseguido aplacar estes movimentos sociais como riscos e consequência de quebras de compromissos históricos, através de repressão, cooptação e, em seu limite de risco, através de reformas nas próprias formas de acumulação.

Diferentemente de Harvey (2016), defensor da ideia dos movimentos como motores de contestação capazes de acelerar a derrocada do capitalismo, Arrighi e Silver (2001) afirmam que nestes momentos históricos característicos das rupturas hegemônicas, o capitalismo acaba por se rearranjar.

Nas últimas duas vezes em que estes eventos ocorreram, o capitalismo gerou como resposta espacial aos acontecimentos históricos, o surgimento de um novo Estado capitalista hegemônico. O qual consegue efetivar sua liderança com um novo modelo resultante do colapso do modelo anterior. Assim, à Holanda do século XVII se

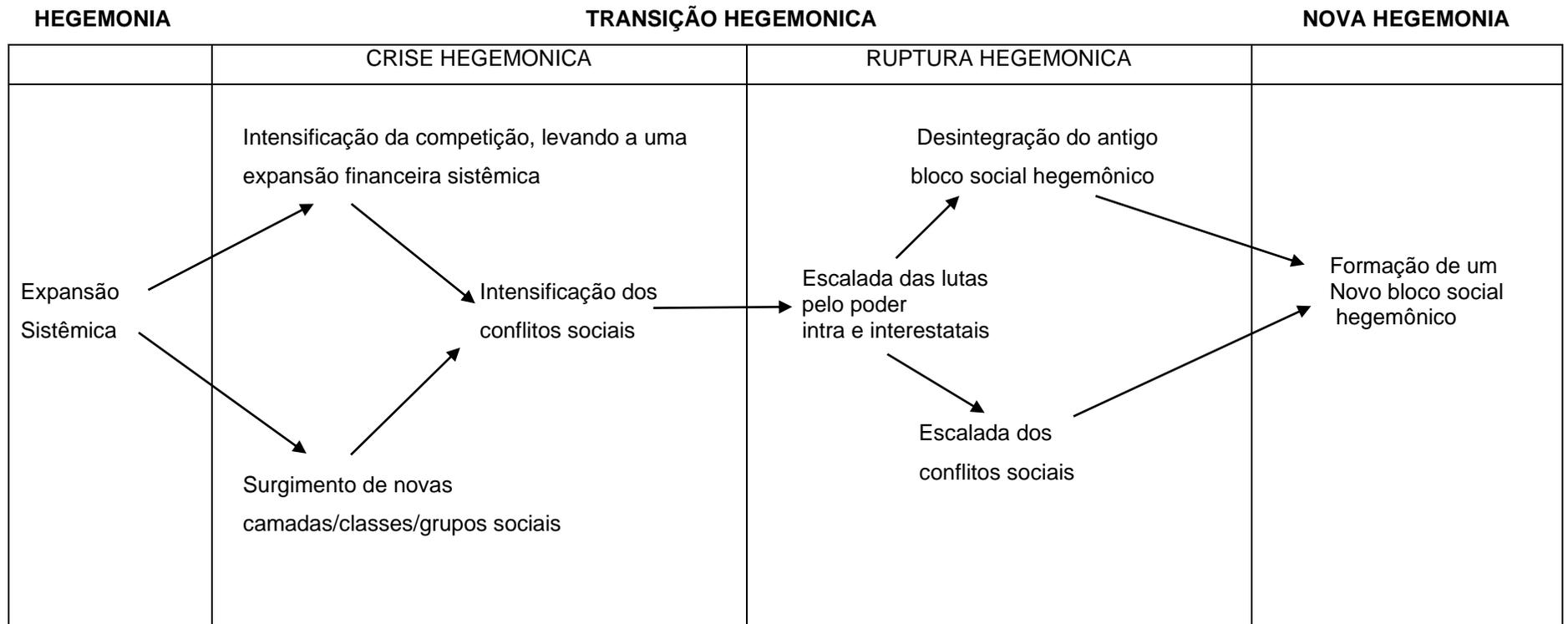
sucedeu a Inglaterra entre os séculos XVIII e XIX, à qual sucedeu os EUA no século XX.

Apresenta-se, nestes momentos, como solução, um pacto social novo, ajustado às questões sociais levantadas nas revoluções e conflitos sociais responsáveis pela intensificação da contestação da dominação interempresarial e interestatal culminantes na crise hegemônica anterior.

Este pacto social, deverá assim, ser o molde das novas relações sociais que gerarão o ciclo virtuoso de crescimento econômico e acumulação capitalista no novo ciclo hegemônico.

Ao observar o Quadro 2, podemos entender a dinâmica das transições de classes hegemônicas, propostas por Silver e Slater (2001).

Quadro 2 – Transições hegemônicas e conflito social



Fonte: Arrighi, Silver, 2001. p.189, il.

Entre os motores de derrocada do grupo social hegemônico nos ciclos viciosos, estão os conflitos sociais, mobilizados e capitaneados por movimentos sociais. Aos quais Arrighi e Silver (2001) vão chamar de “Poder dos grupos subalternos”, oriundos da falta de respostas do capitalismo a perguntas, como:

Chegamos ao fundo do poço nas condições de trabalho e vida?

O acelerado desenvolvimento tecnológico levará ao desaparecimento das classes trabalhadoras menos qualificadas, extremando o problema do desemprego estrutural?

Crises de ordem social e econômica, como o caos da violência urbana e das condições de vida nos países periféricos, a preocupação com o inchaço populacional nos centros urbanos, as crises humanitárias como as de refugiados. A crise ambiental e as anunciadas crises sanitárias e pandemias como a da COVID-19;

A escassez do trabalho como se conhecia antes da revolução técnico científica aliada à consolidação e ascensão no mercado de trabalho, de mulheres, principalmente nos países centrais e nas zonas de centro dos países periféricos, gerando crises de machismo, xenofobia, racismo e outros riscos de conflitos sociais, gerados a partir das rivalidades entre Estados e corporações.

Arrighi e Silver (2001), comparando as crises e impulsos do sistema capitalista que dinamizaram as sucessões hegemônicas nomeando-as como ciclos viciosos (caos sistêmicos sociais resultantes das rivalidades intra e interestatais e interempresariais), identificando-os em manifestações sociais como:

- a) As greves dos operários navais holandeses (séc. XVIII);
- b) As revoltas das classes baixas contra os burgueses, os capitalistas e a cooptada classe média inglesa (séc. XIX);
- c) As revoluções dos negros no Haiti e as revoltas que levaram às independências nas Américas e à descolonização na África e Ásia ao final do século XIX e início do XX;
- d) Bem como, a chegada e tomada de posição no mercado de trabalho, das mulheres do século XX, frente ao capitalismo machista patriarcal.

Entendem os autores que, até hoje, processos característicos do capitalismo têm conseguido aplacar estes movimentos sociais através de repressão, cooptação e reformas da própria forma de acumulação capitalista.

Ao longo do tempo, os capitalistas acabaram por atender às reivindicações, ajustando o próprio resultado das demandas ao sistema capitalista, como melhorias na qualidade dos locais de trabalho, adequação dos horários a uma melhor qualidade de vida humana e a própria administração das relações entre operário e patrões como estratégias de produção.

Após os ajustes, muitos dos movimentos simplesmente se desmontaram, tornando bastante aceitável a sugestão de Touraine (2006) de apenas classificar as mobilizações coletivas como movimentos após a constatação histórica de sua capacidade de interferência nos sistemas de acumulação capitalista e na própria estrutura social fruto desta acumulação.

#### **1.6 Os coletivos e a utopia dialética: serão capazes de abalar lógica de acumulação do sistema capitalista?**

Harvey (2016) enxerga nestes pontos históricos de inflexão, como os apontados por Arrighi e Silver (2001), contradições do capital capazes de suscitar crises que levem ao colapso do capitalismo.

No entanto, o próprio Harvey, pondera que nestes momentos, as contradições geram inovações dentro do próprio capitalismo o qual se reinventa. Neste caso, as contradições capitalistas não se resolvem, apenas se deslocam no tempo e no espaço criando uma forma do próprio capitalismo.

É raro que as contradições sejam totalmente resolvidas. Crises são momentos de transformação em que o capital tipicamente se reinventa e se transforma em outra coisa. E essa “outra coisa” pode ser melhor ou pior para as pessoas, mesmo que estabilize a produção do capital (Harvey, 2016, p.17).

Um exemplo citado por Harvey (2016) para contradições do capital, cuja solução foi uma reinvenção do próprio capitalismo com deslocamento dos eixos de crise para outro espaço e tempo é o caso da crise energética, na Inglaterra do século XVIII.

Naquele caso, ou se usaria a força camponesa para produzir alimento, ou se geraria carvão para a indústria. A saída foi a introdução do carvão mineral. Mais tarde,

com a revolução urbano-industrial e o advento do automóvel, o carvão não atenderia mais à demanda e seria substituído em larga escala pelo petróleo e eletricidade.

Hoje diante do dilema ambiental, certamente, segundo esta lógica de contradição deslocada no tempo e espaço, proposta por Harvey, podemos imaginar como adaptação do capital, os combustíveis fósseis sendo substituídos por energia limpa e renovável, em paralelo, a indústria de marketing vendendo a responsabilidade socioambiental, como uma bandeira capitalista.

Porém, para Harvey (2016) – diferentemente de Arrighi e Silver (2001), a nova forma do capitalismo, surgida após resolução das contradições, não passa por um pacto social e sim por um rearranjo do próprio capitalismo. Principalmente, se considerarmos ser impossível o atendimento às demandas dos mais diversos grupos identitários (questões de gênero, raça, nacionalidade, etnia, religião, entre outras), sem se levar em conta as questões estruturantes do capitalismo, as quais se originam na questão da acumulação infinita, e se apresentam como contradições fundamentais.

Aquelas contradições internas do capital que foram responsáveis pelas crises recentes e que dão a entender que não há saída sem a destruição da vida e da subsistência de milhões de pessoas no mundo (HARVEY, 2016, p.21).

Harvey (2016) conclui sua análise apontando a necessidade do surgimento de um movimento anticapitalista global, obrigatoriamente com potência e capacidade de contestação e de impacto no sistema financeiro e governamental mundial. Uma articulação global, maior que os movimentos sociais tradicionais.

Uma força inovadora, que pode ser baseada na potência de organização e mobilização dos coletivos, porém com ações e movimentos claros de renovação. Ou seja, caso surja a oportunidade de suplantar o sistema capitalista, qual a nova ideia de formulação social, econômica e política apresentaremos.

Para o pretense movimento “anticapitalista” em formação, é crucial não só compreender aquilo a que deveria se opor, mas também elaborar um argumento claro que explique porque o movimento anticapitalista faz sentido em nossa época e porque é tão imperativo, se o objetivo da maior parte da humanidade é viver uma vida decente nos anos difíceis que estão por vir (HARVEY, 2016, p.22).

Seguindo a mesma lógica de identificação de um movimento anticapitalista mundial, porém, valorizando as ações dos grupos identitários de diversas frentes e segmentos, além das mobilizações coletivas, vamos encontrar Castells (2017) defendendo que o problema da organização de pautas reivindicatórias ou de

contestações capazes de abalar o sistema, não reside tanto no tamanho, e sim na forma de estruturação, mobilização e organização das Redes de indignação.

Segundo Castells (2020), é urgente o surgimento de um movimento global pronto para assumir as rédeas da nova sociedade. Segundo o autor, a crise do capitalismo financeiro global já se iniciou, de forma dramática nos EUA em 2007 e está se demonstrando mais uma vez na crise mundial provocada pela pandemia da COVID-19.

Entramos, sem dúvida alguma, em uma profunda e larga recessão mundial que se converterá em uma crise financeira pior que a de 2008 porque as empresas voltaram a se endividar pensando que de novo tudo era brincadeira. Em meio a tudo isso, e apesar de tudo, a China deteve a expansão do vírus (que segue à espreita, todavia) e ainda vai conseguir crescer 2%, indicando uma mudança fundamental da hegemonia mundial. Não é o fim do mundo. Mas é o fim de um mundo. Do mundo no qual estávamos vivendo até agora. (CASTELLS, Manuel, 2020).

Harvey (2020) faz eco a esta análise da conjuntura mundial. Se em 2007/2008, a crise financeira internacional não se apresentou como um beco sem saída – e de maneira inesperada, até sinalizava um recomeço para o capitalismo, com novos atores hegemônicos se apresentando, desta vez,

[...] a forma espiral de acumulação interminável de capital está implodindo, de uma parte do mundo para todas as outras. A única coisa que pode salvá-lo é um consumismo de massa financiado, inventado e incentivado pelo governo, surgido do nada. Isto exigirá a socialização de toda a economia dos Estados Unidos, por exemplo, sem chamar-lhe de socialismo (HARVEY, 2020, p.20)

Cabe aos coletivos estarem mobilizados e preparados para apresentar novas formas de organizar as cidades, as relações, a economia, ou seja a sociedade humana renovada.

No próximo capítulo, discutiremos, como se dá na política urbana, o enfrentamento político dos coletivos aos poderes institucionais e aos representantes do capitalismo, pelo direito à cidade e pelos comuns urbanos.

## 2. NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE, A REVOLUÇÃO DO COMUM

Compreendemos os coletivos populares como espaços de luta pelo direito à cidade na contemporaneidade, em um cenário de unificação do pensamento e do modo de vida locais, a níveis globais, com as contradições próprias da sociedade capitalista neoliberal.

Neste segundo capítulo, analisamos o espaço onde se dá o embate entre os coletivos e o poder público na tentativa de garantir o direito ao trabalho, à educação, à saúde, à habitação, ao lazer, à vida, ao encontro, à celebração à festa. Direito à cidade, como era conhecida essa obra humana, antes de ser assaltada pela industrialização (Lefebvre, 2001).

Complementando, Harvey (2014) relata que a urbanização capitalista tende a destruir perpetuamente a cidade como um Comum social, político e habitável. Prosperando uma cidade cindida em espaços, onde se dá a disputa conflituosa pelos comuns urbanos, conforme indicado por Harvey (2014).

Se a urbanização é tão crucial para a história da acumulação do capital, e se as forças do capital e seus inumeráveis aliados devem mobilizar-se sem descanso para revolucionar periodicamente a vida urbana, então uma luta de classes de algum tipo, não importa se explicitamente reconhecida como tal, está inevitavelmente envolvida. Isso é assim porque as forças do capital têm de empenhar-se com tenacidade para impor sua vontade em um processo urbano e em populações inteiras que nunca estarão, nem mesmo nas circunstâncias mais favoráveis, sob seu controle total. Segue-se então uma importante questão política estratégica: em que medida devem as lutas anticapitalistas explicitamente se centrar e organizar no amplo espaço da cidade e do urbano? E, se devem fazê-lo, como e exatamente por quê? (HARVEY, 2014, 209)

A reflexão proposta por Harvey é o indicativo de nossa pesquisa neste ponto. Entendemos trabalho, educação, saúde, habitação, lazer, transporte, ou seja, o bem viver garantido pelos objetos, equipamentos públicos e serviços da cidade não como mercadorias, mas como comuns urbanos. Podemos entender a noção de Comum, a partir de Dardot e Laval (2017), como a maior representação possível da extensão e profundidade das demandas reclamadas pelos coletivos, e a verdadeira revolução em curso no século XXI.

Termo central da alternativa ao neoliberalismo, o “comum” tornou - se princípio efetivo dos combates e movimentos que há duas décadas resistem à dinâmica do capital e conduzem a formas originais de ação e discurso longe

de ser pura invenção conceitual, é a fórmula de movimentos e correntes de pensamento que pretendem opor-se à tendência dominante de nossa época: a da ampliação da apropriação privada a todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida. Nesse sentido, o termo “Comum” designa não o ressurgimento de uma ideia comunista eterna, mas o surgimento de uma forma nova de contestar o capitalismo, ou mesmo de considerar sua superação. É também uma maneira de dar as costas ao comunismo de Estado definitivamente. [...] Para os que não se satisfazem com a “liberdade” neoliberal, isso significou abrir outro caminho. É esse contexto que explica como o tema do Comum surgiu nos anos 1990, tanto nas lutas locais mais concretas como nas mobilizações políticas de grande extensão. (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 17)

Discutiremos esta proposição do Comum<sup>17</sup>, tendo como referência o Coletivo Tudo Numa Coisa Só. O grupo formou-se da possibilidade de juntos fazerem a diferença e construir um espaço de luta comum, a partir de suas necessidades vividas em separado, em suas realidades individuais. Lindalva, que luta por liberdade religiosa. Christian, defensor de educação e lazer para as crianças de Guaratiba. Gustavo, reivindicando mobilidade urbana para seu bairro e o jovem William Siri liderando estas iniciativas e dando visibilidade a estas lutas. Entre outros, que viram no Comum o princípio unificador de suas pautas e resolveram se unir.

“Em 2013, quando começaram aquelas manifestações, o Siri tinha acabado de ir pro centro. Então ele começou a ver todo aquele movimento político, muita gente falando de política, participar de debate, de coisas na própria universidade, começou a ter toda aquela manifestação. E aí despertou nele uma vontade de começar um movimento na Zona Oeste. Um movimento que participasse estruturalmente, quisesse participar, quisesse propor políticas no sentido amplo. Aquele sentido de debate de praça, não só política institucional. E ali foi onde despertou, onde começou tudo. Onde começou o olhar dele em relação a isso. E aí ele começou a fazer esse movimento de uma forma bem gradual. Começou a se conversar com vizinhos com amigos dele. [...] Inicialmente começou a falar com amigos mais próximos que gostavam de política e também estavam insatisfeitos. Uma galera próxima dele. E aí foi se formando o coletivo, a partir daí. A data marco é 20 de setembro de 2014. A partir daí, começaram a entrar outras pessoas as coisas foram evoluindo. A origem são as manifestações de 2013, a vontade. De fato, no segundo semestre de 2014 começam as ações” (Gustavo, TNCS, 2020)<sup>18</sup>.

<sup>17</sup> Para facilitar a leitura, usamos o Comum substantivo, objeto e princípio das lutas, proposto por Dardot e Laval com a inicial em maiúscula, diferenciando-o assim do comum adjetivo.

<sup>18</sup> A partir deste ponto da dissertação, trechos de entrevistas de membros do Coletivo Tudo Numa Coisa Só (TNCS) serão utilizados para suporte ao objeto pesquisado, conforme metodologia da pesquisa geográfica militante em movimento, adotada. Os membros dos coletivos cujas entrevistas foram publicadas, estão apresentados na seção Metodologia da Introdução. Formulários de entrevistas e autorização de uso, encontram-se nos anexos da dissertação.

Para Ferreira (2007), ativismos e movimentos sociais como o Coletivo iniciado a partir da mobilização destes jovens da periferia, reunidos pela amizade, pela vizinhança, vivência comum dos mesmos problemas, contradições e problemas urbanos, são agentes capazes de transformar e reformar o espaço dominado e apropriado pelo sistema capitalista, desde que organizados. Assim, estas formas de organização representam inovações e carecem de estudos para entendermos como se motivam e influenciam as pessoas para aderirem às lutas pelo direito à cidade.

Para Castells (2017), há duas formas de redes de indignação, como a formada pelos jovens de Campo Grande que iniciaram o coletivo TNCS, se conectarem. Uma, preponderante, por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Outra, CEPMMA, mais estruturada, quando se estruturam geograficamente como arranjos políticos territoriais a partir de encontros, comunicação boca-a-boca. Ambas, no entanto, extremamente informais, por isso mesmo tão cativantes.

Estas formulações de Castells e a experiência com os coletivos, nos remetem a Santos (2006), cuja análise das composições geográficas em redes, nos apresenta uma série de características da dialética topologias x arranjos políticos.

A proposição conceitual que defendemos é de que no espaço urbano se dá a luta política, entre o Estado, os capitalistas e os cidadãos (re)presentados (pelos) nos movimentos sociais, entre os quais, se situam os coletivos urbanos. Estes agentes disputam entre si de forma conflituosa. Na resolução destes conflitos se dá a política urbana, a qual reconfigura continuamente o espaço urbano.

As formas como se dão os conflitos e como o poder público apresenta ou negligencia soluções vai impactar nas ações e reações dos coletivos e movimentos sociais. Esta é a dinâmica da política urbana apresentada, de forma esquemática por Castells (1983).

O capítulo está estruturado em 5 subtítulos, ao longo dos quais, pretendemos apresentar as discussões de suporte à ideia central de que na luta pelos comuns urbanos a partir do direito à cidade, os coletivos urbanos estão empreendendo a revolução do Comum.

## 2.1 – A Revolução do Comum e o direito à cidade

Neste subcapítulo, a partir do entendimento das revoluções agrícola e industrial como quebras de paradigma, discutimos a revolução do Comum como possibilidade de construção de um paradigma pós-capitalista.

## 2.2 - A política urbana, os bens comuns, o direito à cidade

Neste subitem, a partir de proposições esquemáticas da política urbana, analisamos como os coletivos de Campo Grande impactam e transformam estas dinâmicas com suas novas formas de atuação.

## 2.3 – Espaço urbano, política coletiva

Neste capítulo, analisamos os coletivos e suas mobilizações como agentes de transformação do espaço urbano

## 2.4 – Se a cidade é direito, a rede é espaço de luta

A importância das modernas redes de TIC nas mobilizações de pelo direito à cidade

## 2.5 – Mobilizações coletivas e a utopia espaço-temporal do fim do capitalismo

Neste subitem, a partir de mobilizações impactantes no espaço e tempo em que se manifestaram, enxergamos oportunidades para a organização de um movimento anticapitalista mundial.

## **2.1 A Revolução do Comum e o direito à cidade**

A história é pautada por inovações empreendidas pelos grupos humanos ao longo do tempo, as quais revolucionaram totalmente a forma de se alimentar, vestir, comunicar, morar, trabalhar, se defender e viver em sociedade.

Estas revoluções proporcionaram, em alguns momentos, quebras de paradigmas. Muitas vezes, os grupos inseridos nas crises não conseguiam vislumbrar saídas, ou não as imaginavam possíveis, por estarem totalmente imersos na realidade vivida. Provavelmente, a falta de alternativas fáceis e saídas conhecidas, para vencer as possíveis ameaças, algumas críticas à própria sobrevivência e continuidade do grupo, acaba por fazer despontarem saídas inovadoras. A horta e a criação em vez da caça e coleta; a maquinofatura substitui aos poucos a manufatura, que já reduzira o espaço do artesanato.

Atualmente nos encontramos envoltos em diversas crises, a sanitária, a política, a ambiental. Pensadores do espaço urbano e de sua evolução histórica, a partir da industrialização, enxergam neste momento do capitalismo, na verdade, uma única crise, a crise do modelo de acumulação capitalista, enquanto apropriação do

espaço e expropriação dos bens comuns. O momento nos impõe o desafio de encontrar saídas inovadoras em substituição ao modelo de sociedade segregacionista, excludente e que tanto mal vem causando às pessoas e ao meio natural, pondo em risco até mesmo a sobrevivência humana.

Nós que concebemos uma nova sociedade, construída na perspectiva do Comum para todas e todos, nos deparamos com o complexo desafio de pensar um novo modelo de organização social, econômica e política. A esperança utópica que permeia este texto, é de que a revolução necessária, conforme preconiza Lefebvre (2008) esteja tão próxima quanto se faz urgente.

Esta revolução total e planetária, econômica, demográfica, psíquica, cultural, etc., é hoje, por excelência o impossível-possível (a possibilidade, a necessidade e a impossibilidade!). Nada mais próximo, mais urgente. Nada mais fugidio, mais longínquo. A ideia da revolução remete do mundial à conjuntura, do total à prática imediata, ou seja, a existência de uma enorme maioria, silenciosa ou não, de pessoas que aderem ao presente e chegam até a aceitar o milenarismo, porque ele remete para mais tarde a eventualidade de uma catástrofe. (LEFEBVRE, 2008, p.20)

A partir da proposição dialética de Lefebvre (2008) pode-se entender o espaço urbano como sendo o lugar e meio de reprodução da sociedade neocapitalista e suas relações de produção e consumo, nas quais até mesmo os bens naturais se tornaram valores de troca.

Outrora, o ar e a água, a luz e o calor eram dons da natureza, direta ou indiretamente. Esses valores de uso entraram nos valores de troca; seu uso e valor de uso, com os prazeres naturais ligados ao uso, se esfumam; ao mesmo tempo em que eles se compram e se vendem, tornam-se rarefeitos. A natureza, como o espaço, com o espaço é simultaneamente posta em pedaços, fragmentada, vendida por fragmentos e ocupada globalmente. É destruída como tal e remanejada segundo as exigências da sociedade neocapitalista. As exigências da recondução das relações sociais, envolvem assim, a venalidade generalizada da própria natureza. (LEFEBVRE, 2008, p.54).

Identificando estas raridades como demandas legítimas, mínimas do que constitui a cidadania, uma vez que hoje o urbano domina o espaço a nível mundial. Mais ainda, recuperando o mais amplo e profundo significado destes bens comuns e indispensáveis à vida humana, Dardot e Laval (2017), propõem o Comum como princípio das lutas por cidadania e da revolução a ser empreendida no século XXI.

[...] empenhamo-nos em promover aqui o uso do substantivo, falando do Comum, em vez de nos satisfazer com o adjetivo “comum”. Não que não possamos nos permitir falar dos comuns para designar os objetos construídos

e sustentados por nossa atividade, o que já é uma forma de substantivação, mas sobretudo porque abdicaremos de falar dos “bens comuns” ou mesmo do “bem comum” em geral. O Comum não é um bem, e o plural nada muda nesse aspecto, porque ele não é um objeto ao qual deva tender a vontade, seja para possuí-lo, seja para constituí-lo. O Comum é o princípio político a partir do qual devemos construir comuns e ao qual devemos nos reportar para preservá-los, ampliá-los e lhes dar vida. É, por isso mesmo, o princípio político que define um novo regime de lutas em escala mundial. (DARDOT, LAVAL. 2017, p. 59-60).

Para Dardot e Laval (2017), a comunidade é o espaço legítimo para obtenção e usufruto do bem comum. Assim seria a organização comunitária um primeiro e originário local de luta e reivindicação coletiva pelos bens comuns. Já, para Lefebvre (2001) o lugar originário do encontro, do uso, da festa e da vida de todo cidadão, mais que a comunidade local é a cidade, enquanto manifestação pública dos direitos comuns: moradia, educação, mobilidade, lazer, participação e vida política:

A cidade impede os poderes de manipularem à sua vontade os cidadãos-cidadãos, indivíduos, grupos, corpos. [...] Os habitantes (quais? Cabe às pesquisas e aos pesquisadores encontrá-los!) reconstituem centros, utilizam certos locais a fim de restituir, ainda que irrisoriamente, os encontros. O uso (o valor de uso) dos lugares, dos monumentos, das diferenças, escapa às exigências da troca, do valor de troca. (LEFEBVRE 2001, 84)

A convergência entre estas duas proposições escalares, a comunidade e a cidade é o Comum. Manifestando-se no espaço urbano, como forma superior do direito à cidade, que deixam de ser direitos de um cidadão e passam a ser da coletividade: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar; o direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade).

Estes direitos deveriam ser mínima e dignamente atendidos pelo Estado enquanto ente social organizador da cidade, porém não ocorre a todo tempo e lugar, esta função ser assumida pelo Estado.

Ao contrário, se observa na sociedade capitalista, através do modelo de organização urbano-industrial, uma aproximação do Estado aos poderosos. Esta aproximação vai se concretizar na concepção urbanística da cidade como construção e resultado da apropriação capitalista do espaço. Lefebvre (1999) vai chamar a sociedade urbana resultante deste processo como sociedade burocrática de consumo dirigido.

Uma composição social totalmente diversa da ideia de cidade defendida posteriormente por Harvey (2014), como sendo espaço de construção da cidadania, “[...] lugar onde pessoas de todos os tipos e classes se misturam, ainda que relutante e conflituosamente, para produzir uma vida em comum, embora perpetuamente mutável e transitória” (2014, p.134).

Esta venalidade aplicada a bens de valor de uso universal, tornando-os mercadorias acessíveis apenas a uns poucos, se faz tão mais grave ainda. Confere espacialidade à exclusão da sociedade capitalista, reproduzindo no urbano a segregação de classe, própria do meio de produção capitalista. Como atesta Lefebvre (2008, p.32): “Excluir do urbano, grupos, classes, indivíduos, implica também excluí-los da civilização, até mesmo da sociedade”.

A segregação espacial é percebida pelos membros fundadores do coletivo Tudo Numa Coisa Só. A gênese do grupo se dá a partir desta constatação. A necessidade de estudarem em melhores faculdades e fazer estágios que os preparassem para o mercado de trabalho levou 4 dos jovens a morarem no Centro do Rio de Janeiro. Daí, a conscientização da distância entre as possibilidades realizadas na cidade e as dificuldades na periferia, como a falta de transporte, de educação pública de qualidade, lazer.

Ao confrontar seu espaço de origem com esta realidade segregadora, fruto da lógica capitalista de acumulação, que impossibilita à classe trabalhadora usufruir bens e serviços produzidos por seu trabalho, transformados em raridades disponibilizadas a uns poucos. Os jovens do TNCS sentiram a necessidade de articular ações de resposta a esta segregação espacial. Confirmam assim, a proposição de Lefebvre (2008, p.32): “O direito à cidade legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora”.

Esta recusa legítima percebida individualmente, vai mobilizar para a ação coletiva:

Inicialmente começamos com encontros em um apartamento na Lapa (onde o Siri ficava durante a semana). Depois, após percebermos que não se tratava de um problema de 5 ou 10 pessoas, mas de centenas. Após a adesão de diversas jovens lideranças de variadas formações tanto educacional, quanto ideológicas, surgiu a indicação e a necessidade de nos afirmarmos como um coletivo. Hoje, entre membros e simpatizantes, somos mais de 70. Heterogêneo, ramificado, mas com um objetivo em comum: debater e fortalecer a zona oeste frente às desigualdades urbanas. (Christian, TNCS, 2020).

Para Lefebvre (2008), dialeticamente, apesar da força inerente ao sistema capitalista, capaz de reerguer-se de inúmeras crises, atitudes como a destes jovens de origem periférica, indicam que há saída. É utópica, porém, uma utopia possível. A partir de novas formulações políticas, construídas com novos e inovadores arranjos sociais e econômicos que produzam e distribuam os comuns urbanos de forma diferente da proposta de acumulação capitalista atual.

[...] só um grande crescimento da riqueza social, ao mesmo tempo que profundas modificações nas próprias relações sociais (no modo de produção), pode permitir a entrada, na prática, do direito à cidade e de alguns outros direitos do cidadão e do homem. Um tal desenvolvimento supõe uma orientação do crescimento econômico, que não mais conteria em si sua “finalidade” nem visaria mais a acumulação (exponencial) por si mesma, mas serviria a “fins” superiores. (LEFEBVRE, 2008, p.34)

Estes fins superiores, podem contemplar o Comum de Dardot e Laval (2017), no âmbito da cidade, vistos como comuns urbanos por Harvey (2014). Uma nova forma de organização política, necessária e que parece começar a ser gestada nas cidades, conforme Lefebvre (2008), na década de 1970 previa:

[...] pode-se prever a gestão e a posse coletiva dos meios de produção e a gestão social dos meios de produção em função das necessidades sociais. Pode-se conseqüentemente prever por volta do ano 2000, um socialismo mundial que não mais terá muito a ver com o que Marx chamava de socialismo, e que, todavia dele decorrerá ou com ele terá uma relação mais ou menos distante (LEFEBVRE, 2008, p.67).

Tema cada vez mais recorrente em discursos das mobilizações e reuniões de coletivos e lideranças, dada a degradação humana e ambiental planetária que assistimos. Seria o ecosocialismo, esta proposta de socialismo mundial a que Lefebvre se refere?

Pode ser. O que de concreto se tem é a urgência de encontrar formas de garantir o Comum como princípio formulador de políticas que garantam o direito à cidade para todas e todos.

Vamos no próximo ponto, buscar entender como se dá a política urbana e como grupos se organizam para a garantia dos bens comuns no âmbito do direito à cidade.

## 2.2 A política urbana, os bens comuns, o direito à cidade

Anteriormente, neste capítulo, discutimos as revoluções pelas quais a humanidade passou, através das quais modificou seu modo de viver e relacionar, quebrando paradigmas e estabelecendo novos padrões para a continuidade da vida no planeta. A industrialização é um destes momentos de quebra de paradigma, como vimos no subitem anterior.

Segundo Lefebvre (2001), a industrialização assalta a cidade como obra humana capaz de aproximar pessoas para a festa, para o bem viver, para a contemplação. Surge o urbano como expressão do valor de troca, como espaço de transações e de segregação das classes.

Na sociedade resultante deste processo, surgem as classes sociais dominantes e operárias, segregadas ora economicamente pelo processo de reprodução do capital, ora espacialmente pelos lugares distintos ocupados no tecido urbano. No contato cotidiano vivenciam-se pelos diferentes grupos e seus estilos de vida, os problemas e perspectivas comuns a cada classe e seus representantes. Acrescente-se a esta dinâmica o Estado, zelador da coisa pública, a qual deveria ser bem comum, está caracterizada, a sociedade burocrática de consumo dirigido (Lefebvre, 2008).

Reconhecer-se parte de um destes grupos, produz, junto com a identidade, a consciência da desigualdade e das contradições nas quais se funda a vida humana e a partir desta consciência se dá o embate na cidade, entendido como Política Urbana, em que os diferentes grupos representam estas classes com a intermediação do Estado.

Castells (1983) apresenta formulações cuja análise pode auxiliar no entendimento de como se estruturam as lutas políticas na cidade, ou seja, a política urbana. Numa abordagem dialética, analisa a estrutura social urbana, partindo da premissa na qual poder e política, na experiência real do embate urbano, não se encontram associados a um único lado da estrutura social.

A política designa o sistema de relações de poder. O espaço teórico do conceito de poder é o das relações de classe. Entendemos por poder a capacidade de uma classe social em realizar seus interesses objetivos específicos à custa dos outros. Por interesses objetivos, entendemos o predomínio dos elementos estruturais que definem, por sua combinação, uma classe, sobre os outros elementos que estão em contradição (Castells, 1983, p. 374)

A política urbana se daria como um processo político resultante do embate de relações de poder e de classes em posições contraditórias no tratamento dos problemas urbanos, os quais extrapolam as determinações da estrutura social.

Haja vista o princípio de estruturação determinante da sociedade urbana, a partir dos anos 1980 ser cada vez mais o desenvolvimento econômico, a conjuntura social se organizará a partir da luta de classes. A luta política de classes, caracterizada como luta entre defender ou preservar o Estado e as políticas de bem-estar para as maiorias menos favorecidas, ou desmontá-lo e reconstruir de acordo com os ideais neoliberais.

Castells (1983) propõe que a luta urbana por territórios, usos e apropriação dos equipamentos urbanos, serviços e bens públicos, vai necessariamente confrontar duas formas de organização ou “dois campos analíticos indissociavelmente ligados à realidade social: a planificação urbana e os movimentos sociais urbanos (Castells, 1983. p.374).

a) planificação urbana:

Ações do Estado aliado aos interesses corporativos, de forma a intervir no espaço urbano garantindo a reprodução do sistema e assegurando assim os interesses da classe dominante, conformando o espaço urbano à estrutura social em prol do modo de produção capitalista;

b) movimento social:

Trata-se da organização social e de seus agentes numa conjuntura a qual confronte a estruturação de poder imposta pela classe dominante e absorvida pelo Estado, tendendo a produzir um efeito social qualitativamente novo, seja ao nível das estruturas, buscando uma mudança na lei estrutural dominante. Seja, ao nível das práticas, onde se deseja alcançar uma mudança no equilíbrio de forças, buscando um modelo político-jurídico que alterne a autoridade do lado do dominante para os dominados, ou o reforço da organização da classe dominada para exercer a contradominação.

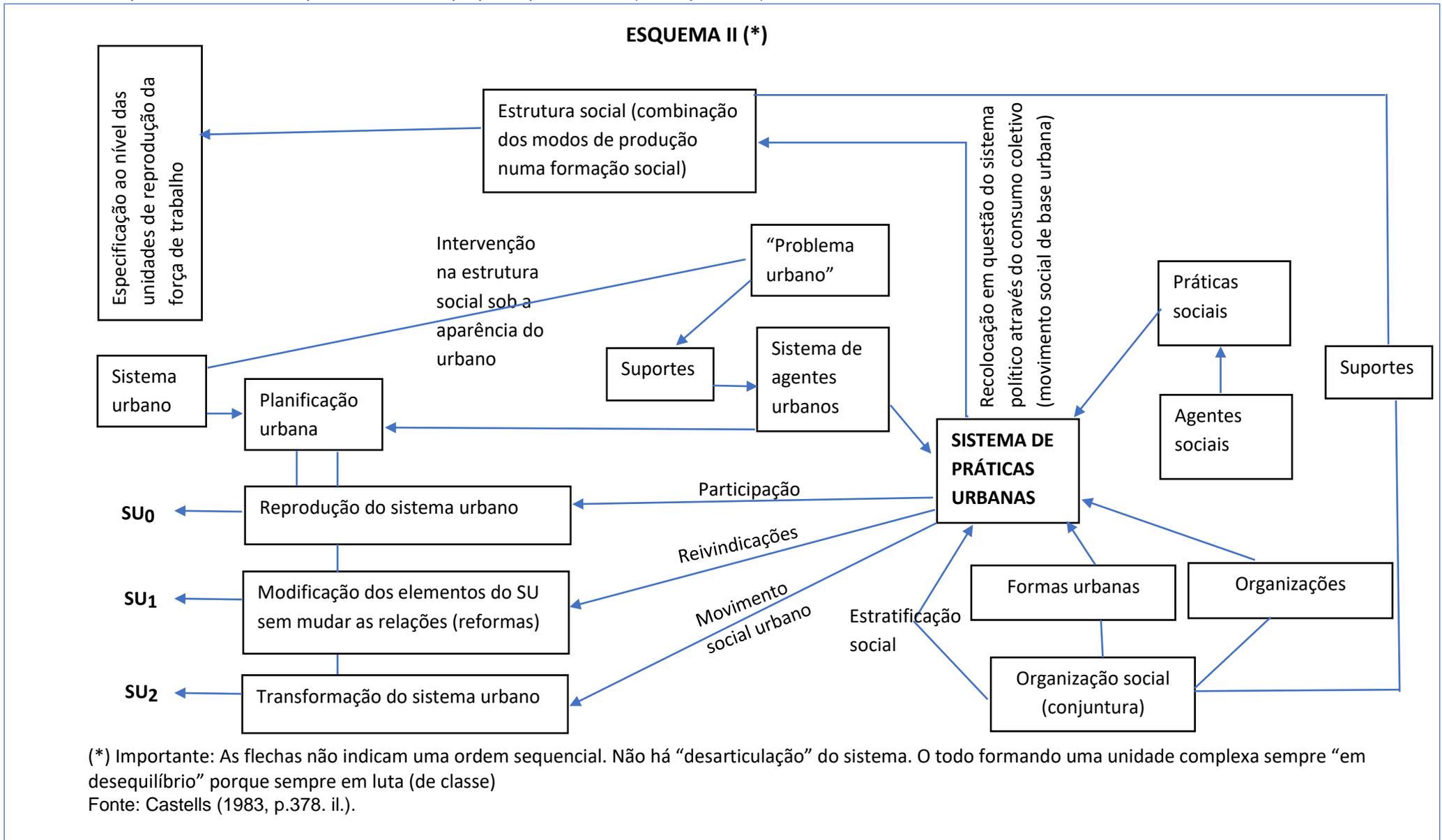
Entendida a dialética dos agentes sociais presentes na articulação do sistema urbano com a estrutura social geral, entendem-se os “problemas urbanos” como fruto destas contradições e da própria vida social urbana.

Estes problemas vão ter duas formas de ser definidos e tratados, de acordo com o lado da estrutura em que são percebidos, analisados e tratados. As diferentes tratativas dos problemas nos contextos urbanos de mobilizações e conflitos de interesses, geram os embates entre os diferentes grupos sociais representativos de suas classes, ou seja, a luta política urbana. A partir dos processos causadores, formuladores e resultantes destes embates vai se produzindo o espaço urbano. Daí a importância de estudar estes processos e os grupos sociais envolvidos nesta dinâmica.

Esta dinâmica vivenciada nos embates urbanos pelos agentes sociais, verificada no campo das práticas urbanas, vai determinar a articulação do sistema urbano com a estrutura social geral, conforme o esquema proposto por Castells (1983) no quadro 3.

Este modelo extrapolamos em seguida para, no nosso caso de estudo, verificar como se dá a política urbana com a participação efetiva dos coletivos como agentes desta dinâmica espacial.

Quadro 3 - Esquema do sistema de práticas Urbanas proposto por Castells (1983, p.378. il.)



Do esquema proposto, se deduz que os agentes sociais urbanos, se estruturam num sistema de práticas urbanas, no qual a classe dominante e o Estado atuam na estrutura social de acordo com a conjuntura social, atendendo a uma estrutura social definida no sistema urbano pela Planificação urbana.

Por outro lado, os agentes sociais urbanos requerem participação nos Sistema Urbanos de Reprodução (regulados pelo Estado – SU0), através de reivindicação tentam modificar o Sistema Urbano, num primeiro momento sem alterar as relações de dominação (SU1), porém, uma vez que faltem os suportes necessários para as resoluções dos problemas urbanos, do ponto de vista dos segmentos estratificados da estrutura social, os Movimentos Sociais Urbanos surgem como espaços de Transformação do sistema Urbano, podendo originar um novo Sistema Urbano (SU2).

Complementando esta reflexão proposta por Castells (1983), aproximando-a da realidade brasileira e ampliando-a para o conceito de política pública, como resultante do conflito de interesses e valores diferentes entre grupos de uma sociedade, representados por seus membros, citamos Azevedo (2017), para quem:

[...] política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões. Com base nesse conceito, podemos dizer que as políticas públicas têm duas características gerais. Primeiro, a busca do consenso em torno do que se pretende fazer e deixar de fazer. Assim, quanto maior for o consenso, melhores as condições de aprovação e implementação das políticas propostas. Segundo, a definição de normas e o processamento de conflitos. Ou seja, as políticas públicas podem definir normas tanto para a ação como para a resolução dos eventuais conflitos entre os diversos indivíduos e agentes sociais (AZEVEDO, 2017. P. 57).

Na sociedade urbana, o conflito vai se potencializar, dado o adensamento urbano e ao complexo e crescente distanciamento e diferenciações de interesses dos diferentes grupos sociais, tendo o Estado como mediador destes conflitos.

Os movimentos sociais, entre os quais, os coletivos populares, nascem da consciência das condições de vida das diversas classes, surgindo para o indivíduo como um lugar de direito para participar das decisões. Segundo a geógrafa Ana Fani, podem ser entendidos como fontes de “superação das particularidades na formação da consciência do coletivo, na liberdade do particular constituída a partir do genérico” (CARLOS, 2007, p.44).

Observa-se este fenômeno na política urbana de Campo Grande. Sua problemática transformação espacial, com industrialização e adensamento populacional, sem contrapartida em serviços públicos, vai ser espaço desta nova

forma de disputa pelos bens comuns, capitaneada por diversos agentes sociais. Associações de moradores, movimentos sociais, ambientalistas e outras formas de organização social. Os diferentes coletivos em atuação na região.

A própria complexidade urbana, característica sobretudo das grandes metrópoles, propicia cada vez mais a dispersão e espalhamento de diferentes reivindicações e demandas surgidas nos meios populares urbanos, demonstrando uma certa interseccionalidade: negros, comunidade LGBTQIA+, mulheres, jovens, comunidades periféricas e pequenos agricultores urbanos, ambientalistas, mulheres e religiosos de origem afro, entre outros grupos vão questionar profundamente a democracia 'representativa', a qual autoriza um número limitado de pessoas a agir e falar em nome da grande maioria.

Baldez (2011) chega a defender que se adote o termo presentatividade e não (re)presentatividade. Segundo o autor, representatividade retira o protagonismo do sujeito, que nos diferentes grupos identitários se esforça e busca por estar presente nas ações de seu interesse, ainda que coletivas, e não mais apenas se contenta em delegar a outro a (re)presentação no ato político.

Retornando ao esquema de Castells (1983), percebe-se um ponto de atenção para a dinâmica de transformação espacial destas mobilizações. O risco de, por serem muito identitárias e localizadas, não modificarem as estruturas injustas de onde se originam os problemas urbanos motivadores das próprias mobilizações. É o caso, por exemplo do Coletivo (R)Existe Campo Grande, com ações assistenciais, de coleta de mantimentos e distribuição de cestas básicas para populações carentes. Ou, as iniciativas de resgate de cultura popular do Cultura ZO e do Coletivo cultural do Rio da Prata.

Como nós, Ferreira (2007) defende que esta organização das lutas das minorias realizadas por diferentes ativistas e seus grupos devam se dar em caráter mais amplo, associando-as a uma luta de âmbito global, pois "Se a produção do espaço se realiza através da tensão entre os diferentes agentes sociais, faz-se necessário que os movimentos sociais tornem-se instrumentos de transformação" (FERREIRA, 2007, p.1)

Neste sentido, os dois coletivos mais atuantes no território analisado vão apresentar forte impacto na mobilização política anticapitalista, atuando de formas distintas.

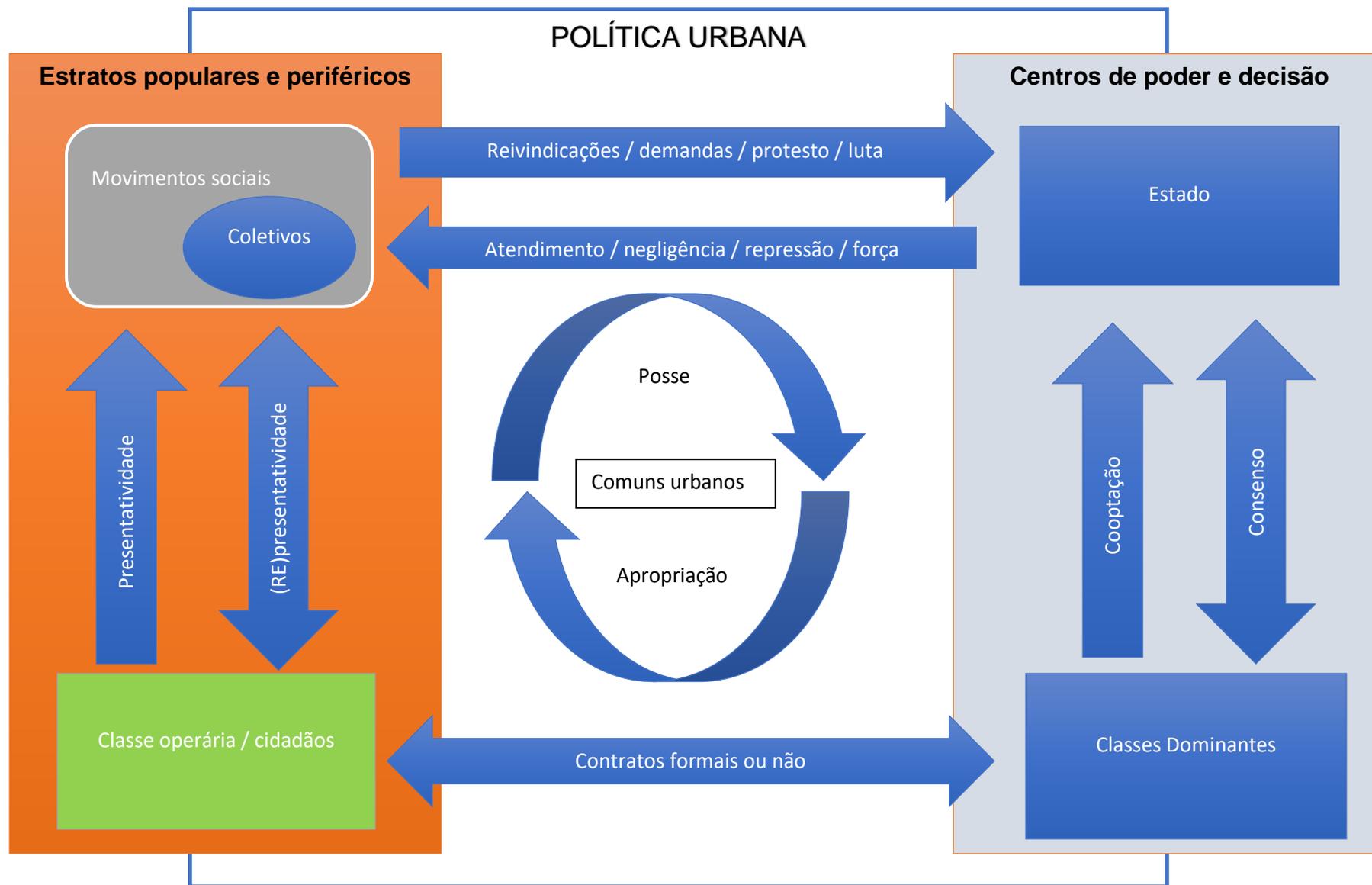
Um, numa aproximação mais direta com a política institucional, inclusive disputando mandatos eletivos, o coletivo Tudo Numa Coisa Só.

Outro, o Coletivo de Educação Popular Margaria Maria Alves, atuando de forma mais afastada das políticas institucionais, privilegiando a conscientização de classe e a mobilização a partir da educação popular.

A partir da análise epistemológica, em uma analogia ao esquema de Castells (1983) e com a experiência junto aos coletivos de Campo Grande, esta pesquisa propõe, o esquema apresentado no quadro 4, para um possível entendimento da disputa pelos comuns urbanos no âmbito da política urbana.

Ainda que local, entendemos que o esquema pode ser escalado para o contexto global da luta pelos comuns urbanos, a partir da representatividade dos cidadãos e classe trabalhadora no meio urbano, pelos diferentes coletivos e suas manifestações frente aos centros de poder e decisão.

Quadro 4 - Esquema da disputa pelos comuns urbanos no contexto dos coletivos populares (Fulgencio, 2020)



## Entendendo o esquema proposto

A política urbana, se dá conforme Castells (1983) através de demandas e reivindicações dos cidadãos e seu atendimento ou negligência por parte do Estado. Numa releitura do direito à cidade proposto por Lefebvre (2001), Harvey (2014) vai entender estas demandas por bens e serviços na cidade, como uma disputa pela posse ou apropriação dos comuns urbanos. Para Dardot e Laval (2017) esta luta é pelo Comum.

As classes trabalhadoras, nos processos de produção capitalista, operada no meio urbano a partir da industrialização, estabelecem contratos (formais ou não) com as classes dominantes. O Estado deveria funcionar como um justo mediador destes contratos. Isso não ocorre, pois o Estado capitalista, cooptado pelas classes dominantes, toma posição a seu lado, com elas estabelecendo uma relação de consenso.

Os cidadãos tornados consumidores (Lefebvre, 2008; Harvey, 2014; Dardot, Laval, 2017) na cidade que deixa de ser obra e passa a ser produto e, ao mesmo tempo, produtora do urbano, neste cenário vão reclamar (ou, caso não atendidas, reivindicar) demandas diversas. As quais, não atendidas, devido à apropriação dos bens comuns pelos capitalistas de forma desigual, vão se tornar bandeiras de lutas, com as mais diversas identidades e pautas. Estas vão encontrar nos coletivos urbanos uma forma diferenciada, até mesmo dentro dos movimentos sociais, de organização para a disputa.

Uma vez colocada a disputa, o Estado capitalista, como observado por Barandier (2015), muitas vezes vai negligenciar as justas reivindicações dos estratos populares e periféricos. Como consequência desta política urbana se dá a segregação territorial, como a sofrida pela RA de Campo Grande. Política urbana perfeitamente compreendida a partir de Maricato:

[...] a democratização do investimento público na cidade é mola central da valorização fundiária e imobiliária, influenciando portanto no mercado e na dimensão da exclusão urbanística. A natureza e a localização dos investimentos, governamentais em primeiro plano e privados em segundo, regula quem e quantos terão o direito à cidade. Ela influi ainda nas características da segregação territorial e na qualidade de vida de cada bairro (MARICATO, 2000. P. 183).

A segregação socioespacial a partir da gestão desigual de investimentos como política de Estado, ao impactar na qualidade de vida da população, produz revolta e cobrança das demandas através de reivindicações. Os movimentos sociais, entre os quais, neste momento de forma mais atuante e atraindo a atenção, os coletivos populares, partem para as mobilizações de protesto e luta.

Estas lutas podem ter como consequências, o atendimento das pautas, como uma forma de concessão do Estado e acomodação da luta. Ou, a negação pelo Estado e prováveis tentativas de apropriação e posse dos bens ou serviços disputados pelos movimentos, com a consequente repressão do Estado. Muitas vezes com uso de força repressiva.

Na Zona Oeste do Rio, território de nossa pesquisa, o uso desproporcional da força oficial – polícia militar. Ou, muitas vezes, conforme Cano e Duarte (2012) de forma velada, ou escancarada, facilitando o estabelecimento de grupos paramilitares, as milícias. Aí a coerção funciona da forma mais cruel, na forma da lei do mais forte e daquele que possui as armas e o beneplácito do Estado. Representado nos dizeres populares de “manda quem pode, obedece quem tem juízo”; “não mexe com isso, não!”. Tantas vezes repetidos pelos populares quando das ações dos movimentos e coletivos em seus territórios, em prol de melhorias para as suas próprias comunidades.

No próximo item, apresentamos uma breve discussão sobre o papel dos coletivos e movimentos sociais e sua participação na política pelo direito à cidade como possibilidade de construção do Comum.

### **2.3 Espaço urbano, política coletiva**

O contato cotidiano no meio urbano, evidencia modos de vida, problemas e perspectivas comuns. Por outro lado, produz, junto com a identidade, a consciência da desigualdade e das contradições nas quais se funda a vida humana. Os coletivos nascem desta consciência, a partir de diversas formas de exclusão, surgindo para o indivíduo como oportunidades de efetivar o direito de participar das decisões.

Santos (2006) identifica como possível fator motivador desta tomada de consciência coletiva, uma forma de carência da população gerada pela produção de

necessidades, calcadas na visão da abundância de possibilidade de consumo das classes mais abastadas, sendo o mesmo negado a esta maior parcela da sociedade. Ao perceber a impossibilidade da concretização destas carências, ocorre no entendimento de Santos (2006) um choque entre “cultura objetiva” e “cultura subjetiva”, produzindo uma nova consciência e um desconforto criador.

Na divisão injusta do trabalho, imposta na metrópole, a caricaturização das classes ricas é uma forma encontrada pelas classes pobres de se apropriarem simbolicamente daqueles bens materiais e culturais aos quais não tem acesso. Para Santos (2006, p.34), o espaço “[...] como meio operacional, presta-se a uma avaliação objetiva e como meio percebido está subordinado a uma avaliação subjetiva”.

A cultura popular tão valorizada e presente nas mobilizações coletivas, torna-se então uma forma possível de interpretar o espaço criando consciência e propondo formas de modificar a dura realidade, conforme atesta Harvey (2014):

[...] a cultura popular, como é produzida nas relações comuns da vida cotidiana, também é de importância crucial. É onde se encontra um dos espaços fundamentais da esperança de construção de um tipo alternativo de globalização e uma vibrante política antimercantilização: uma política em que as forças progressivas da produção e transformação cultural podem buscar apropriar-se das forças do capital e suprimi-las, e não o contrário. (HARVEY, 2014, pp. 206-207)

Provavelmente por isso, a presença marcante da arte popular nos atos, caminhadas e intervenções. Seja valorizando as culturas locais contemporâneas como a dança do Coletivo Revolucionário Urbano de Arte (RUA), e o teatro do Coletivo Cultura ZO. Seja ressignificando e revivendo manifestações culturais tradicionais remanescentes do espaço rural, como o Coletivo Cultural Rio da Prata.

Para Carlos (2007), subsiste nas expressões culturais e iniciativas de lutas destes “guetos”, formas de resistência baseadas na informalidade e proximidade que a própria dinâmica social excludente propicia, como forma quase única dos trabalhadores se organizarem enquanto classe. Organizar estas iniciativas com movimentos sociais de base, pode ser uma perspectiva de reformulação histórica concreta do modelo de sociedade imposto pela metropolização e financeirização do espaço urbano.

Ferreira (2007) defende que, as lutas das minorias realizadas por diferentes ativistas e seus grupos se deem em um caráter mais amplo, produzindo um espaço transformado através da tensão entre os diferentes agentes sociais em escalas que vão do local ao global e retornam ao local.

Talvez o mais importante caminho – para buscar a transformação, o verdadeiro direito à cidade e a justiça social – tenha de ser percorrido guardando múltiplas escalas espaciais e temporais de ação. No que tange às escalas espaciais, é preciso “costurar” os particularismos militantes, ativismos sem pretensões mais amplas (mas de grande importância para aqueles que àquilo reivindicam) com ações de âmbito global; ou seja, que levem em conta não apenas os problemas conjunturais, mas também os problemas ligados à estrutura (FERREIRA, 2007, p.7).

Estas iniciativas coletivas locais, uma vez organizadas e atingindo escalas globais, podem ser o indício da derrocada do modelo de acumulação capitalista atual. Principalmente, devido à impossibilidade do sistema hegemônico em atender à totalidade das demandas humanas de forma igualitária. Fator propício a gerar a insatisfação popular com as mazelas causadas pela extrema desigualdade, contraditórias com a natureza humana.

A insatisfação pode se transformar em rebeldia coletiva contra o sistema, tendendo a crescer num estado de revolta a ponto de se tornarem movimentos de insurgência e, estes sim, acabar por desfigurar o capitalismo, ao menos como ele é conhecido neste momento histórico.

Kovarick (1983) percebia inclusive nas elites brasileiras, a partir de sua experiência na metrópole paulistana, um certo temor de que se formassem grupos políticos de ações coletivas, a partir das organizações populares.

Impera nos grupos dominantes um temor dos processos coletivos que advém da necessidade de impedir a união e solidariedade dos trabalhadores, pois a abertura de espaços necessariamente significará a inversão das desigualdades historicamente concentradas em benefício de uma míngua minoria [...] A construção de um projeto democrático implica uma prática política que aposte na capacidade das classes ainda subalternizadas em modelar seu destino histórico e que abra caminhos, necessariamente conflituosos, desbastados por processos de participação e reivindicação vigorosos e autônomos em relação aos centros de Poder. Estas transformações deixarão de ter um significado meramente reformista na medida em que, no percurso dos embates, se forjarem partidos políticos que consigam aglutinar forças sociais e dar sentido e dimensão de classe às lutas que forem sendo travadas em decorrência de oposições que o sistema capitalista não é capaz de superar (KOVARICK, 1983. p.202).

No entanto, talvez hoje, a forma de fazer política desenvolvida nos meios urbanos, sobretudo pelos coletivos, seja avessa a estas costuras e aglutinações, as quais já foram realidade em nossa história recente, como recorda Barandier (2015).

No processo de redemocratização da década de 1980, movimentos sociais, academia, ONGs, associações profissionais, se organizaram em torno da luta

pela reforma urbana, do direito à cidade e do direito à moradia. A articulação entre lideranças populares, intelectuais e profissionais permitiu a formação de uma consciência crítica sobre a realidade urbana brasileira e a organização do Movimento Nacional de Luta pela Reforma Urbana. A partir da emenda popular apresentada pelo movimento, a Constituição Federal de 1988 incorporou o que seriam as bases para reforma urbana: a afirmação do princípio da função social da cidade e da propriedade urbana; a utilização compulsória de imóveis vazios ou subutilizados em áreas urbanas bem infra-estruturadas; a regularização fundiária de interesse social (BARANDIER, 2015, p.34)

Esta articulação de movimentos sociais e coletivos populares, passando de representantes das lutas do povo a protagonistas na política partidária, ou seja, a interação entre políticas institucionais e não-institucionais no Brasil, representava no período pós redemocratização a esperança de dias melhores quando representantes destas lutas chegassem ao poder.

No entanto, o que se observou nos governos petistas, foi o redimensionamento de lideranças e de projetos nascidos nos meios populares gerando reconhecida acomodação de pautas, ajustamento de discursos e pactuação com as classes privilegiadas. Um exemplo muito criticado pelos movimentos sociais e condenado pelos principais líderes foi o arrefecimento das lutas pela moradia popular e qualidade de vida no meio urbano e pela reforma agrária no campo.

Sobre a pactuação dos governos populares com as classes empresariais, latifundiários, empreiteiras e seus representantes políticos, Lurdinha Lopes, líder do Movimento Nacional pela Moradia Popular, relata com grande carga emocional seu sentimento frente a mais de uma década de governo popular:

“[...] a luta que me é cara que é o acesso à terra, à cidade, à moradia [...] no processo histórico de perdas e ganhos, hoje muitas vezes que se pensava que estava ganhando, ou que se propagandeou que a gente estava ganhando e na verdade a gente estava perdendo, né! [...] a nossa luta histórica por terra, por moradia, hoje a gente tem o resultado do ‘Minha casa minha vida’ no país inteiro. É bom que se saiba que em momento nenhum, a construção histórica dos movimentos por reforma urbana apontou um programa financeiro, ou um programa econômico tão forte, tão grande, com tanto dinheiro, sem nenhuma diretriz transformadora da questão fundiária e da questão mercantil. Não tinha nenhuma porque não foi feito pra isso. Posso te dizer sem nenhum problema. [...] Alguns hoje já percebem que realmente é verdade, né! porque já não tem mais o governo. Então quando você perde o governo, você começa fazer umas análises com uma certa distanciação, porque você tem que enfrentar as consequências do problema que você não quis ver, que você fez questão de não ver. [...] Se nós não tivermos capacidade crítica, capacidade de organização e de pressão política, nenhum governo que a gente eleja no sistema capitalista vai atender os anseios e necessidades da classe trabalhadora mas vulnerável. Os segmentos mais

precarizados da classe trabalhadora. Se a gente não tiver capacidade de crítica. Se a gente se sentir incluído por algum governo de conciliação e abrir mão do conjunto que tá excluído, nós não vamos aceitar nem a reclamação, nem o choro, nem o gemido destes excluídos. E foi exatamente o que aconteceu com a questão do acesso à terra e à moradia. Se você perceber na reforma agrária, o que avançou na reforma agrária, o que avançou em assentamentos, em desapropriação. Você vai ficar com vergonha de dizer que teve um governo por mais de uma década. Se você perceber o que foi degradado no conjunto da questão urbana no Brasil. Foi mais degradado no período em que nós fomos governo (Lurdinha/MNLM, CEPMMMA, 2020).

Neste depoimento a líder do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), Lurdinha, apesar de contrariada com os rumos das políticas públicas adotadas durante o governo popular, demonstra um grau de consciência política tal, ao ponto de incluir-se como participante do governo, através do uso do pronome nós, na expressão “nós fomos governo”.

Esta maior conscientização das classes populares, aliada à incapacidade dos partidos políticos e dos movimentos sociais tradicionais em captar o sentimento de insatisfação da população proporcionou uma espécie de vácuo de lideranças em paralelo a uma explosão de demandas reprimidas na sociedade: mobilidade urbana, saúde, educação, habitação digna, melhores condições de emprego e renda.

Embora Carneiro (2011, p.12) nos advirta que “a construção de um movimento anticapitalista global não pode simplesmente abdicar de partidos, eleições e sindicatos, sob pena de esse espaço continuar a ser ocupado pelos partidos de direita”. Esta decepção dos meios populares com a institucionalização dos movimentos sociais e uma certa acomodação dos partidos de esquerda, gera uma indignação sobretudo nos jovens.

Esse estado de coisas ocorrendo em paralelo aos processos de interconexão desencadeados pelo meio técnico-científico-informacional (Santos, 2006), vão proporcionar uma mudança radical na forma de fazer e exercer política e cidadania, com novos atores, novos processos e principalmente novos métodos.

Essa nova forma de fazer e exercer política e cidadania, vai desencadear processos que vão desembocar nos movimentos de mobilização social que vão ocupar praças e ruas. Castells (2015) vai identificar estes movimentos como redes de indignação. Vamos debate-los a partir deste ponto.

## 2.4 Se a cidade é direito, a rede é espaço de luta

No mundo globalizado, caracterizado segundo Santos (2006) pelo meio técnico-científico-informacional, processos de interação social, os mais diversos, para obter sucesso em sua organização e objetivos, vão amparar suas estratégias de divulgação e atuação, principalmente no imperativo estruturante espacial das TICs.

Atualmente, estando espacialmente inseridos nos contextos de produção do espaço, sob esta realidade, os movimentos sociais perceberam este momento e adaptaram-se a ele. Principalmente os coletivos urbanos, os quais em sua maioria carregam em suas fileiras jovens extremamente conectados e adaptados ao ciberespaço e suas características próprias.

Neste novo paradigma do relacionamento social, as redes sociais, os blogs, os canais de conteúdo, as videoconferências e até mesmo as manifestações e mobilizações virtuais, entre outras formas de ativismos digitais, vão fornecer formas de organização e de mobilização para suporte e estruturação dos movimentos. Seja do ponto de vista da organização interna, seja da captação, adesão e conexão a seguidores, redes e movimentações externas. Estas redes convergindo em seus objetivos e modos de atuação, acabam por comportar diversos coletivos e suas mais variadas reivindicações, bandeiras e pautas de luta.

Cabe a reflexão geográfica de pensar tanto o espaço social, quanto o ciberespaço, transformado por estas lutas e pautas dos movimentos sociais e ações coletivas, em territórios de resistência, modificados pela dialética característica das redes e suas conexões, físicas e virtuais.

Santos (2006) enxerga na dinâmica das redes uma possibilidade de liberdade de ação que amplia a dimensão das lutas, do lugar para o território, possibilitando uma anteposição à “globalização perversa” a possibilidade da construção, a partir da resistência da sociedade civil, de uma outra globalização.

Por enquanto, o lugar – não importa sua dimensão – é, espontaneamente, a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil, mas é possível pensar em elevar esse movimento a desígnios mais amplos e escalas mais altas. [...] o território é a arena da oposição entre o mercado - que singulariza - com as técnicas da produção, a organização da produção, a "geografia da produção" e a sociedade civil - que generaliza - e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas. Com a presente democracia de Mercado, o território e suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos),

enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações. (SANTOS, 2006, pp.174-175).

Ao propor uma análise geográfica das redes, Santos (2006) nos apresenta uma série de dialéticas características das redes de tecnologia da informação e telecomunicações. Uma primeira dialética confronta topologia x arranjos políticos.

Esta dialética diz respeito à topologia das redes enquanto organização geográfica da infraestrutura técnica necessária para as interligações dos sistemas de informação e seus equipamentos técnicos. Esta mesma topologia organiza o espaço, proporcionando um arranjo político-social propício à segregação técnica dos territórios, configurados como espaços informatizados e espaços não informatizados.

Do ponto de vista dos coletivos e movimentos sociais, a facilidade do acesso ou a exclusão digital, podem facilitar ou dificultar a mobilização e ação dos coletivos nos territórios.

Desde a questão dos coletivos de estudantes brasileiros, mobilizados contra a segregação digital entre alunos das redes públicas e privadas brasileiras, frente ao ENEM 2020, durante a pandemia da COVID-19. A reação imediata de coletivos de educação popular, como o IFHEP, de Campo Grande e ao nível nacional, UBES, UNE e ANPG, foi pelo adiamento das provas. Organizou-se uma mobilização pelas redes que fez com que o MEC adiasse a realização das provas.

Até movimentos e mobilizações de grande porte, como a primavera árabe (norte da África e noroeste asiático, 2010), o movimento pelo passe livre (São Paulo, Brasil, 2013), e as manifestações contra os cortes de verba da educação no Brasil de 2019, chegaram a ser discutidas e gerar desdobramentos nas comunidades locais.

As TICs vão ampliar as escalas de mobilizações de aparente pequeno porte e ressoá-las para maiores públicos, ampliando o engajamento às ações, como: as petições eletrônicas, os abaixo-assinados virtuais e as distribuições massivas de mensagens por Whatsapp.

Um exemplo foi a ação “Meu Trem”, da Rede de mobilização carioca, Meu Rio, deflagrada contra a empresa concessionária de transporte ferroviário Supervia, contra a interrupção de uma viagem de trem em horário de pico, que deixaria desassistida parcela da população dos subúrbios do Rio e da Baixada Fluminense em 2019.

A Supervia anunciou em suas redes que os passageiros estão muito satisfeitos com a alteração no horário do ramal Deodoro, que desde o começo de outubro está sendo encerrado uma hora mais cedo. Levamos a campanha Nosso Trem pra dentro dos vagões e pedimos aos passageiros para

mandarem um recado para o presidente da empresa, Antônio Carlos Sanchez, sobre essa mudança. SuperVia, veja isto! (MEU RIO, 2019)<sup>19</sup>

Esta não foi a única ação da Rede Meu Rio frente a concessões públicas. A rede de ação, anteriormente já havia se envolvido na luta pelo Parque Realengo 100% verde, uma área destinada à preservação ambiental e lazer num local degradado do subúrbio carioca e uma ação contra a implantação de autódromo na área da Floresta do Camboatá, um resquício de Mata Atlântica em meio a favelas e aglomerados de exclusão de outro subúrbio carioca. Esta ação em conjunto com o Movimento SOS Camboatá.

Numa análise imediata, estas iniciativas de mobilização coletiva na escala local de ação não causam incômodo às estruturas neoliberais do capitalismo em curso no Brasil, e nestes casos, especificamente na Zona Oeste do Rio de Janeiro, a ponto de retroceder a privatização do transporte público ferroviário ou implantar políticas efetivas de desenvolvimento urbano e socioambientais para as comunidades afetadas.

Por outro lado, a iniciativa Meu Rio, “Rede de ação por um Rio de Janeiro mais justo, incluso e participativo”, através de suas mobilizações simples focam em interferir ativamente em decisões que impactem no direito à cidade. Organizada com uma equipe enxuta fortalecida por uma rede de seguidores, inscritos através das redes sociais, são reconhecidos como ativistas locais que precisam de apoio em suas mobilizações.

Esta iniciativa motivou e mobilizou a rede paulista Minha Sampa. Juntos fundaram o Projeto Nossas Cidades, gestor e fomentador das Redes Meu Recife, Minha Porto Alegre, Minha Campinas, Minha Jampa, entre outras.

O NOSSAS é uma Rede de Ativismo. Juntos, nossos membros defendem a democracia e fazem pressão pública por um país mais justo e solidário. Desde 2011, a equipe do NOSSAS se dedica a organizar pessoas interessadas em participar dessa rede e compartilhar tecnologias de mobilização com outros ativistas. Nossa organização nasceu com a criação de nosso primeiro projeto, o Meu Rio. Nos anos seguintes, nos dedicamos a expandir o modelo do Meu Rio para outras cidades do Brasil, criando a Rede Nossas Cidades. Desde então, colocamos no mundo muitas iniciativas: o Mapa do Acolhimento, a Beta, o BONDE, o Painel de Pressão, o Me Representa e o Defezap. Também já criamos mais de 200 campanhas e ajudamos nossos membros a conquistar inúmeras vitórias. Para que nossa atuação se mantenha independente e apartidária, não aceitamos recursos de

---

<sup>19</sup> Meu Rio – passageiros desmentem Supervia. Disponível em: <https://www.facebook.com/meurio/videos/1856253487853667/>, acesso em 27.set.2020

órgãos públicos, partidos políticos ou empresas com concessão pública (NOSSAS, 2020)".

Demonstrando a potência e a fluidez necessária em escalas do local ao global e retornando ao local, conforme proposto por Ferreira (2007), esta iniciativa em rede, motivou e mobilizou mais de 1.600.000 pessoas, através de mais de 5.400 voluntários os quais lançaram mais de 200 campanhas, tendo como resultado a mudança em mais de 120 políticas públicas<sup>20</sup>.

Tão impactante quanto o resultado obtido pelo Meu Rio e o Nossas Cidades, é a motivação para crer na utopia de Lefebvre (2001), Harvey (2014) e Castells (2017) de que surjam movimentos tais que suscitem uma onda de solidariedade revolucionária pelo Comum, demonstrando ser possível uma nova organização de sociedade em contraponto ao modelo de acumulação capitalista tão perverso com as classes menos favorecidas.

A esperança de que surjam redes de indignação que impactem os territórios dominados pela lógica de acumulação capitalista, a ponto de torna-los espaços de esperança, a partir de mobilizações como as que vamos discutir agora e que em algum momento e lugar deixaram, ao menos perplexos e intrigados os capitalistas e nos propiciaram a utopia da possibilidade de derrocada do modo de ser capitalista, a partir de mobilizações, as quais muitas vezes se iniciam de forma tão singela quanto uma "vaquinha virtual" para autofinanciamento.

## **2.5 Mobilizações coletivas e a utopia espaço-temporal do fim do capitalismo**

Neste segundo capítulo de nossa dissertação, estamos discutindo a luta pelo direito à cidade (Lefebvre, 2001), a partir dos comuns urbanos (Dardot e Laval, 2017), com contribuições geográficas de Harvey (2014) entre outros.

Até aqui, procuramos estabelecer e defender o Comum, para além dos bens e recursos naturais - as raridades de Lefebvre (2008), ou como comuns urbanos

---

<sup>20</sup> Fonte: Projeto Nossas Cidades. Dados disponíveis em <https://www.nossas.org/?fbclid=IwAR3JuLD3Qy-DVOMYLazROblOctti0ZIVe4Gve0LD1GgbDRfgReYVZUtnvZw#block-33627>, acesso em 27.set.2020

reivindicados por Harvey (2014), concordando com Dardot e Laval (2017), para quem podemos resumir o Comum, a partir das práticas e lutas revolucionárias, incitadas pela expansão neoliberal pós-globalização, facilitadas pelas TICs e sobretudo reconhecidas e tornadas neste século XXI, como “a designação de um regime de práticas , lutas , instituições e pesquisas que abrem as portas para um futuro não capitalista”. (Dardot, Laval, 2017, p. 19).

Vamos seguir ainda, consonantes e alinhados às considerações de Dardot e Laval (2017), pretendendo

[...] identificar no princípio político do Comum o sentido dos movimentos, das lutas e dos discursos que, nos últimos anos, se opuseram à racionalidade neoliberal em várias partes do mundo. Os combates pela “democracia real”, o “movimento das praças”, as novas “primaveras” dos povos, as lutas estudantis contra a universidade capitalista, as mobilizações a favor do controle popular da distribuição de água não são eventos caóticos e aleatórios, erupções acidentais e passageiras, insurreições dispersas e sem objetivo. Essas lutas políticas obedecem à racionalidade política do Comum, são buscas coletivas de formas democráticas novas. (DARDOT, LAVAL, 2017, p.21)

Seria pretensão e insensatez tentar listar “todas” ou “as “principais” mobilizações históricas. Além de ser desrespeitoso às memórias de tanta gente que perdeu mais do que a oportunidade de ver a utopia enfim se realizar, são tantos e de pautas e motivações tão diversas, que vamos – ainda pretensiosamente – listar aqui as mais aproximadas aos objetivos da pesquisa. Ou seja, apontar os coletivos como movimentos sociais, os quais uma vez organizados em redes de indignação, possam afetar o modo de acumulação capitalista e modificar o modo de viver e de organizar a sociedade atual.

Relembramos movimentos históricos, de enfrentamento ao capitalismo, alguns apenas citando como sustentação à nossa análise. Outros, aprofundaremos, uma vez que se faça necessário entender o contexto, as implicações e consequências reais ou utópicas impostas ao sistema hegemônico.

Embora a utopia seja um termo, do qual nós, os – para uns, loucos, para outros, românticos e desatrelados da realidade – eternos promotores do ideal da sociedade possível do convívio harmonioso, com qualidade de vida e distribuição dos valores gerados em comum para todas e todos, nos credenciamos a possuir e do qual nos apropriamos.

O capitalismo também, segundo Harvey (2016), por se alimentar e se fortalecer das próprias crises, é portador de suas utopias, como a da acumulação exponencial infinita, do reerguimento “eterno” após ciclos de declínio.

A nossa esperança utópica (Lefebvre, 2008) é de que as classes exploradas possam se valer de uma destas crises e dar fim, não só ao ciclo de acumulação em andamento, mas ao capitalismo como ideia matriz da sociedade.

Sendo a propriedade privada, particular e garantida coercitivamente pelo estado capitalista, a base de sustentação do capitalismo, por analogia se pode conceber a ideia do Comum como a força capaz de aglutinar forças contrárias e proporcionar a inversão de valores e lógicas, as quais podem suscitar uma nova forma de se viver e organizar a sociedade.

Porém, o caminho não é fácil. Para quebrar os paradigmas próprios da lógica vigente para a construção da nova sociedade, ou novo modo de viver. Passar da lógica do “ter” para o “ser”, do “acumular” para o “partilhar”, do “meu” para o “nosso”, do “particular” para o “comunitário”, do “privado” para o “público”, do “bem” individualizado para o público. Do “meu patrimônio pessoal, familiar, individual”, para patrimônio da cultura, do Comum, da humanidade.

O Comum surge então como possibilidade de revolução, de transformação, porém como ameaça. E, no mundo concebido a partir da lógica capitalista, ameaça não se discute, não se negocia. Se reprime e se afasta, o mais rápido possível para não ser efetivada.

É isso o que observamos nas diferentes e duras experiências vividas e sofridas por jovens, negros, mulheres, LGBTQIA+, indígenas, palestinos, curdos, sem-teto, sem-terra, desempregados, populações periféricas, em geral. Qualquer indivíduo ou grupo que se mobilize por sua organização, ou nem tanto, apenas pela sua existência, ou como preferem alguns coletivos (R)e(x)sistência.

Talvez pela incapacidade de entender a falta de abertura a um diálogo racional – característica marcante da espécie humana – entre grupos organizados e o governo de seu país, para entendimento de novas formas de organização, ao invés de uma ditadura, o jovem tunisiano Mohamed Bouazizi optou pela forma extrema de demonstrar indignação e perda de esperança em viver como cidadão e – mais, ser humano digno e respeitado.

Revoltado com a apreensão de suas frutas e legumes com as quais alimentava e sustentava sua família de 8 pessoas, o jovem procurou seu representante legal, o

governo. Recebido com desrespeito e corrupção, na sua alma muçulmana de honra, respeito e dignidade impôs-se um limite. Ateou fogo ao próprio corpo. Frank Gardner, da rede internacional de comunicações BBC<sup>21</sup>, reportou assim o episódio:

Alguma coisa em seu sentimento de desamparo diante da corrupção oficial, da alta de preços e da falta de oportunidades despertou uma onda de solidariedade. Mesmo tendo sido repreendidos com brutalidade, os manifestantes não recuaram. Pelo contrário, se tornaram mais audaciosos. Quando Bouazizi morreu em decorrência de seus ferimentos no dia 5 de janeiro de 2011, os protestos se intensificaram. Centenas de pessoas foram mortas, milhares foram presas. O então presidente da Tunísia, Ben Ali, um autocrata militar no poder há 23 anos, foi à TV pedir calma. "Desemprego é um problema global", afirmou. Ele atribuiu a violência a gangues de mascarados, chamando-os de "terroristas". (Frank Gardner, BBC, 2011)

O ato heroico, porém, inaceitável, descabido, difícil de entender em nossa cultura "judaico-cristã-ocidental" foi o estopim da revolução contra ditaduras estabelecidas havia décadas no norte da África e em países do Oriente Médio.

A onda de revoltas populares acionadas pelos novos meios de se mobilizar e engajar para lutas, as redes de TICs, desencadearam uma série de atos contra ditaduras, conhecidos como Primavera Árabe. Estava dado o alerta para os poderosos e seu regime de acumulação, que o mundo capitalista não teria mais decisões centralizadoras facilmente aceitas por povos dóceis, comprados por ineficazes programas beneficentes.

Com a Primavera Árabe, a chama da rebeldia e da vontade de ter as coisas de forma diferente estava lançada. Outras manifestações, não tão doloridas, incomparáveis pela tamanha repercussão, propósito e resultado, mas verdadeiras redes de Indignação (Castells, 2013) estavam postas como possibilidade de organização do espaço de lutas, do local a global.

Outra forma de manifestar-se e propor novas formas de conceber o Comum, foram as diversas ocupações de praças e espaços públicos, os *Occupies*. Seja protestando contra a banalização dos sonhos e das economias de uma vida inteira pelo sistema financeiro de Wall Street, seja se organizando em Comunas (formas de autogoverno postas em prática em praças públicas, ocupadas como moradia para sem tetos e desempregados) na Turquia.

---

<sup>21</sup> GARDNER, Frank. **O homem que 'acendeu' a fagulha da Primavera Árabe**. BBC News, 17.dez.2011. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111217\\_bouazizi\\_primavera\\_arabe\\_bg](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111217_bouazizi_primavera_arabe_bg), acesso em 27.set.2020.

Dardot e Laval (2017) enxergam nestas mobilizações, algo de uma potencialidade e significado que vão além de protestos e reivindicações. Enxergam a própria concretização, ainda que isoladas e incipientes, de possíveis alternativas de formas de viver em oposição ao sistema imobiliário e financeiro vigente. Frutos da concorrência que separa pessoas e cidadãos, sendo confrontados por formas singelas de viver e por objetos, sentimentos e vidas em Comum:

A relação entre a “Comuna” e os “comuns”, revelada a todos pelo movimento do Parque Gezi de Istambul, na primavera de 2013, que fez parte da extensa série de ocupações de praças e parques em várias partes do mundo desde 2011: “Comuna” é o nome de uma forma política, a do autogoverno local; “comuns” é, em particular, o nome desses espaços urbanos que a política neoliberal de Erdogan pretende confiscar em benefício de interesses privados. É também o nome de um grupo que se constituiu em fevereiro de 2013, o Our Commons, para opor - se à “perda do que é comum” (Dardot, Laval, 2017, p.21).

Perda do “que é comum” foi o que desafiou o sentimento de humanidade, de pertencimento e de comunidade, mobilizando e levando a protestos e atos extremos plenamente justificáveis, os indígenas e comunidades de Cochabamba e El Alto, na Bolívia, como relata Harvey (2014)

Foi nas ruas e praças de Cochabamba que uma rebelião contra a privatização neoliberal pôs-se a lutar a famosa "Guerra d Água", em 2000. Os programas de governo foram rejeitados duas grandes corporações internacionais - Bechtel e Suez foram expulsas. E foi a partir de El Alto, uma cidade agitada, situada em um planalto acima de La Paz, que os movimentos rebeldes cresceram a ponto de forçar a deposição do presidente neoliberal Sánchez de Lozada em outubro de 2003, e de seu sucessor, Carlos Mesa, em 2005. Tudo isso preparou o caminho para a vitória eleitoral do progressista Evo Morales em dezembro de 2005. Foi também em Cochabamba que uma tentativa contrarrevolucionária das elites conservadoras contra a presidência de Morales foi frustrada em 2007, quando a administração conservadora da cidade fugiu diante da ira dos indígenas que a ocuparam. (HARVEY, 2014, p. 252)

Felizmente, para Evo Morales, seu governo indígena e popular, para as iniciativas democráticas e revolucionárias ao redor do mundo, na luta contra o neoliberalismo, cuja América Latina é laboratório usual e costumeiro de suas práticas. Mais uma vez o povo boliviano deu mostras de autonomia e independência, confirmando nas urnas de 2020 nova vitória sobre as elites conservadoras e suas forças contrarrevolucionárias. Conseguiram desativar o golpe e restituir pelo voto o poder a um presidente legitimamente eleito pelo povo.

A mobilização dos indígenas e cidadãos bolivianos contra a privatização da água, bem natural primordial à vida e sua continuidade, em pontos de proibirem até mesmo de captarem água da chuva, ou abrirem poços em seus terrenos, levou ao limite. Àquele limite perigoso da 16ª contradição prevista por Harvey (2016), a alienação da classe oprimida.

Este limite aparenta estar próximo, uma vez que os processos capitalistas, não vêm respeitando o instinto básico, o de sobrevivência. Este limite parece estar em cheque na América Latina em movimentos por uma Assembleia Constituinte Democrática no Chile ganhando força e rebeldia nas ruas. Limites levados ao extremo e com contrapartidas de revolta e mobilização em níveis jamais vistos como as sucessivas mortes de negros nos EUA, evocando o sentimento de sobrevivência no lema “Vidas negras importam”.

Isso nos remete a um axioma próprio dos coletivos populares, “Se fere minha existência, serei resistência”, repetido para marcar e não deixar esquecer, no pós-eleição de 2018. Eleição, em que se instituiu no Brasil um governo de extrema-direita. Assim que assumiu o poder, o presidente Jair Bolsonaro assume um discurso e práticas de confrontos e ameaças à existência de negros, indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, meio ambiente. Práticas que remetem ao nazi-fascismo, além de suspeitas de proximidade a grupos organizados do poder paralelo, como as milícias. A indisfarçada tentativa de criminalização da ciência e o descaso com a educação pública e com os direitos trabalhistas.

Estas práticas levaram às ruas do país, em 30 de maio de 2019, mais de um milhão de pessoas entre movimentos sociais, coletivos urbanos, estudantes e trabalhadores. Unidos contra a inflexão neoliberal, o ataque à previdência, o corte de verbas para a educação e a desqualificação da ciência.

Mais uma vez as ruas dos centros de cidades como Rio e São Paulo chegaram a presenciar milhões de manifestantes em movimentos mobilizados por redes sociais e aplicativos de mensagens, forçando o governo a destituir ministros, recuar de atitudes autoritárias e rever práticas. Remetendo a uma reflexão de Harvey (2014)

Na medida em que as cidades têm sido espaços para vigorosos conflitos e lutas de classes, a administração pública viu-se muitas vezes forçada a suprir os bens públicos (como habitação de interesse social acessível, sistema de saúde, educação, pavimentação das ruas, saneamento e água) a uma classe trabalhadora urbanizada. Embora esses espaços e bens públicos contribua intensamente para as qualidades dos comuns, faz-se necessária uma ação

política por parte dos cidadãos e das pessoas que pretendam apropriar-se deles ou concretizar essas qualidades. (HARVEY, 2014, p.144)

Cidades tornadas rebeldes na luta contra a ditadura militar nas décadas de 1960 a 1990. Cidades que cantaram a rebeldia e a contracultura, a liberação da mulher, a afirmação negra e identificação do pobre com seu lugar de fala, durante a redemocratização, com a luta pelas diretas, pelo direito à cidade na lei da reforma urbana posta na luta e na garra na Constituição brasileira de 1988.

Essas cidades voltaram à rebeldia nas Jornadas de junho de 2013, pelas ruas brasileiras. Dali eclodiram inúmeras iniciativas de novos movimentos sociais e coletivos urbanos. Deixando agora de atuar apenas nos centros urbanos, mas deslocando-se para os centros de periferia, vão encontrar em Campo Grande um espaço negligenciado pelos entes públicos e carente de direitos. Um espaço de luta e resistência.

Este é o tema do nosso próximo capítulo.

### 3. RESISTÊNCIA LOCAL, UTOPIA GLOBAL

Ao longo desta dissertação estamos discutindo os Coletivos de Campo Grande como espaços de esperança onde estratos das classes trabalhadoras e demais cidadãos se apresentam para a luta pelos comuns urbanos, na perspectiva do direito à cidade.

Uma vez que esta luta se efetiva numa região da cidade caracterizada pela cisão e disputas entre grupos políticos de interesses diversificados, por bens e serviços negligenciados a uns e apropriados por outros, entendemos os coletivos e suas mobilizações em rede, como resistências locais ao discurso capitalista, com potencial de participarem da utopia da construção de um movimento anticapitalista mundial.

Uma questão importante é entender como estes grupos portadores de práticas tão diferenciadas, quando comparadas à política tradicional institucionalizada, vão configurar-se na Região Administrativa de Campo Grande, como agentes de resistência, frente às interferências ou negligências do Estado e as influências do capital.

Os coletivos populares atuam no espaço pesquisado, disputando os comuns urbanos, na luta pelo direito à cidade, sob duas perspectivas:

- a) da inserção e participação na política institucional e a partir daí ganha escala de luta que vai do local até o global, através da militância independente, próxima e relacionada a movimentos, partidos e organizações institucionalizadas, disputando e concorrendo a cargos políticos e espaços de decisão nas diferentes esferas de poder. É o caso, por exemplo, do coletivo Tudo Numa Coisa Só, e mais recentemente, se apresentando efetivamente para a disputa das eleições municipais de 2020, a Coletiva Bem Viver.
- b) da aglutinação de forças populares, muitas vezes avessas ou descrentes da política institucional e mobilizadas por ativistas e grupos engajados na conscientização popular e na articulação de movimentos e políticas, próximas aos partidos e organizações, mas sem relação declarada de militância, porém acompanhando e, muitas vezes inclusive, mas não necessariamente, participando e

influenciando agentes da política partidária tradicional. É o caso do Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves, da Coletiva de Mulheres da Zona Oeste e do Coletivo (R)Existe Campo Grande, entre outros ativos na região pesquisada.

Neste capítulo discutimos como se territorializa a luta política dos Coletivos de Campo Grande pelo direito à Cidade. Como se mobilizam, como disputam o espaço com as demais forças atuantes nesta RA, e como se articulam com outros movimentos, tendo em vista a utopia do surgimento a partir destas dinâmicas locais de um movimento anticapitalista global (Harvey, 2014). Este é o caso da maioria dos coletivos pesquisados e ativos em Campo Grande, entre os quais, com grande articulação e mobilização, o Coletivo Tudo Numa Coisa Só.

Essa discussão se baseia numa perspectiva geográfica de transformação espacial da região analisada, de um espaço significativamente rural para um espaço reconhecidamente urbano e as dinâmicas envolvidas nesta transformação espacial. Esta transformação entendida como parte da dinâmica espacial de consolidação do processo de metropolização do espaço (Lencioni, 2015) que envolve uma implosão-explosão, como Lefebvre (1999) aponta, da área urbana do município do Rio de Janeiro, ao longo das últimas décadas, ampliando o tecido urbano em direção à Zona Oeste.

Analisamos essas questões em 4 subcapítulos:

### 3.1– Campo Grande, território de resistências.

Neste subcapítulo, apresentamos a transformação urbana da RA de Campo Grande, na dinâmica rural-urbano e o surgimento da vocação local para a resistência popular à apropriação capitalista do espaço, através de mobilizações coletivas.

### 3.2- O tecido urbano avança pela Avenida Brasil.

Neste subitem, analisamos as dinâmicas de transformação espaciais recentes, como o surgimento concomitante de condomínios e do PMCMV e os aglomerados de exclusão, caracterizando desigualdades espaciais características de desenvolvimentos regionais desiguais.

### 3.3– A construção é coletiva.

Apresentando as principais mobilizações coletivas de Campo Grande e suas articulações na região pesquisada e na escala global.

3.4 - Por fim, fechando este trabalho de Geografia militante em movimento, destacamos o Coletivo Tudo numa Coisa Só.

### 3.1 Campo Grande, território de resistências

Até aqui evoluímos de uma reflexão sobre os coletivos populares, à percepção destes como espaços de esperança, nos quais as classes sociais menos favorecidas se sentem (re)presentadas ou se (a)presentam para os embates pelo direito à cidade nos espaços urbanos onde se dá a luta pelo Comum.

No caso de nossa pesquisa, o território cindido, meio, produto e produtor destas disputas é a Região Administrativa de Campo Grande, Rio de Janeiro.

Entendemos este recorte espacial como um território onde os diferentes agentes e seus processos de escalas temporais e espaciais, transformam e reconfiguram um espaço, anteriormente com características predominantemente rurais em um espaço paulatinamente urbano, bem como a problemática geográfica consequente desta transformação.

Esta problemática conflituosa, característica da produção capitalista do espaço (Harvey, 2005), favorece, pela forma como se configura, o surgimento, ou melhor, a insurgência e a resistência de grupos de moradores e representantes das classes trabalhadoras, marcantes neste território, questionando e combatendo a forma como a região é tratada e negligenciada pelo estado. Conforme Oliveira (2017)

A Zona Oeste foi tratada e percebida como um imenso campo a ser loteado e a receber camadas da população de outras partes da Cidade oriundas dos diversos processos de remoção de favelas existentes na Zona Sul. Diante desse processo de urbanização, que revela uma política de adequação da Zona Oeste às necessidades de outras regiões, evidenciando uma inserção em posição de dependência em um processo mais amplo de desenvolvimento social, econômico, político e urbano; temos o diagnóstico que revela que a despeito do crescimento populacional, ou seja, o sucesso da política imobiliária planejada, o Estado inseriu de forma dependente a região (OLIVEIRA, 2017, p.337).

Inserção feita pelo Estado na efetivação do espaço urbano, resultante da implosão-explosão da metrópole em direção ao Oeste da cidade do Rio de Janeiro, a reprodução da “limpeza” e “branqueamento” das populações e do espaço urbano,

iniciada na década de 1960 pelo regime militar e seu “milagre econômico”. Essa região contrasta com o cenário urbano do Centro e da Zona Sul, caracterizados como “cidade maravilhosa” decantada em verso e prosa. Caracterização moldada pelas classes dirigentes, conforme Abreu (1987)

O autoritarismo que caracteriza o período pós-golpe militar terá, nesse processo de retomada de uma tendência anterior, um papel fundamental. Não mais dependente do julgamento popular via eleições livres, o Estado intensifica sobremaneira a sua ação discriminatória sobre o espaço, privilegiando claramente as áreas mais ricas da cidade, especialmente o centro e a zona sul (ABREU, 1987, p.134).

A estratégia adotada pelo Estado, de remoção de cortiços e favelas do centro e Zona Sul da cidade, transferindo a população pobre, preta e favelada para regiões marginais da cidade, como o entorno da Avenida Brasil, vai impactar na transformação espacial de Campo Grande e arredores, conforme descrito por Abreu (1987).

A intensificação do processo de concentração de renda, viabilizada pela política econômica pós 1964, levou, por outro lado, a dois outros efeitos, significativos sobre a evolução da forma urbana carioca. Em primeiro lugar, resultou num processo drástico de remoção de favelas dos locais mais valorizados da zona sul, para que aí, fossem construídas habitações de luxo (símbolos dessa mesma concentração) ou para que os morros fossem mantidos livres e desembaraçados, condição necessária para a sua venda, pela empresa imobiliária, como “áreas verdes”. Pôde-se então “expurgar” da zona sul grande parte dos pobres que ainda “teimavam” em residir aí, expurgo esse que foi bastante facilitado pela supressão de uma série de direitos civis pelos regimes militares. [...] Grande parte da população favelada da zona sul foi erradicada dessa área da cidade, na década de 1960, e transferida para conjuntos habitacionais distantes do mercado de trabalho, como a Vila Kennedy (ABREU, 1987, p.121).

Estas práticas de rearranjos espaciais vão ganhar impulso e seguir numa tendência de segregação pelo Estado brasileiro, com a industrialização e a implantação de Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), na década de 1970, definindo áreas centrais e polos de desenvolvimento, como o caso da união viária entre São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro e suas regiões metropolitanas. Na década de 1980, a marca é a adesão do Brasil à cartilha neoliberal, modelo de gestão consagrado pelo pensamento único capitalista, tendo os EUA como modelo de sociedade. Padrão característico da década de 1980 e exponenciado na década de 1990 no Brasil.

Em razão destas dinâmicas de políticas nacionais, tendo como impactos diretos nos espaços urbanos locais, houve a instalação de uma zona industrial na Avenida

Brasil (BR101), a meio caminho entre os portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí. Essa instalação se justifica pelo fácil acesso à Rodovia Presidente Dutra (BR116), principal via de ligação entre as metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo.

Segundo Oliveira (2017), inicia-se um ciclo de inversão na dinâmica espacial da região de Campo Grande, de um espaço significativamente rural (veja figura 4 abaixo) para predominantemente urbano, a partir da década de 1960, intensificada na década de 1980 em diante. Isso ocorreu por uma forte industrialização, impulsionada pela instalação de um parque industrial e combinada à subordinação cultural, social e econômica a espaços considerados “nobres” ou vistos como centros de decisão na cidade.

Figura 4 - A Zona Oeste retratada como "sertão carioca" até a década de 1960.



Fonte: Jornal ZO, disponível em <https://jornalzo.com.br/conheca-a-zona-oeste/1046-os-encontros-camponeses-do-sertao-carioca>, acesso em 24.out.2020

Lefebvre (1978, p.11) identificou e analisou estas dinâmicas na passagem do espaço rural para o urbano, como um novo texto social que desafia o passado e questiona o futuro.

Pequenas trilhas e caminhos que antes levavam o caminhante da roça ao bonde e, através deste, aos mercados centrais, fosse para a entrega da produção ou para a compra de mantimentos, vão se tornar ruas, depois avenidas e mais tarde estradas movimentadíssimas. Os trotes de cavalo e boiadas são substituídos aos poucos por automóveis e motocicletas. Os antigos vizinhos de cerca, ficam cada vez

mais distantes, entre as casas humildes vão surgindo equipamentos e edificações modernos, causando o que essa pesquisa identifica como distância nas proximidades.

Este outro texto social escrito no caso da região analisada não é assimilado por completo pelos moradores, sobretudo os mais antigos, como atestou Oliveira (2017), pois não carrega em si, algo muito caro a comunidades cujas identidades e pertencimentos são historicamente construídos a partir da dinâmica rural.

Mesmo tendo passado por vários surtos de urbanização, a Zona Oeste ainda permanece para seus moradores, associada a seu passado agrícola onde representações percebidas por eles como positivas, tais como a tranquilidade, extensas áreas para moradia, resquícios de uma natureza preservada, vida pacata e proximidade nas interações sociais e representações consideradas negativas, tais como o abandono por parte do Estado, a precariedade dos serviços públicos e privados, a pobreza e ausência de refinamento de seus moradores, definem pertencimentos. (OLIVEIRA, 2017, pp. 325)

As rugosidades rurais, sejam culturais, como a calma das relações humanas, o silêncio, as festas, o convívio e troca diários de experiências. Outrora, signos de pertencimento à comunidade. Com a chegada da industrialização e urbanização, aos olhos dos novos agentes sociais, no novo texto social, parecem representações negativas frente à nova dinâmica espacial, tornando-se agora símbolos de negação da pertença ao urbano.

Configura-se uma segregação espacial em relação ao restante da cidade, entendida por Maricato (2000), como continuação no novo modelo urbano, das velhas formas de relação da sociedade brasileira herdadas do modelo colonial, as quais vão continuar se reproduzindo no espaço urbano.

Esta utilização das antigas fazendas de Campo Grande e arredores, transformadas em loteamentos urbanos e modernos parques industriais reproduzem, como atesta Maricato (2000), as práticas da sociedade patriarcal colonialista brasileira, da forma mais cruel, conforme atestam reportagens de jornais populares da década de 1960:

Essa representação sobre a região como uma área agrícola em vias de desaparecer atravessaria as décadas de 50 e 60: despejos, violência contra lavradores, queima de casas e plantações, a cumplicidade das autoridades policiais, descaso dos poderes públicos, grilagens, etc., continuavam a dar o tom da imagem do Sertão Carioca. Um caso ocorrido em Campo Grande envolvendo o "rendoso comércio de loteamentos de terrenos" foi emblemático. Estamos no ano de 1961 e segundo palavras do jornal *Novos Rumos*: "Confiam os tubarões de terras no sucesso de seus negros propósitos, baseados no fato de, há alguns anos, terem conseguido desalojar

humildes camponeses fixados em terras adjacentes e que, tal como os que ora labutam às margens do Cabuçu, tinham como única fonte de receita o amaino do solo." (Jornal ZO, 2020)<sup>22</sup>

Esta forma abrupta e violenta de apropriação do espaço, por parte de capitalistas, e apoiada pelo Estado, gera revolta e afetam o povo pobre da região, gerando uma necessidade de expressão conjunta de pertencimento, tendo como consequências, reações contrárias ao processo de urbanização e o início de organizações locais, análogas às mobilizações coletivas atuais.

Lavradores da Região do Mendanha, organizados contra os posseiros e a forma como se estava reconfigurando este espaço, começaram a se organizar na forma de reuniões no Teatro Artur Azevedo em Campo Grande.

Isso é de extrema importância no que concerne à perspectiva adotada pelos organizadores e participantes desses eventos: nos espaços engendrados pelos congressos e conferências, discutiam-se medidas não contra o grileiro "A" ou "B", ou melhorias para a produção agrícola da localidade "X" ou "Y" – o discurso dos promotores desses eventos procuravam difundir a noção que estes eram concebidos e realizados em função dos interesses de todos os pequenos lavradores - especialmente os "posseiros" e "arrendatários" - de todo o Sertão Carioca. Embora tais eventos se voltassem também para outros grupos sociais, a socialização de experiências que eles promoviam criaram condições para que os próprios lavradores cariocas se reconhecessem enquanto grupo político. (Jornal ZO, 2020)<sup>23</sup>

Nos novos moradores, principalmente os mais jovens, a dicotomia entre a proximidade do rural e a distância do centro da cidade, das oportunidades de educação e emprego, proporciona crises de pertencimento e preconceitos, como os vividos por quem se muda de bairros, mesmo os de infra estrutura mais precária, presentes em discursos, como: “Mora na roça?”. “Aquilo lá ainda é Rio?”

A tomada de consciência da segregação espacial aparenta ser um gatilho gerador de sinergia e mobiliza em torno das lutas pelo Comum, ao longo das décadas durante as quais se dá o processo de transformação espacial do rural em urbano.

Seja pela tradição local de embates, ou talvez mais, pelo crescimento populacional observado, a região vai ser alvo e destino de partidos populares e movimentos sociais ao longo das décadas finais do século XX, principalmente no

<sup>22</sup> Fonte, Jornal ZO. Disponível em <https://jornalzo.com.br/conheca-a-zona-oeste/848-febre-e-lutas-no-sertao-carioca-anos-50-e-60>, acesso em 24.out.2020 <https://jornalzo.com.br/images/GC02G.jpg>

<sup>23</sup> Fonte, Jornal ZO. Disponível em <https://jornalzo.com.br/conheca-a-zona-oeste/848-febre-e-lutas-no-sertao-carioca-anos-50-e-60>, acesso em 24.out.2020

contexto da luta contra a ditadura e pela redemocratização, mas sobretudo pela inserção da RA Campo Grande no contexto urbano com efetivo direito à cidade e aos comuns urbanos (Harvey, 2014).

Esta tomada de consciência é relatada no testemunho de Tobias Tomines, do Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves (CEPMMA), Coordenador do Projeto Segunda política e Membro do Fórum das Pastorais Sociais. Tobias é morador de Campo Grande, uma das lideranças locais influenciadoras das articulações em rede dos coletivos e movimentos sociais da região. Produz iniciativas como os encontros 2<sup>as</sup> Políticas, o Curso de formação política Marielle Franco e a Frente Ampla de Resistência Democrática da Zona Oeste (FARD-ZO).

“Tenho 56 anos, sou nascido e criado em Campo Grande. Sou de uma família de origem católica e meus pais sempre foram engajados na Igreja. Ao mesmo tempo, formaram uma consciência política a partir do entendimento e da sua vivência de fé e passaram isso para os filhos. [...] Militei no PT na década de 1980. Participei da construção e fundação do partido na Zona Oeste. Fui dirigente no movimento estudantil. Participei a partir dos Círculos Bíblicos e das CEBs da Igreja Católica, das Associações de Moradores e de Movimentos pela moradia, entre outros. Atualmente, entendo que a dinâmica de mobilizações coletivas estejam atendendo mais completamente aos propósitos de organização das pessoas, em torno de pautas comuns”.  
(Tobias Tomines, CEPMMA, 2020)

As Associações de moradores, Associações de favelas e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja católica, citadas pelo líder do CEPMMA, vão ser locais de tomada de consciência através de assembleias, encontros, caminhadas, reuniões e toda sorte de ações análogas às mobilizações próprias dos coletivos populares do século XXI.

Muitos filhos e netos dos membros destes grupos da classe rural, transformada em classe trabalhadora urbana, agentes e testemunhas vivas da transformação espacial da região, do rural ao urbano, na dinâmica espacial vão se agregar a jovens oriundos de remoções, ou trazidos para os novos conjuntos habitacionais, vindo dos lugares mais centrais da cidade, na maior parte das vezes, de forma arbitrária e sem autonomia de escolha.

Muito provavelmente, deva-se a esta conjunção de coisas, o fato de estes grupos, dada a consciência adquirida seja pelo estudo proporcionado pelos pais, na expectativa de futuros melhores que os seus, seja pelo engajamento à prática política, seja pelas próprias experiências de vida, buscarem o resgate do sentimento de pertencimento orgulhoso e ressignificado a este lugar.

William Siri, jovem economista, nascido no bairro KM32, geograficamente bairro do município de Nova Iguaçu, na conurbação com o Rio de Janeiro, periferia de Campo Grande. Líder do coletivo Tudo Numa Coisa Só, expressa assim a motivação para mobilizar e agrupar pessoas para a luta pelo Comum na região de Campo Grande:

Em 2013 começaram aquelas manifestações no Brasil todo e no rio de Janeiro, mais de um milhão de pessoas na rua. Eu... antes, vendo diversas manifestações na Cinelândia..., enfim, e aí, eu fui vendo ali diversas pessoas puxando pequenos atos, pequenas manifestações durante aquele processo todo. Porque eu fazia estágio no SEBRAE, depois que eu saía do SEBRAE eu estudava na Cândido Mendes, ali em frente, enfim... Na Assembleia, 10, né? Bem no centro mesmo e então tudo acontecia ali. [...] E aí eu comecei a observar aquela movimentação toda ali. Eu comecei a reparar que na Zona Oeste tinha muita gente igual e comecei a ver potencial ali. Então comecei a me questionar porque isso não tinha na Zona Oeste. Até que em 2014 nós fizemos o coletivo Tudo Numa Coisa Só. Justamente por compreender que aquele centro político mesmo, ali na Zona Sul, Centro, Tijuca, ..., nós queríamos trazer mais pra cá. (William Siri, TNCS, 2020)

Revela-se na ideia geradora do Coletivo Tudo Numa Coisa Só (TNCS), a necessidade de que a cidadania tome o trem ou atravesse a Avenida Brasil e chegue à Zona Oeste, assim como anteriormente precisou atravessar o túnel que já foi a máxima de integração social e política nas décadas de 1950 a 1980, aludida à necessidade de unir a Zona Norte à Zona Sul.

### **3.2 O tecido urbano avança pela Avenida Brasil**

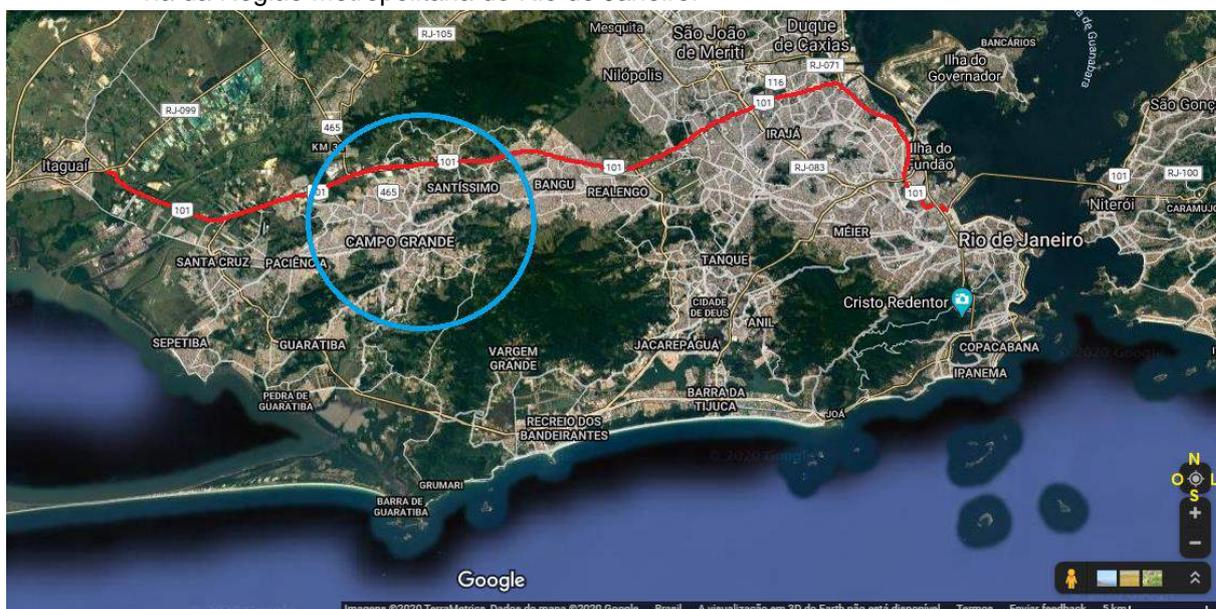
O século XXI é caracterizado por mobilizações pelo Comum, em cidades rebeldes (Harvey, 2014) questionando as distâncias sociais e geográficas produzidas no espaço pelo Estado e pelas elites em relação às classes trabalhadoras. Faz-se necessário que o direito à cidade se desloque para regiões distantes geograficamente e segregadas socialmente, pois é esta a direção tomada pela evolução do tecido urbano e do capital, se apropriando do espaço para garantir sua reprodução.

No caso da metropolização do Rio de Janeiro, se as desigualdades e contradições pegaram a Avenida chamada Brasil, chegaram e se apropriaram de Campo Grande e seu entorno, a conscientização, organização e mobilização também

chegaram, através de grupos que se apresentam para a disputa política que reconfigura e transforma o espaço, através de lutas e embates pelo Comum, num território de resistências culturais, sociais e políticas.

Na figura 5, retrata-se o tecido urbano recortado pela Avenida Brasil (traço vermelho). Destacada na figura por um círculo azul a área de influência da RA Campo Grande, recorte espacial de nossa pesquisa.

Figura 5 – BR101 (nomeada como Avenida Brasil ao atravessar a cidade do Rio de Janeiro) principal via da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



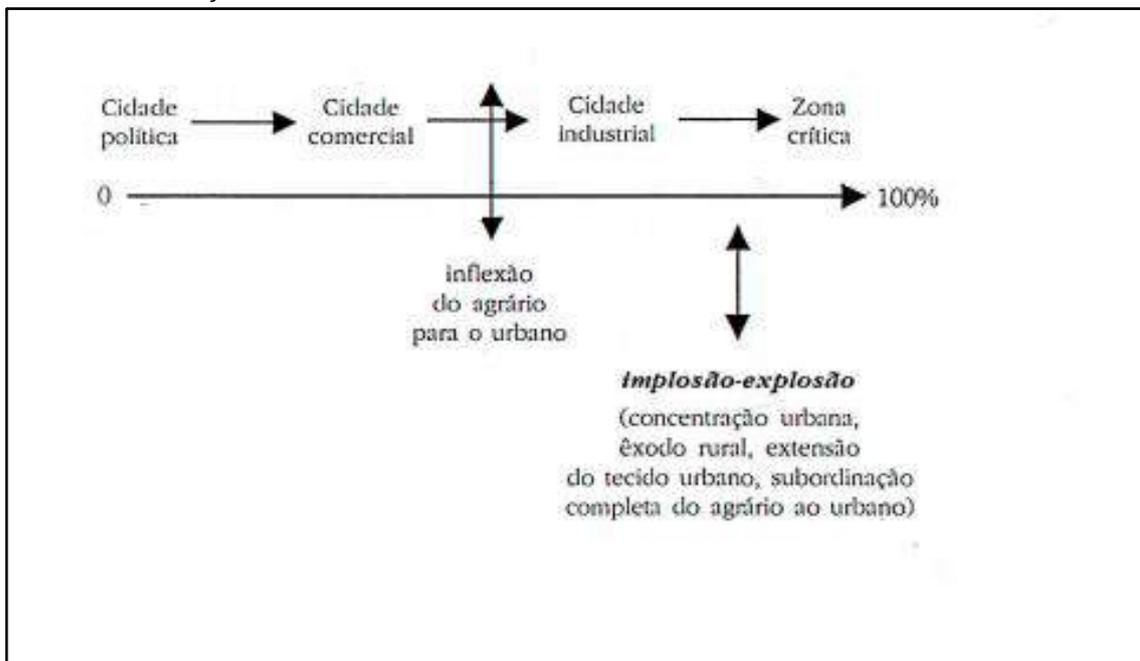
Fonte: GOOGLE, 2020. Km32, Nova Iguaçu – RJ. Google Maps. Disponível em <https://www.google.com.br/maps/@-22.9319596,-43.6255771,43475m/data=!3m1!1e3>, acesso em 23.out.2020 (adaptado).

Anteriormente às obras realizadas no contexto dos megaeventos do início do século XXI, trafegar pela Avenida Brasil, principal via de fluxos de pessoas, bens e serviços entre a Zona Oeste e o centro do Rio de Janeiro, era experimentar a metáfora de Santos (2006) sobre lugares opacos e lugares luminosos. Uma vez que da Região central do Rio de Janeiro, mais precisamente a Zona portuária, onde se inicia a Avenida Brasil até a Região de Deodoro, onde termina a Zona Norte do Rio de Janeiro e inicia-se a Zona oeste, a iluminação da via pública e dos bairros ao redor diminuía drasticamente.

Hoje, quem se desloca nos fluxos pendulares de trabalhadores e estudantes, pela principal via urbana do Rio de Janeiro, percebe ao aproximar-se da região de Campo Grande uma nova “iluminação” dos lugares.

Para Lefebvre, a sociedade urbana é uma virtualidade, ou um objeto possível, relacionado a um processo e a uma práxis, uma sociedade burocrática de consumo dirigido (Lefebvre, 1999), condição e produto da superação da cidade industrial, a partir de um processo denominado pelo filósofo de revolução urbana. Podemos entender a transformação espacial de Campo Grande, numa escala local, extrapolando o esquema de evolução do “fenômeno urbano”, apresentado no quadro 5, na escala espaço-temporal da evolução do capitalismo global.

Quadro 5 - Evolução do "fenômeno urbano"



Fonte: Lefebvre (1999, p.27. il.)

Aplicando uma lógica análoga a este esquema proposto por Lefebvre (1999) na análise da transformação espacial de Campo Grande, durante as últimas décadas, podemos entendê-la como uma inflexão do agrário para o urbano, a partir da década de 1960, seguida da implosão-explosão proporcionada pela chegada dos grandes parques industriais, extensão do tecido urbano e subordinação completa, via transformação, do espaço agrário ao urbano.

Até a década de 1950 a região de Campo Grande se configurava como um espaço rural, desde o ciclo do café, com a Fazenda do Mendanha, até o mais recente ciclo da laranja, caracterizada pela agricultura familiar. Atropelada pela agroindústria, a região entra em declínio, com o fim do ciclo da laranja, no início dos anos 1960. A pobreza dos pequenos agricultores locais, aliada à especulação imobiliária apoiada

pelo Estado, propiciou uma urbanização gradativa da Zona Oeste, através da substituição dos pequenos terrenos e propriedades rurais por loteamentos residenciais e as fazendas por complexos industriais.

Podemos entender esta dinâmica de transformação espacial da região de Campo Grande como uma extensão do tecido urbano em direção ao oeste da cidade. Ficando esta região subordinada ao centro urbano da Metrópole do Rio de Janeiro, na escala local, e à megarregião Rio de Janeiro-São Paulo na escala do capitalismo financeiro metropolitano global, conforme Lencioni (2015)

No sudeste do Brasil, ao longo da costa atlântica, as metrópoles do Rio de Janeiro e de São Paulo constituem as principais cidades de uma megarregião. Aí se desenvolve a urbanização regional de maior expressão no Brasil e no hemisfério sul. Da região do entorno do Rio de Janeiro, ao longo da costa, indo em direção à Juiz de Fora, penetrando pelo Vale do Paraíba e chegando à Baixada Santista a mancha urbana, quase que contínua, avança para o interior paulista indo além de Campinas e Sorocaba. Esta região integra-se entre si e, em escala global, por meio das atividades econômicas, dos eixos de circulação viária e aérea e das redes de informação e comunicação. [...] Essa forma híbrida da urbanização regional configura uma megarregião com intensa integração produtiva, forte interação com a economia global e grande densidade dos movimentos pendulares. Mas deve ser assinalado que embora tenha intensos laços com a atividade econômica global, também apresenta uma rede de relações apenas local. (LENCIONI, 2015, p.10-11)

Essa rede de relações locais vai reproduzir Campo Grande como um centro de periferia urbana, pelo polo industrial instalado às margens da Avenida Brasil, combinado a um forte centro comercial próximo à estação ferroviária. Além de uma densidade demográfica propiciada pela transferência de classes populares de bairros degradados das Zonas Norte e Centro, ora por vontade própria fugindo da violência, ou buscando em Campo Grande uma tranquilidade própria de espaço com reminiscências do rural.

Porém, podemos seguramente caracterizar o crescimento urbano de Campo Grande como uma estratégia notadamente de delimitação espacial da cidade, sendo repartida entre espaços destinados a classes trabalhadoras e espaços destinados a classes abastadas. Do ponto de vista urbanístico e de desenvolvimento social urbano, podemos concordar para esta região com o que defende Maricato (2000) sobre os espaços periféricos das metrópoles brasileiras:

Boa parte do crescimento urbano se deu fora de qualquer lei ou de qualquer plano, com tal velocidade e independência que é possível constatar que cada metrópole brasileira abriga, nos anos 1990, outra, de moradores de favelas,

em seu interior. Parte de nossas cidades podem ser classificadas como não cidades: as periferias extensas, que além das casas autoconstruídas, contam apenas com o transporte precário, a luz e a água (esta não tem abrangência universal, nem mesmo em meio urbano). E é notável como essa atividade referida, de pensar a cidade e propor soluções para seus problemas, permaneceu alienada dessa realidade que estava sendo gestada (MARICATO, 2000, p.140).

Estas não cidades vão se manifestar na RA Campo Grande, notadamente nos bairros periféricos e nas periferias centrais do bairro, com escassez de equipamentos urbanos, áreas de saneamento básico insuficiente ou inexistente, transporte público abandonado, meios de comunicação acessados por uns poucos, caracterizando estas áreas como aglomerados de exclusão (Haesbaert, 2003).

Podemos notar na coletânea de imagens da figura 6 (abaixo), a presença de novos processos industriais em polos característicos do meio técnico-científico-informacional (Santos, 2006), os quais atraíram para a região, parcelas de trabalhadores mais especializados nas novas formas de produção capitalista, gerando desigualdades socioeconômicas, segregando espaços através da instalação de bem equipados condomínios residenciais, modernos shoppings centers e espaços de lazer com características socioespaciais similares às de seus pares nas regiões mais privilegiadas da cidade. Isso tudo proporcionou ao centro de Campo Grande uma espécie de hierarquia urbana sobre os bairros vizinhos.

Figura 6 - Exemplos de novos equipamentos urbanos na transformação espacial de Campo Grande

Fig. A - West Shopping - estrada do Mendanha, 555. Campo Grande



Fig. B - Park Shopping - Estrada do Monteiro, 1280. Campo Grande



Fig. A - West Shopping - Estrada do Mendanha, 555. Campo Grande<sup>24</sup>  
Fig. B - Park Shopping - Estrada do Monteiro, 1280. Campo Grande<sup>25</sup>

<sup>24</sup> [https://degracaevou.files.wordpress.com/2018/03/fachada-atual\\_west-shopping.jpg](https://degracaevou.files.wordpress.com/2018/03/fachada-atual_west-shopping.jpg), acesso em 24.out.2020

<sup>25</sup> <https://www.multiplan.com.br/en/shopping-centers/rio-de-janeiro/parkshopping-campo-grande>, acesso em 24.out.2020

Figura C - Fábrica da Michellin. Estrada da Cachamorra, S/N Campo Grande



Fig D. Centro comercial do calçadão de Campo Grande



Figura C - Fábrica da Michellin. Estrada da Cachamorra, S/N Campo Grande<sup>26</sup>  
Fig. D. Centro comercial do calçadão de Campo Grande<sup>27</sup>

<sup>26</sup> [https://corporativo.michelin.com.br/sobre\\_nos/timeline/](https://corporativo.michelin.com.br/sobre_nos/timeline/), acesso em 24.out.2020

<sup>27</sup> [https://www.wikiwand.com/pt/Campo\\_Grande\\_\(bairro\\_do\\_Rio\\_de\\_Janeiro\)](https://www.wikiwand.com/pt/Campo_Grande_(bairro_do_Rio_de_Janeiro)), acesso em 24.out.2020

Embora a propaganda capitalista prometa reproduzir nos espaços dos quais o capital se apropria, as benesses do consumo, e, boa parte do proletariado, segundo Lefebvre (2008), termine por alienar-se e adotar práticas sociais e políticas compatíveis à reprodução no espaço da forma de vida injusta e desigual própria da acumulação capitalista, Maricato (2000) vai identificar no espaço resultante do processo de urbanização brasileiro, aspectos que identificamos também presentes na região pesquisada:

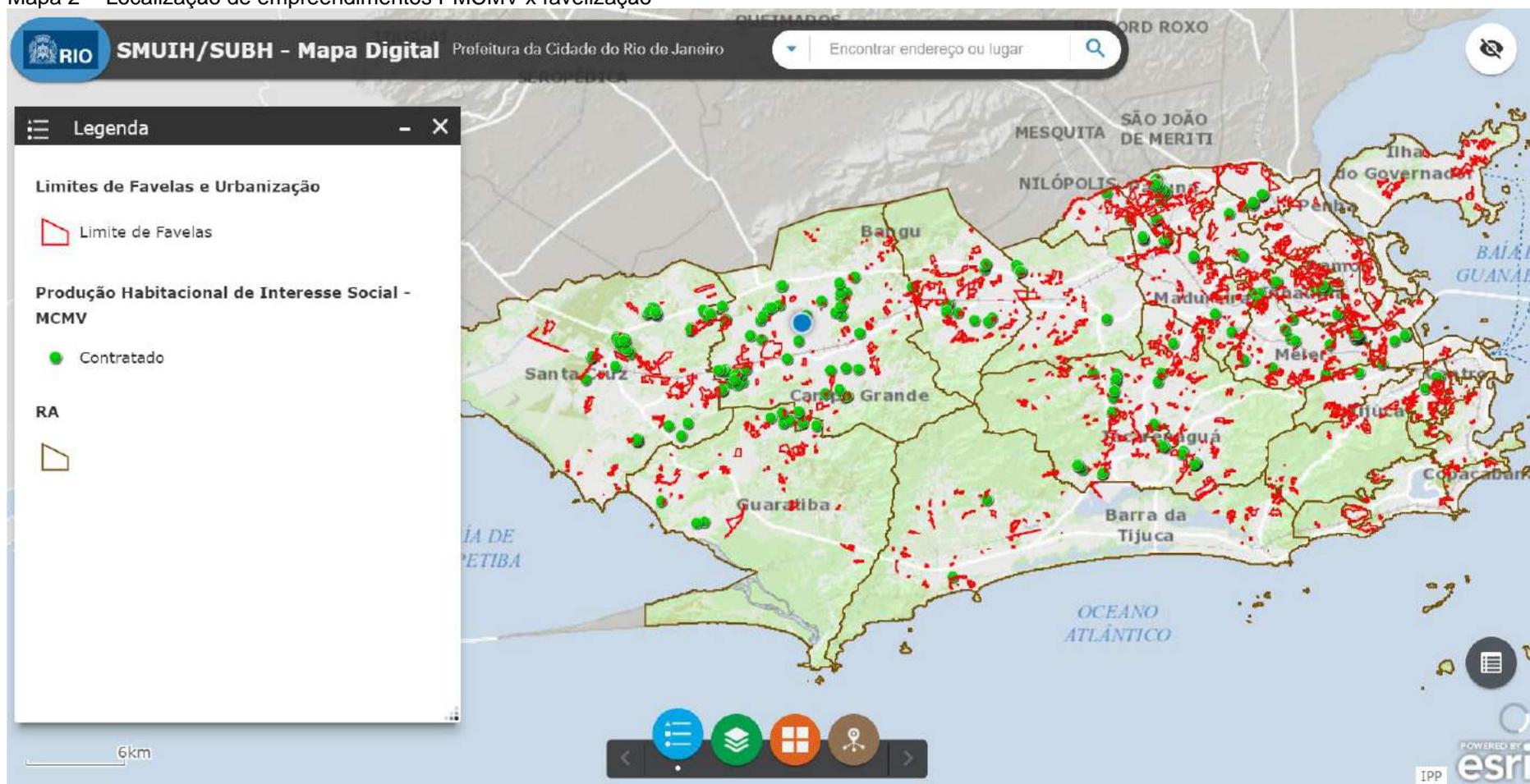
Algumas características desse processo de urbanização são as seguintes: a) Industrialização com baixos salários, mercado residencial restrito. O custo de reprodução da força de trabalho não inclui o custo da mercadoria habitação, fixado pelo mercado privado. [...] b) As gestões urbanas (prefeituras e governos estaduais) têm uma tradição de investimento regressivo. As obras de infra-estrutura urbana alimentam a especulação fundiária e não a democratização do acesso à terra para moradia. (MARICATO, 2000, p. 155).

Sobre a industrialização com baixos salários, em contraponto ao preço dos imóveis valorizados pela reconfiguração da região, se faz mister uma análise do impacto na região do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

Dentro da estratégia de ampliação de moradias populares do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), o PMCMV cumpriu a missão de proporcionar habitação digna ao trabalhador, sobretudo mulheres e famílias de baixa renda de classes operárias da Zona Oeste do Rio de Janeiro, para onde destinou, segundo Cardoso (2013), a maioria dos empreendimentos de habitação de interesse social, destinados para faixas de renda de 0 a 3 salários mínimos no Município do Rio de Janeiro.

Essa desproporcionalidade na distribuição dos empreendimentos do MCMV, pode ser observada no Mapa 2, a seguir.

Mapa 2 - Localização de empreendimentos PMCMV x favelização



Fonte Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro / IPP.

Disponível em: <https://pcrj.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=eb90b035ecea4615bf1404de54be23dd>, acesso em 25.out.2020

Segundo Cardoso (2013), a concentração de unidades da política nacional de habitação na RA Campo Grande, observada no mapa, obedece um plano da prefeitura do Rio de Janeiro, a qual inclusive reduz exigências originais do programa, como número mínimo de unidades e implantação pelas construtoras de edificações destinadas a serviços básicos, a serem entregues junto às unidades do PMCMV.

Esta forma de entregar os conjuntos, impactou no crescimento desordenado da região e ampliou o adensamento urbano de Campo Grande, sem trazer melhorias em infraestrutura urbana. Ao contrário disso, acabou piorando as entregas de serviços públicos, tendo como consequência a perda de qualidade de vida para os moradores originais, sem implicar em melhorias significativas aos novos moradores.

Sem um conhecimento prévio da região, as pessoas aceitaram receber residências muitas vezes sem acabamento, com problemas estruturais. Além dos prédios e casas serem em alguns casos distantes, não só do centro urbano da Campo Grande e Santa Cruz, mas sequer das principais vias da região, muitas vezes não se encontram nestes espaços serviços básicos como a cobertura de saúde e educação.

O transporte precarizado, a falta de serviços como acesso às redes de informação, sinais de TV, inclusive aberta, produtos e serviços básicos para a rotina de vida das pessoas. Gás, água mineral, farmácias, padarias, acaba facilitando o comércio irregular e práticas ilegais, como a exploração destes serviços pelas milícias.

O PMCMV, assim, intensifica a periferização da região, não garantindo urbanização e direito à cidade aos moradores. Configuram-se assim, novos aglomerados de exclusão (Haesbaert, 2003) e se reproduz no espaço transformado, as mesmas contradições e desigualdades presentes na metrópole como um todo.

Hoje, na região de Campo Grande, encontramos condomínios de padrão de serviço e estética similares aos da Zona Sul carioca, caso do condomínio Contemporâneo Design Resort, na Estrada da Cachamorra (figura 7), contrastando com realidades como as da Comunidade Nossa Senhora das Graças, popularmente conhecida como “Carobinha” (figura 8).

Figura 7 - Foto de fachada da entrada do condomínio Contemporâneo Design Resort, na Estrada da Cachamorra, Campo Grande.



Fonte: Foto disponível em [olx-j.com.br](http://olx-j.com.br), acesso em 14.out.2020

Figura 8 - Comunidade Nossa Senhora das Graças - Carobinha.



Fonte: Foto disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/tiroteio-deixa-dois-mortos-na-favela-da-carobinha-em-campo-grande-18003571.html>, acesso em 14.out.2020

Além destas contradições, Maricato (2000) aponta outras duas graves consequências de projetos de urbanização segregacionista, como os desenvolvidos nas últimas décadas na região de Campo Grande:

Dentre as consequências do processo anteriormente descrito, interessa destacar duas delas, que estão entre as principais: a) a predação ambiental que é promovida por essa dinâmica de exclusão habitacional e assentamentos espontâneos; b) a escalada da violência, que pode ser medida pelo número de homicídios e que se mostra mais intensa nas áreas marcadas pela pobreza homogênea, nas grandes cidades. (MARICATO, 2000, p. 162-163.

Podemos refletir sobre realidades vividas na região analisada, como desdobramentos destas consequências do processo de urbanização, indicadas por Maricato (2000).

Sobre o item a) predação ambiental promovida pela dinâmica de exclusão, subsistem na AP5 remanescentes de Mata Atlântica principalmente nas áreas de influência do Maciço da Pedra Branca e do Complexo Mendanha-Gericinó, áreas verdes marcantes na Região. Estas áreas vêm sofrendo principalmente nas encostas de morros com a ocupação irregular seja por moradores de baixa renda. Muitas vezes assistidos de forma demagógica por políticos oportunistas. Bem como, por atuação irregular das milícias, as quais loteiam e vendem de forma irregular áreas de mata, onde implantam condomínios, na maior parte das vezes com a conivência do poder público.

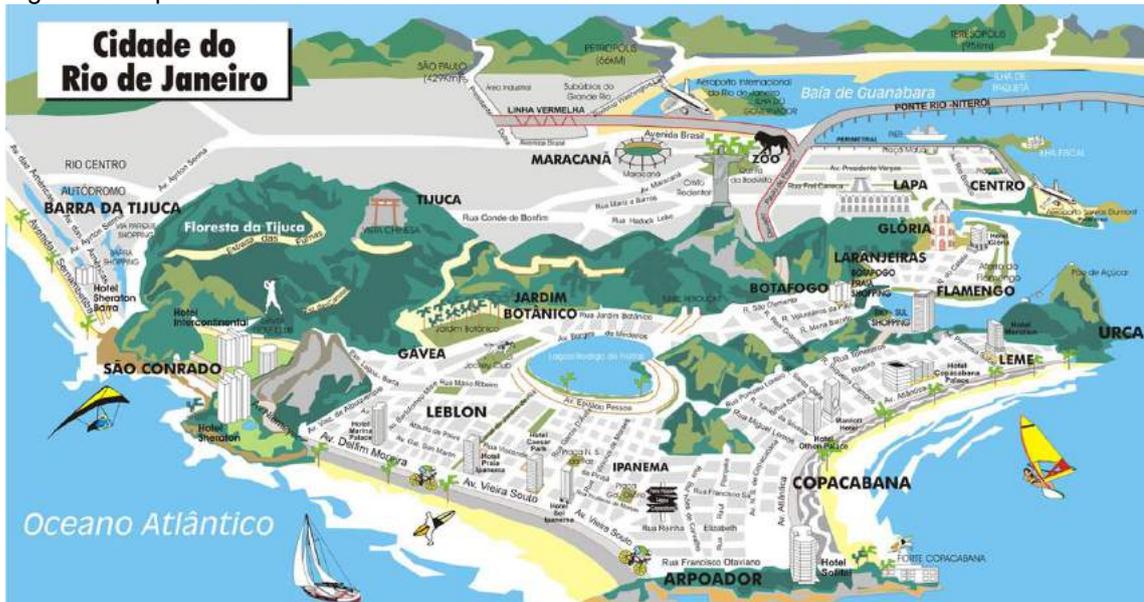
Quanto ao item b) a escalada de violência. A região outrora pacata e com ar bucólico, pelo inchaço urbano de suas bordas de avenidas e estradas facilitou a introdução em seus territórios das principais facções criminosas do Rio de Janeiro por um lado. Por outro, segundo Cano e Duarte (2012), o estabelecimento de uma nova lei e ordem avessa ao estado formal, por grupos paramilitares, os quais exploram comercialmente, de forma ilegal, toda a sorte de serviços públicos e privados como TVs a cabo, transporte por vans, venda de água e gás, serviços de Internet, segurança particular e outros. Negócios ilícitos originados na omissão dos entes públicos, na negligência ou até mesmo na conivência e corrupção destes.

A partir destas constatações, podemos concordar com Maricato (2000, p.170) que “a produção e apropriação do espaço urbano não só reflete as desigualdades e as contradições sociais, como também as reafirma e reproduz”.

Uma confirmação destas contradições reproduzindo culturalmente uma cidade e uma não-cidade é a forma como a cidade é repetidamente retratada apenas como formada pelo Centro, Zona Sul, Barra da Tijuca e pelas partes da Zona Norte onde se localizam os equipamentos esportivos e o aeroporto internacional.

Nas figuras 9 e 10 representações da cidade, como culturalmente e de forma velada, as elites ignoram com a conivência do Estado, a AP5.

Figura 9. Mapa turístico do Rio de Janeiro.



Fonte: Disponível em <https://mapasblog.blogspot.com/2011/04/mapas-do-rio-de-janeiro-rj.html>, acesso em 13.out.2020

Figura 10. Mapa ilustrado e personalizado de uma visão geral da cidade do Rio de Janeiro



Fonte SESC Rio de Janeiro. Disponível em <https://citimaps.com.br/sesc-rio-de-janeiro/>, acesso em 14.out.2020

Esta representação da negação espacial de toda uma região da cidade, revela contradições sociais expressas nos mapas e vai tomar forma na concepção do espaço urbano por parte do estado e classes dominantes.

Estas contradições e negações do direito à cidade, quando confrontadas com direitos universais da pessoa humana, como igualdade, dignidade, educação, saúde, segurança, e outros bens comuns, segundo (Harvey, 2004), podem funcionar como vetores do surgimento dos movimentos de contestação e resistência.

Ao atingirem a relação do indivíduo com o espaço vivido, concebido como seu por direito, mas percebido como negado ou apropriado por outros, as contradições suscitam sentimentos de identidade e pertencimento comuns, que mobilizam para a ação coletiva, como relata Cleiton Bezerra, jornalista “nascido e criado” em Campo Grande, responsável pelas estratégias de comunicação e mídias sociais do Coletivo Tudo Numa Coisa Só.

“Sou morador de Campo Grande, nascido e criado. Acredito que essa relação de berço é o principal elemento em querer ‘retribuir’ de alguma forma com a melhoria da região para os moradores locais e futuras gerações. Toda a questão do pertencimento (da sensação de ‘por que tudo tem que ir pro Centro?’ na perspectiva cultural, profissional etc. dessa mobilidade urbana precária) faz com que seja necessária essa articulação para dar dignidade à região e diminuir as desigualdades nessa ‘cidade partida’. Dignidade para todos e não vinculada ao CEP. Direitos ofertados integralmente e não pela metade, não queremos ‘meia cidadania’. Queremos cidadania plena no nosso território também, acho que esse é o ponto que nos une” (Cleiton Bezerra, TNCS, 2020).

As desigualdades sociais da RA Campo Grande incomodam Cleiton ao ponto de o estimularem à mobilização coletiva. Quando vinculadas a um CEP do lado ignorado desta “cidade partida”, revelam resultados locais dos processos da produção capitalista do espaço, na escala global da construção desenvolvida ao longo dos últimos 200 anos da acumulação capitalista. Esta diferenciação espacial das classes sociais, refletem-se no espaço local, o mesmo viés segregador do capitalismo global, como descrito por Smith (1988)

A diferenciação do espaço geográfico assume muitas formas, mas fundamentalmente expressa a diferenciação social que é a verdadeira definição do capital: a relação entre capital e trabalho. A medida em que o desenvolvimento desigual se torna crescente necessidade para se evitar as crises, a diferenciação geográfica se torna cada vez menos um subproduto e mais uma necessidade central para o capital. [...] O desenvolvimento desigual é tanto o produto quanto a premissa geográfica do desenvolvimento capitalista. Como produto, o padrão é altamente visível na paisagem do capitalismo, tal como a diferença entre espaços desenvolvidos e

subdesenvolvidos em diferentes escalas: o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, as regiões desenvolvidas e as regiões em declínio, os subúrbios e o centro da cidade. [...] O desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados. (SMITH, 1988, pp. 217,221)

Esta diferenciação espacial visível nas paisagens urbanas das cidades capitalistas vai se reproduzir em escalas locais, tendo o seu lado mais perverso e desafiador à ação, nos aglomerados de exclusão periféricos da RA Campo Grande. A esta lógica de produção espacial injusta, própria do capitalismo, Kovarick (1983) vai chamar de espoliação urbana, propiciada pela concentração de renda reproduzida na metrópole dialeticamente como consequência e causa da organização espacial capitalista.

No que diz respeito ao processo de estruturação e expansão da cidade, persiste uma verdadeira “acumulação primitiva” da terra urbana, espécie de versão moderna de “cercamento” do espaço. Ela decorre da apropriação imobiliária de cunho especulativo e predatório que ocasiona a “expropriação” daqueles que carecem de recursos - não só econômicos mas também políticos - para se fixar nas áreas melhor servidas e que leva à expulsão para as distantes e desprovidas periferias da Metrópole (KOVARICK, p. 196).

Rufino (2016) analisa esta espoliação urbana como uma lógica contraditória do capitalismo metropolitano-financeiro, através da qual se reproduz no espaço as desigualdades de distribuição de renda e de desvalorização do trabalho frente ao capital. Neste sentido, mesmo iniciativas de cunho social, como os programas de rearranjo estrutural das periferias, acabam por consolidar a morfologia social hierarquizada em bairros de elite e periferias.

A produção do espaço decorria não apenas dos processos econômicos, mas também e, mais especificamente, de uma articulação conjunta entre Estado e setor imobiliário, que formavam uma coalizão de interesses entorno da valorização imobiliária e representavam a vanguarda das transformações espaciais. [...] Partindo de uma análise histórica e teórica da periferia, procuramos mostrar o deslocamento da primazia da contradição entre capital-trabalho, sob o domínio do capital industrial, para a primazia de uma contradição urbana, sob domínio do capital financeiro, responsável pela produção de novas desigualdades. Essa nova estratégia de produção do espaço, compreendida dentro de um processo de financeirização da produção imobiliária, impõe uma nova lógica de produção da periferia que faz emergir novas formas de desigualdades. (RUFINO, 2016, p. 219)

Esta lógica de financeirização do espaço atuando como segregação espacial é uma realidade histórica na formação da Zona Oeste. A morfologia da cidade facilita

os interesses segregacionistas do mercado imobiliário, facilitado pelas intervenções do Estado. Um exemplo é a separação geográfica em relação à Zona Sul pelo Maciço da Tijuca e o Maciço da Pedra Branca, dividindo a Zona Oeste em duas.

A prefeitura aparentemente se vale desta característica geográfica para separar a Zona Oeste em duas áreas de planejamento distintas a AP4 e AP5, evidenciando na administração pública uma aceitação e mesmo um estímulo à segregação cultural e social que vai se refletir na forma como se estrutura o espaço.

Segundo Abreu (1987), na evolução urbana do Rio de Janeiro, o Estado ao invés de expandir serviços e infraestrutura em direção aos subúrbios mais densamente povoados da cidade, opta por estender benefícios e boa estrutura às áreas ricas da cidade como a Zona Sul. Além de ampliarem horizontalmente as áreas destinadas às elites, em direção a São Conrado e Barra da Tijuca, onde, a partir dos anos de 1970 e 1980, aos poucos vai se estabelecendo uma nova elite.

O Rio, assim como o restante das áreas metropolitanas brasileiras, reflete, no espaço, os sistemas de divisão do poder político e das consequentes formas de distribuição de renda do país, ambos altamente concentradores, tanto a nível regional, como, a níveis intrametropolitano e intraurbano. Refletem, outrossim, a preocupação cada vez maior do Estado de garantir a reprodução do capital, em detrimento da força de trabalho (ABREU, 1987, p.140).

Estas formas de produção do espaço urbano expropriando comuns nos espaços periféricos como a Região de Campo Grande pode fazer aflorar nos cidadãos a vocação para a reivindicação do direito à cidade. Direito este, entendido a partir de uma lógica coletiva, carregado das identidades particulares, as quais podem e devem ser expressas a partir das experiências, de cada um, de suas técnicas, de seus saberes, ativismos e desejos de mudança. A insurgência e resistência às forças que destroem estas particularidades e individualidades como raça, sexualidade, vocação, identidades humanas de cada um em si se materializam e ganham forma.

São os coletivos populares, os agentes mobilizadores heterotópicos, motivadores ou vetores de estruturação e organização das contestações sociais, passando a carregar em si a potência da identidade de cada um, reconfigurada na possibilidade de mobilização e execução da mudança a partir das ações de muitos, a coletividade, conforme nos fala Tobias Tomines, do CEPMMA.

“É uma coisa muito bonita o que está acontecendo na Zona Oeste. A juventude e os sonhos que estes jovens representam, trouxe um ar muito

bacana à política aqui na Região. O Siri<sup>28</sup> é um rapaz fantástico com uma capacidade de liderança e mobilização incrível. Vejo o Coletivo com potencial para integrar -, como eles até o fazem, e precisam fazer mais – as redes de coletivos da Zona Oeste. A partir daí, fazerem um discurso de enfrentamento ao capitalismo” (Tobias Tomines, CEPMMA).

Em Campo Grande, historicamente um território de resistências, configuram-se assim, os coletivos como os novos sujeitos agentes de mudança e espaços de esperança, os quais por sua ação estratégica e modos de atuação na disputa e (re)apropriação dos comuns urbanos, tornam-se as novas formas de fazer a revolução pelo Comum.

Observamos e aprendemos na pesquisa geográfica em movimento, sobre alguns dos coletivos em ação na região pesquisada e suas mobilizações, o que segue.

### **3.3 A construção é coletiva**

A prática da Geografia militante, facilitada pela proximidade com a região, a militância política e o relacionamento com os coletivos, movimentos e seus membros, propiciou uma metodologia de pesquisa em movimento efetivada através de reuniões, mobilizações, rodas de conversa, “gritos”, intervenções, panfletos, além de compartilhar sonhos, visões, tristezas, realizações, ..., utopias enfim.

A utopia espaço-temporal de que surja destas mobilizações locais e identitárias, o movimento revolucionário global em rede, que alavanque a queda do capitalismo com toda a dor e estrago à sociedade e ao planeta que este sistema causa, alavancando um sentimento de pertença à comunidade mundial, e construção do Comum.

A forma como a região estudada se formou no contexto da implosão-explosão da metrópole, através de processos de segregação espacial em que se reproduziu a divisão de classes do capitalismo, vai impactar individualmente, ou no contexto de uma comunidade ou grupo local, numa carência de bens comuns, serviços e direitos não atendidos, ou expropriados, numa negação do direito à cidade.

---

<sup>28</sup> William Siri – Liderança do Coletivo Tudo Numa Coisa Só.

Esta negação produz como consequência uma imensa pauta de direitos negligenciados nesta região pelos entes públicos ou espoliados pelas elites. Pautas que, embora identitárias, extrapolam para o espaço geográfico, se revelando lutas comuns, como a questão racial, gênero, preconceito social, racismos ambientais ou religiosos, ataques à dignidade da pessoa humana e outras formas de discriminação. Como diz Harvey (2016), não necessariamente originadas pela crueldade do capitalismo, mas tornadas mais cruéis devido à questão da luta de classes, inerente ao modelo capitalista.

A escalabilidade da mobilização do local para o global, se dá, por exemplo, quando ao se organizar pra disputar um espaço público como área de lazer, se descobre a falta de mobilidade urbana, segurança e infraestrutura. Ou, ao pautar uma rua mais iluminada se discute o respeito ao corpo feminino, LGBTQIA+ ou negro. Quando se propõe uma horta comunitária e se descobre a necessidade de apoiar o pequeno produtor rural. Quando se luta pela arborização de um parque ou manutenção de uma praça e se descobre a questão socioambiental como uma poderosa pauta anticapitalista global.

Destas tomadas de consciência e percepção da necessidade de interseccionalidade e escalabilidade das lutas do local para o global, surgem as mobilizações coletivas. Algumas mais potentes e organizadas, outras em processo de formação e integração a outros movimentos. Todas resgatando em Campo Grande o mesmo sentimento de necessidade de enfrentamento ao capital e resistência às suas mazelas, marcante neste território, como motivadores da mobilização coletiva para a luta pelo Comum, desde os pequenos produtores rurais e suas reuniões nos idos anos de 1950 e 1960.

Apresentamos alguns dos coletivos de Campo Grande cujas pautas e formas de ação influenciam e impactam em eventuais transformações espaciais na região.

- a) Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves (CEPMMA)
- b) Coletivo Negro Waldir Onofre
- c) Coletivo (R)existe Campo Grande
- d) Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste (CPMZO)
- e) Rede Carioca de Agroecologia Urbana (CAU) – Rio da Prata
- f) IFHEP – Instituto de Formação Humana e Educação Popular
- g) MIR ZO – Movimento Inter-religioso da Zona Oeste
- h) Coletivo Cultura ZO

- i) Coletivo Cultural do Rio da Prata
- j) Coletivo Tudo numa coisa só (TNCS)

### 3.3.1 Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves (CEPMMA)

Preta, pobre e mulher, Margarida Maria Alves foi uma paraibana assassinada no contexto da violência no campo. Sua luta é um exemplo perfeito para o entendimento do conceito de interseccionalidade.

Segundo Mayara Paixão (2019), sendo mulher, liderava o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, à frente de uma maioria de homens. Lutava contra os latifundiários por acesso à terra, mas também por direitos trabalhistas e contra a exploração do trabalho infantil.

Entre as lutas travadas pela sindicalista estão a busca pela contratação com carteira assinada, o pagamento do décimo terceiro salário, o direito das trabalhadoras e dos trabalhadores de cultivar suas terras, a educação para seus filhos e filhas e o fim do trabalho infantil no corte de cana. A atividade era marcante na região, em especial pela existência da Usina Tanques — a maior do estado da Paraíba naquela época — contra a qual Margarida movia mais de cem ações trabalhistas. [...] Porém, a resistência de Margarida não superou a tirania dos latifundiários. A vida de uma das primeiras líderes sindicais do país foi cruelmente encerrada por matadores de aluguel a mando de fazendeiros da região de Alagoa Grande. Margarida foi assassinada em 12 de agosto de 1983, aos 50 anos, em sua casa, na frente do único filho e do marido. O crime segue impune, mas seu legado permanece vivo. (PAIXÃO, 2019)<sup>29</sup>

O nome, a vida e a luta de Margarida Maria Alves são a inspiração para a Marcha das Margaridas, tradicional mobilização por direitos das mulheres, realizada todo mês de agosto, desde o ano 2000.

Inspirados por essa luta, ativistas políticos de Campo grande oriundos de movimentos de base, formados pela Teologia da Libertação, ala progressista da Igreja católica, formaram O Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves (CEPMMA) no ano de 2018, como desdobramento de reuniões, segundo eles regadas

---

<sup>29</sup> Paixão, Mayara. **Conheça Margarida Alves, símbolo da luta das trabalhadoras do campo por direitos**. Brasil de Fato. São Paulo (SP). 12.ago.2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/12/conheca-margarida-alves-simbolo-da-luta-por-direitos-para-as-trabalhadoras-do-campo/>, acesso em 26.out.2020

a “cachaça, música e utopia” (Tobias, 2020), sempre uma vez por mês, desde junho de 2016, o encontro “2<sup>as</sup> Políticas”.

Este grupo de ex-militantes políticos, em sua maioria, adultos, apresentam maior experiência de vida e práticas políticas consideradas tradicionais, ligadas a associações, sindicatos e igrejas.

Diferentemente da forma de atuação dos coletivos mais jovens, o CEPMMA adota práticas mais convencionais, como reuniões, comícios, carreatas, colagens de cartazes, palestras, grupos de estudo. Tem como objetivo a educação popular como formação de consciência e a assessoria política a grupos populares em disputa com governos e classes dominantes, pelo direito à cidade, principalmente no contexto das políticas públicas.

O grupo, pela vivência e maturidade de seus membros, além de um intenso relacionamento com movimentos sociais e lideranças de porte nacional e visibilidade mundial, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (CEBs), Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), Central de Movimentos Populares (CMP), além de lideranças populares e políticas do espectro social e popular, líderes comunitários, sindicalistas e ativistas.

Esta rede de influência ficou bastante caracterizada durante o isolamento social da pandemia de 2020, quando através de uma de suas iniciativas, o programa “Fazer Política em Tempos de Isolamento” no canal de Youtube do CEPMMA, coletivos, ativistas, movimentos sociais e outros grupos associados em rede ao CEPMMA, tiveram acesso a entrevistas, rodas de conversa e debates com nomes de peso da esquerda nacional, reconhecidos como importantes vozes do pensamento anticapitalista. A filósofa Márcia Tiburi, o ex-deputado federal Jean Wyllys, o líder do MST Pedro Stédile, o teólogo Leonardo Boff e o pastor Henrique Vieira, entre outros.

O CEPMMA mantém iniciativas como um curso pré-vestibular comunitário em parceria com o IFHEP onde colaboram membros de diversos coletivos de Campo Grande; a rádio popular Narrativas; uma biblioteca e uma cinemateca popular em Santa Margarida, bairro periférico na região de Campo Grande; um canal no Youtube com mais de mil e cem inscritos; além de um curso anual de verão sobre política, onde já ministraram palestras nomes como Chico Alencar, Alessandro Molon, Marcelo Freixo e a saudosa vereadora que hoje dá nome ao curso, Marielle Franco.

O CEPMMA agrega à capacidade de reunir os coletivos e lideranças de Campo Grande uma estreita ligação a partidos de esquerda, movimentos sociais e ONGs que pautam o direito à cidade e a construção do Comum, como o BR Cidades, rede nacional de ação coletiva em torno da agenda urbana e a Rede Jubileu Sul, rede de movimentos sociais, organizações populares e religiosas, política, comunidades e campanhas contra as dívidas externas e pelo desenvolvimento humano, social, ambiental, político e econômico na América Latina, Caribe, África, Ásia e Pacífico.

Entendemos que esta característica de atuação em rede em lutas que vão da escala local à global, habilita o CEPMMA a formar a partir de Campo Grande uma utópica, porém, possível rede de indignação anticapitalista, bem como propor e liderar ações e mobilizações efetivas neste sentido.

### 3.3.2 Coletivo Negro Waldir Onofre

O Coletivo Negro Waldir Onofre é um coletivo de afirmação da cultura negra que já impacta e marca território e lugar de fala a partir do próprio nome. Waldir Onofre foi um ator e cineasta negro, morador de Campo Grande, que apesar do grande talento morreu empobrecido e sem o merecido reconhecimento em 2015.

Neste mesmo ano, segundo Ingrid Nascimento, historiadora, cientista social e educadora popular, um grupo de alunos do Diretório Central de Estudantes (DCE) da Fundação de Ensino Unificado Campograndense (FEUC), faculdade privada localizada no bairro de Campo Grande, se reunia para pautar as questões étnico-raciais no ensino superior questionando casos de racismo e a falta de visibilidade dos personagens negros na grade curricular de história da instituição.

“No dia 25 de julho [de 2017], dia da mulher negra latino-caribenha a gente fez uma atividade na instituição falando sobre o coletivo negro, qual era o nosso posicionamento. Inclusive a Lelete Couto, que é filha do Waldir Onofre participou, foi uma atividade muito bonita, enfim, pra definir, demarcar que existia um coletivo negro na instituição. Fora que existia casos de racismo que a gente combatia dentro da própria instituição [FEUC]. A gente falava sobre o processo do currículo da instituição. Por exemplo, na semana de História da instituição. A semana de História falava de processos revolucionários e não falava da Revolução do Haiti. Só falava da revolução cubana e da URSS. Aí a gente começou a debater isso dentro da faculdade” (Ingrid Nascimento, 2020).

Depois da formatura, Ingrid Nascimento, já filiada ao PT e militante do movimento negro, motiva os colegas do ex-DCE da FEUC a expandir o Coletivo Waldir Onofre para além do espaço acadêmico. Aderem à União de Negras e Negros Pela Igualdade (UNEGRO), entidade nacional de lutas étnico-raciais e fazem parceria local com o Centro de Estudo e Divulgação das Culturas Negras (CEDICUN), órgão não governamental que opera em Campo Grande em defesa da cultura e dos direitos negros.

Expandem as lutas e pautas étnico-raciais para além do espaço acadêmico, se valendo de ações como atos e eventos culturais de intervenção urbana na Zona Oeste do Rio, em temas interseccionais, como a violência social e de estado contra a população preta periférica, principalmente jovens e mulheres. O direito à cidade para a população preta, além da pauta LGBTQI+, mulheres e pautas transversais, como oportunidades de emprego e renda para a população periférica.

Atualmente integram o grupo permanente, 6 pessoas, além da fundadora Ingrid do Nascimento. Por conta da pandemia e isolamento social, mantiveram uma agenda de reuniões em ambientes virtuais e continuam fazendo política e mobilizações sempre que entendem que questões étnico-raciais estão colocadas, como recentemente, a aplicação na realidade local da manifestação mundial “Vidas negras importam”.

### 3.3.3 Coletivo (R)Existe Campo Grande

Um outro coletivo originado no DCE da FEUC é o (R)Existe Campo Grande. Criado em 2016, mobilizando-se a partir de reuniões em suas próprias casas e depois reuniões abertas em parques, praças públicas, escolas e na própria FEUC.

O objetivo é discutir as mazelas sociais e o descaso com a região por parte das autoridades, buscando alternativas e propondo soluções. O coletivo que teve um início promissor com ações interessantes em espaços distantes do centro de Campo Grande, aos poucos perdeu o ímpeto inicial. Embora ainda mantenham atividades principalmente de mobilização virtual e assistenciais, como entrega de roupas e cestas básicas a famílias necessitadas em época de calamidades, como enchentes e a pandemia do Corona Vírus.

O principal projeto é um pré-vestibular social oferecido a jovens carentes da região, o que movimentou a luta por adiamento do ENEM 2020, em função da injusta desigualdade de condições de estudo e preparação dos estudantes periféricos de Campo Grande, em comparação aos outros estudantes.

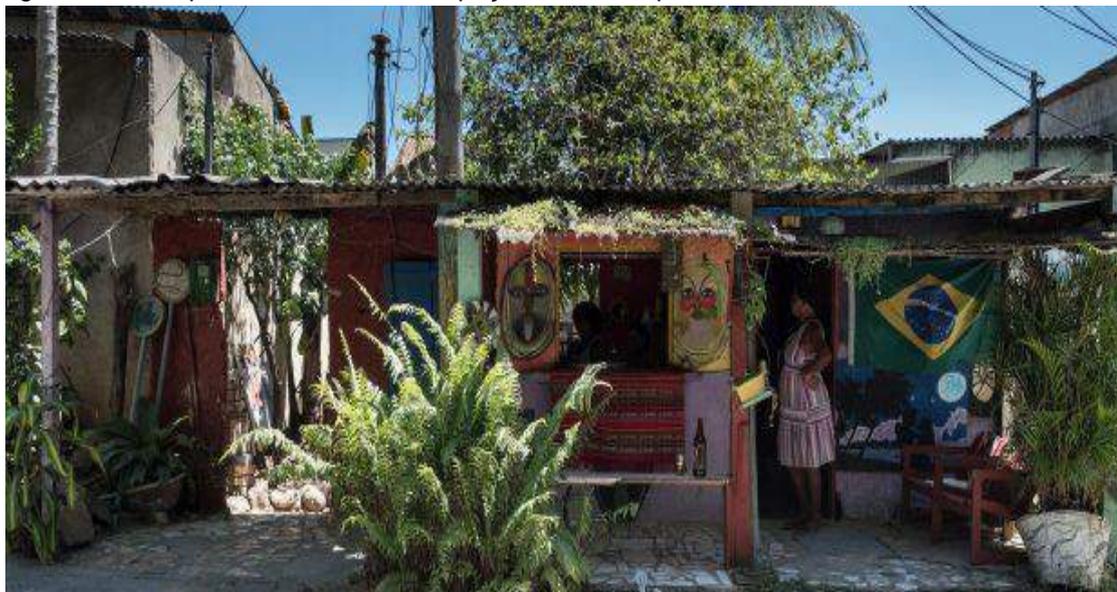
Extremamente positiva é a postura de seus membros em buscar constantemente a integração e colaboração com as lutas locais empreendidas por outros coletivos.

### 3.3.4 Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste (CPMZO)

A Coletiva<sup>30</sup> Popular de Mulheres da Zona Oeste (CPMZO) é um grupo originado nas reuniões dos Comitês de Mulheres do Rio de Janeiro.

Sua pauta é a luta de mulheres pretas periféricas por moradia, trabalho, renda e empoderamento feminino empreendido na Estrada dos Caboclos, em Campo Grande, na localidade conhecida como Bosque.

Figura 11 - Bosque das Caboclas. Ocupação e um dos pontos de encontro da Coletiva.



Fonte: Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=44440>, acesso em 14.out.2020

---

<sup>30</sup> Isso mesmo, Coletiva com a no final – o empoderamento feminino começa pelo nome

A partir da ocupação da casa de Dona Hellen, mãe da ativista Saney de Souza, em 2014, o lugar passou a ser ponto de encontro da Coletiva e recebeu o nome de Bosque das Caboclas, onde as mulheres agregaram aos debates e lutas, questões como violência contra a mulher, saúde feminina. Temas estes percebidos por Saney como corriqueiros nas coletivas femininas da Zona Sul, que precisavam ser também de domínio e articulação das mulheres da Zona Oeste.

Bosque das Caboclas é uma ocupação urbana que tem as mulheres à frente, organizando toda a vida e a luta. A Coletiva é um antigo comitê popular de mulheres aqui da Zona Oeste, que já pertenceram ao Comitê de Mulheres do Rio de Janeiro onde tudo começou. Elas se encontravam no Centro da cidade, com a participação de várias mulheres, em um movimento auto organizado para o feminismo na cidade do Rio de Janeiro. Os encontros eram no Centro, mas com o tempo foi ficando muito difícil para quem era da Baixada, da Zona Oeste e da Região Serrana. Os encontros ficaram difíceis. Depois de um tempo demos uma retomada na luta e vimos na Zona Oeste uma possibilidade de retorno definitivo. Foi então que, através de uma formação [de pesquisa militante e cartografia socioambiental] com o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, em 2014 [que o movimento] ressurgiu como Comitê Popular de Mulheres da Zona Oeste (Saney Souza, RIOONWATCH, 2014)<sup>31</sup>.

Numa atuação em rede, como fruto das mobilizações por trabalho e renda, a CPMZO, se articula com a Rede Carioca de Agroecologia Urbana – CAU.

### 3.3.5 Rede Carioca de Agroecologia Urbana – Rede CAU

Os poucos agricultores remanescentes nas regiões do Mendanha, Santíssimo, Rio da Prata e mais algumas rugosidades rurais como quilombolas e caiçaras, unidos a profissionais da saúde, ambientalistas, nutricionistas, agrônomos e pequenos empreendedores locais da RA Campo Grande, formam o coletivo Agro Prata.

Este coletivo, interligado geograficamente pelo Maciço da Pedra Branca e politicamente por inúmeras dificuldades financeiras e sociais, aos agricultores das Vargens e de outros remanescentes agrários da cidade do Rio de Janeiro compõem a Rede Carioca de Agricultura Urbana – CAU.

---

<sup>31</sup> SOUZA, Saney. Coletiva popular une e empodera mulheres pretas em quintais do Bosque das Caboclas. Entrevista concedida a Carla Souza. Rio On Watch, Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=44440#prettyPhoto>, acesso em 26.out.2020

Um coletivo que há mais de dez anos, atua na escala metropolitana, disputando o discurso socioambiental global da agroecologia urbana, frente ao mercado consumidor e produtor capitalista, das grandes cidades e seus supermercados a grandes latifundiários produtores de commodities e de alimentos industrializados.

Articula-se assim a movimentos por terra e trabalho na cidade e no campo, como o MST, movimentos ambientalistas, sociedades alternativas de consumo e outras formas de questionamento da lógica de consumo capitalista em andamento ao redor do mundo.

A Rede Carioca de Agricultura Urbana, ou Rede CAU, é um movimento social que agrega pessoas e organizações para a defesa da agroecologia nas cidades. Atua junto aos quintais produtivos e lavouras, defende o consumo ético e responsável, como dimensão de luta campo-cidade, e na adequação e no acesso às políticas públicas. Em seu coletivo atuam representantes de diversas organizações populares, instituições de pesquisa e ensino bem como agentes não governamentais, que se percebem na autonomia para essa representação. Está vinculada à Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ), ao Coletivo Nacional de Agricultura Urbana, e à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). (Rede CAU, 2020)

Faz parte da estratégia de atuação da Rede CAU, o treinamento dos pequenos agricultores urbanos para agricultura orgânica e ecológica, uma rede de distribuição da produção através de feiras por toda a metrópole. Atuação junto a formadores de opinião nas Universidades e na EMBRAPA. Atuação em escolas e creches na educação ambiental, e na disputa pelo fornecimento de alimentação saudável.

Mutirões de reflorestamento, plantio e colheita, o mais famoso é o “Tira caqui”, evento utilizado para através de festival com participação da sociedade auxiliar no esvaziamento dos excedentes da colheita anual de caqui na região do Rio da Prata, Campo Grande, garantindo renda ao pequeno produtor. A figura 12 abaixo retrata o último “Tira caqui” realizado em 2019.

Figura 12 - Rede CAU em ação no evento "Tira caqui 2019".



Fonte Rede social do coletivo. Disponível em [https://www.facebook.com/redecau/photos/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/redecau/photos/?ref=page_internal), acesso em 15.out.2020

### 3.3.6 IFHEP – Instituto de Formação Humana e Educação Popular

O IFHEP é um coletivo de educação popular, porém se identifica e se porta em escala superior a esta proposta. Dialoga com os grupos defensores de justiça social e racial para jovens pretas e pretos no difícil acesso à educação de qualidade em regiões segregadas da Zona Oeste.

Surgido como um pré-vestibular comunitário, completa dez anos em 2020 em meio ao desafio posto à educação como práxis libertadora. Neste contexto não faltaram pautas para o IFHEP defender: A manutenção do próprio grupo através de vaquinhas virtuais, saraus e *lives*; a luta pelo adiamento do ENEM, haja vista a desigualdade de condições em meio a pandemia de Covid-19.

O grupo se identifica e se apresenta como a casa dos educadores e educadoras para a população preta pobre e periférica da Zona Oeste, no âmbito das lutas por direitos humanos, educação, cultura e políticas públicas inclusivas.

O IFHEP dialoga com os demais coletivos de educação e cultura, bem como atua decisivamente nas mobilizações coletivas postas em ação na RA Campo Grande,

pois os jovens do IFHEP são tutorados por muitos dos líderes e membros dos principais coletivos de Campo Grande, como o CEPMMA, o Coletivo Negro Waldir Onofre, entre outros e acabam por se alinharem às fileiras de algum ou mais de um dos movimentos e coletivos.

### 3.3.7 MIR ZO – Movimento Inter-religioso da Zona Oeste

Nascido como realização de uma pauta antissegregacionista do Coletivo Tudo Numa coisa Só, após ataques a centros e casas de candomblé na região de Campo Grande, hoje o MIR tem vida, pauta e agenda próprias.

Liderado pela Socióloga Lindalva Cabral, umbandista, preocupada com os ataques de racismo cultural e religioso contra as religiões de matriz africana, o grupo agrega pessoas de diversas vertentes religiosas, lideranças em suas comunidades, igrejas e centros na execução de atos e manifestações pela Liberdade Religiosa. Fato que vai impactar na luta por políticas públicas antissegregacionistas e delimitadoras de territórios e de discursos.

O grupo defende a temática da laicidade do Estado, além do respeito à legislação pela liberdade de culto, igualdade do ensino religioso e ensino das tradições negras, indígenas, quilombolas e de outras espiritualidades, conforme legislação em vigor.

O evento e ato principal de delimitação de território são as caminhadas anuais pela liberdade religiosa. Já foram 04 ocorrendo desde 2017, sendo a de 2020, realizada na forma de um evento virtual. Estas caminhadas reúnem as principais lideranças nesta temática, praticantes e adeptos que além de ecoarem temáticas afins, como o racismo, a violência, combatem o uso da religiosidade como ferramenta de manipulação eleitoral, padrão de atuação política com graves consequências nas comunidades mais carentes da Zona Oeste.

### 3.3.8 Coletivo Social Cultura ZO

Reunido em 2018, o Coletivo Social Cultura Zona Oeste, ou simplesmente Cultura ZO se apresenta como o primeiro projeto social voltado para a dança e o teatro sem fins lucrativos, da Zona Oeste do Rio de Janeiro. A atuação do grupo busca difundir o gosto pela arte e dar visibilidade a artistas que não possuem recursos para exibir suas performances.

Acreditam e se valem do ativismo cultural como forma de resistência e emprestam suas performances a manifestações através de intervenções no espaço urbano seja para animarem as mobilizações, ou mesmo como forma de protesto, enfrentamento e divulgação de pautas e lutas.

Uma forma de desafiar a lógica capitalista presente no mercado cultural tradicional são as apresentações em praças e escolas públicas, de forma gratuita, com produção similar, guardadas as proporções e exigências espaciais, aos espetáculos em lonas, teatros e casas de espetáculo. A liberdade de expressão pode se dar até mesmo em apresentações em vagões de trens e estações, rodoviárias e estações do BRT, passando o chapéu e entregando consciência.

### 3.3.9 Coletivo Cultural do Rio da Prata

Reunião de artistas populares, como poetas, músicos, cantadores, repentistas, palhaços e outras manifestações, o grupo tenta manter na Região do Rio da Prata em Campo Grande, rugosidades culturais como a Folia de reis, os saraus de poesia, rodas de viola caipira, entre outras manifestações artísticas populares remanescentes na região.

Estas manifestações são muito importantes para a manutenção da identidade cultural da região, a qual vem sofrendo ataque especulativo imobiliário, o qual além de ameaçar a qualidade de vida como consequência dos processos de reconfiguração que estamos discutindo nesta dissertação, ameaça a identidade cultural local.

O grupo costuma se apresentar na Praça do Rio da Prata, importante polo gastronômico e turístico em ocasiões de grande concentração popular, como o Dia de

São Jorge; as festas juninas, as datas católicas e ao menos uma vez ao mês fora de eventos.

No recorte político, o grupo disputa a identidade cultural ao mesmo tempo, em que luta pela manutenção da qualidade de vida, preservação do meio ambiente e dos patrimônios naturais e culturais da região, aliando-se nesta luta a outros coletivos e iniciativas afeitas a estas pautas, como o Ecomuseu de Sepetiba, a Rede CAU e demais ativismos de políticas culturais e socioambientais.

### **3.4 O Coletivo Tudo numa Coisa Só.**

A forma como se territorializam estas lutas políticas dos coletivos de Campo grande pelo direito à cidade, como se mobilizam, como disputam o espaço com as demais forças atuantes e como se articulam com outros movimentos, tendo em vista a utopia do surgimento de um movimento anticapitalista global nos revelou dois coletivos com uma certa preponderância sobre os demais.

O Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves, grupo de força política e influência espacial impactante na região analisada e efetivamente atuando em rede na luta contra o capitalismo, ainda que de forma não explícita ou declarada. Porém, com uma dificuldade de adaptação às novas formas de fazer e renovar políticas públicas, muitas vezes se caracterizando mais como portadores do que deve ser feito e não tanto do como fazer.

O segundo, conquistando o espaço da RA Campo Grande, o Coletivo Tudo Numa Coisa Só, com ações e iniciativas para as quais convergem os demais coletivos e seus membros. São vistos como inovadores na forma de atuação política no espaço analisado, se apresentando no cenário da política urbana da Zona oeste, e por extensão da cidade, como um potencial articulador em rede de mobilizações locais que podem escalar para espaços de discussão e ação de maior escala.

Como surgiu a ideia do coletivo? Qual motivação para esta coisa diferente que está acontecendo em Campo grande que salta aos olhos de gente experiente em mobilizações, em ativismos e mesmo em política tradicional, como Tobias Tomines do CEPMA, e partidos políticos como o PSOL? Com a simplicidade de quem ainda está sonhando, ao mesmo tempo em que concretiza o sonho, William Siri responde:

“Se cada um de nós tinha separadamente uma iniciativa de luta legal que todos nós entendíamos como boa para construir juntos, porque não poderíamos tentar fazer coletivamente? Então resolvemos juntar tudo numa coisa só. Estava criado o Coletivo Todo Numa Coisa Só”. (William Siri, TNCS, 2020).

Começou assim a mobilização de jovens moradores ou filhos de moradores de Campo Grande e bairros adjacentes na Zona Oeste do Rio de Janeiro, conscientizados a partir dos movimentos das ruas de 2013 de que as lutas não podiam ser efetuadas apenas nos pontos centrais da cidade, uma vez que havia muita força e inovação pulsando nas áreas periféricas que precisavam expandir e poderiam modificar os rumos políticos da região e talvez influenciar em novos arranjos espaciais.

Sobre a formação do coletivo, Cleiton, responsável pela comunicação do grupo, recorda que:

“O coletivo foi fundado pelo William Siri e o Luís Doro, que hoje se distanciou do coletivo. Os dois eram amigos de colégio, surfavam juntos na adolescência e no contexto das Jornadas de 2013 viram a necessidade de fazerem algo também pela Zona Oeste da cidade do Rio “por que tudo tem que ser lá no Centro do Rio, temos que atravessar a cidade pra tudo?” De início eles uniram duas coisas: uma vontade de ajudar, de alguma forma, pelo lado social a região, mas também de ajudar organizando espaços de debate e mobilização no viés do debate político a partir da visão regional”. (Cleiton Bezerra, TNCS, 2020).

A juventude de Campo Grande, muito heterogênea, oriunda de estratos de camadas sociais distintas e motivações políticas difusas, muitas vezes tachada de ingênua ou alienada por políticos tradicionais, rapidamente percebeu no TNCS um ponto de encontro. E, para estranheza e incredulidade de muitos dos experientes militantes e movimentos locais, uma forma alegre, nova e contagiante de fazer... política.

“A maioria dos membros eram universitários ou recém formados, a identificação era forte. A maioria já possuía certo grau de pensamento crítico e conhecimento sobre articulação política, porém se incomodava de não ver debates e ações sendo feitas de forma estruturada e inovadora fora do eixo Centro-Zona Sul-Tijuca. A ideia de articulação neste formato e até mesmo o nome do coletivo veio no sentido de não se limitar apenas a atuação social, ou a atuação informativa, ou a atuação de política institucional, mas sim Tudonumacoisasó, sem limitação encantou as pessoas e empurrou para o encontro” (Cleiton Bezerra, TNCS, 2020).

Cristian, um jovem estudante, com experiência de movimentos estudantis europeus por ter estudado durante a formação do coletivo em Portugal, complementa e esclarece o rápido crescimento do coletivo:

Inicialmente começamos com encontros em um apartamento na Lapa (onde o Siri ficava durante a semana). Depois, após percebermos que não se tratava de um problema de 5 ou 10 pessoas, mas de centenas. Após a adesão de diversas jovens lideranças de variadas formações tanto educacional, quanto ideológicas, surgiu a indicação e a necessidade de nos afirmarmos como um coletivo. Hoje, entre membros e simpatizantes, somos mais de 70. Heterogêneo, ramificado, mas com um objetivo único: debater e fortalecer a Zona Oeste frente às desigualdades urbanas (Christian Soares, TNCS, 2020).

Esta força emergente para a luta pelo direito à cidade chamou a atenção de lideranças tradicionais de Campo Grande, experientes em estabelecer relação de luta com o Estado e as classes dominantes, como a Frente Ampla de Resistência Democrática da Zona Oeste (FARD – ZO), o Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves (CPMMA). Bem como, de lideranças de partidos de esquerda, que perceberam algo diferente a partir da participação do coletivo Tudo Numa Coisa Só nas disputas pelos comuns urbanos, no contexto do direito à cidade.

Esta forma inovadora de fazer política e enfrentamento soou totalmente nova inclusive para os membros do coletivo. Este encantamento pelo novo em jovens fica latente nos discursos, na vontade de fazer e é muito impactante no primeiro contato com eles reunidos em eventos do TNCS. É possível perceber que se estampa nos rostos e fisionomias de cada um.

Revela-se o Coletivo Tudo Numa coisa Só, como um autêntico representante em Campo Grande deste novo jeito de fazer política como luta pelo direito à cidade, no século XXI. O coletivo popular urbano: um espaço onde, enquanto se vivencia a amizade e o companheirismo, emana uma força conjunta capaz de tirar o melhor de cada um, gerando nas pessoas um sentimento de pertença e de querer fazer parte da construção coletiva do Comum.

A adesão dos jovens é imediata, contrapondo-se à aversão às velhas formas de fazer política, equivocadamente entendidas como alienantes. Ideia desconstruída a partir da narrativa de membros do TNCS, sobre como se constrói esta opção política e marca território num espaço caracterizado por contradições, desafios, saturado de promessas políticas demagógicas ou loteado por forças políticas tradicionais da esquerda e seus discursos acadêmicos.

Era necessário demarcar um lugar de fala, próprio.

”Vislumbramos uma necessidade em comum com grandes amigos que nenhuma ONG, partido ou movimento social - que eu conhecia à época - se mostrava capaz de suprir. A descentralização do eixo zona sul-centro para a zona oeste, tanto cultural e educacional, quanto dos investimentos públicos em geral. Pelo fato de visualizar a possibilidade de poder fazer algo concreto pela região e não só algo teórico como na academia ou como é em outros espaços sócio-políticos tradicionais. Além de acreditar, que por meio de um coletivo, o diálogo com as pessoas do território seja mais fácil e a possibilidade de abarcar uma série de iniciativas diversas seja maior, unindo várias vertentes de atuação Tudonumacoisasó” (Cleiton Bezerra, TNCS, 2020).

Estas várias vertentes de atuação, as quais ao se analisar grande parte das organizações tradicionais indicaria uma hierarquização, ainda que informal, mas com distribuições de tarefas e responsabilidades por pautas, como política urbana, mulheres, negros, cultura, diálogo inter-religioso. No TNCS também revela uma heterodoxia. Não existe um organograma ou uma estrutura de fato no TNCS. Nem há lideranças formalmente estabelecidas, eleições ou nomeações.

Em relação à organização das pautas e definição das lideranças, elas funcionam sempre de forma coletiva. O lema no TNCS é “pegar ideias e transformar em ação”. A partir disso, quem propõe a ideia vira uma espécie de coordenador do projeto e os demais membros do coletivo viram a equipe de suporte. Não há hierarquia dentro do coletivo, só existe estruturação para planejamento e execução dos projetos a partir das ideias levantadas. Ou seja, são organizadas por projetos, o que mesmo em organizações públicas ou privadas corresponde a uma inovação, talvez facilitada pelo fato de muitos dos membros serem universitários cursando ou terminando seus processos de formação.

[Cleiton] “Por exemplo, Igor Gentil e Anna Luiza Oliveira levantaram a ideia sobre a criação do Pré-Vestibular Comunitário Esperança Garcia, viraram os coordenadores do projeto e todo o restante do coletivo virou equipe de suporte. O mesmo aconteceu com a construção da Caminhada Inter-religiosa e a criação do Movimento Inter-Religioso da Zona Oeste RJ (MIR-ZO), só que neste caso capitaneado pela Lindalva Cabral e o João Henrique”.

[Gustavo] “O coletivo trabalha muito com a questão do ‘eu sou o coordenador da minha ideia e você é o coordenador da sua ideia’. Uma mulher chega e fala quero fazer o debate sobre a questão da mulher. A galera fala: ‘Maneiro. Quem quer somar?’ A gente junta umas 5 ou 6 pessoas e todo mundo vira mão de obra, dá apoio e base. Quem puder vai ajudar, compartilha nas redes sociais, ajuda na estrutura, mas aquela pessoa [quem deu a ideia] é a líder.

É muito assim. Um exemplo foi em 2016. O Vítor, nem era do coletivo, conheceu a gente e chegou ‘Aquele Estação Maria Tereza<sup>32</sup> é um elefante branco. Porque a gente não transforma em um espaço cultural?’ A gente achou a ideia maravilhosa e ele imediatamente ficou como liderança do projeto. Fizemos uma manifestação cultural pacífica pra mostrar que estávamos insatisfeitos com aquele descaso com o dinheiro público. Se é pra este elefante branco ficar aqui que se torne um espaço cultural. Assim tem outras coisas, a Caminhada inter-religiosa, o Era uma vez, [...] sempre se formam minigrupos pra tocar a ideia. A pauta da mulher evoluiu para formar o ‘Todas’. [...] mas não existem essas coordenações [no grupo], entendeu? Por ideias ou por projetos se forma um grupo. Quem acha uma ideia boa e tá com disponibilidade informa no grupo e vê quem quer somar. As lideranças e grupos vão se formando de acordo com as ideias” (Cleiton Bezerra; Gustavo Filgueiras, TNCS, 2020)

A maior parte dos “tudistas” mora na Região de Campo Grande. Porém, o Coletivo hoje escala geograficamente sua atuação para além da RA Campo Grande, tendo como área de influência toda a AP5 do município.

Essa caracterização espacial da atuação do TNCS é muito marcante na adesão de novos membros ao coletivo e na forma como os mais atuantes se esforçam por marcar sua atuação e quanto elas (re)presentam o TNCS em seus territórios e comunidades. Numa relação de mão-dupla. O “tudista” se sente bem por ser a voz de sua comunidade no coletivo, tanto quanto em sua comunidade ser reconhecido como membro do TNCS.

Jovens da periferia de Campo Grande e regiões mais afastados do território central de atuação do coletivo se veem motivados a propor pautas, ações e chamar mobilizações para suas comunidades e assim manifestarem o pertencimento ao TNCS em seus territórios.

[Cristian] Moro em Barra de Guaratiba. O que também contribui para que minha participação seja pontual nos eventos, pois me mantenho mais afastado geograficamente dos outros membros do coletivo. Acabo por concentrar minhas ações onde moro, como na Biblioteca Itinerante e na Escolinha Comunitária de Futebol. Temos membros que residem e atuam desde Realengo até Barra de Guaratiba, passando por Santa Cruz e Campo Grande. Atuamos desde micro ações, com ocupação do espaço urbano até grandes ações como a realização de Feiras Literárias.

[Cleiton] A maioria dos membros do coletivo é morador de Campo Grande, porém nem todos são. Existem membros que moram em Santa Cruz, Realengo, Bangu, Paciência, Barra de Guaratiba, Nova Iguaçu, Seropédica, por exemplo. Porém, por Campo Grande ser uma centralidade regional e por certa forma “ter um acesso mais fácil na região”. A maioria das ações

---

<sup>32</sup> Estação do BRT que depois de inaugurada revelou-se de péssima localização para o trânsito da região e sofreu depredação. Após protestos, mobilizações e ser ressignificada pelo TNCS, funcionou como espaço cultural. Hoje, foi implodida e liberado seu espaço para o trânsito.

acontece no bairro, porém sempre realizamos ações nos outros bairros. Em Barra de Guaratiba no projeto da Biblioteca Itinerante, em Bangu e Santa Cruz contando a história do bairro para crianças no projeto Era Uma Vez, em Guaratiba na mobilização pela melhora do BRT, no Mato Alto, por exemplo. (Christian Soares; Cleiton Bezerra, TNCS, 2020)

Na perspectiva de uma pesquisa geográfica ativa, pesquisamos os coletivos de Campo Grande sob a ótica de que a disputa pelos comuns urbanos (Harvey, 2004) se dá no contexto do direito à cidade (Lefebvre, 2001).

Tendo participado de encontros, atos e mobilizações dos coletivos, estivemos atentos à ideia de que nossa pesquisa pudesse colaborar com a construção coletiva da utopia anticapitalista, a partir destes novos agentes da política urbana.

Alguns membros do coletivo, no entanto, mostraram posicionamentos desconfiados, como Joao Henrique, morador de Campo Grande, atuante na “área de apoio” às ações do coletivo:

“A academia traz teorias e isso tudo é muito bonito, mas nós aqui vamos é pra prática, mesmo. Nós vamos pro enfrentamento. Não estamos preocupados com teorias. Queremos o melhor para a nossa região e vamos lutar por isso. Se vocês das universidades nos ajudarem, melhor. Senão, vamos seguir do mesmo jeito” (João Henrique, TNCS, 2020).

Que sigam sim, reformulando a luta e nós, pesquisadores, reformulando nossa atuação, em colaboração com os coletivos, no que de fato interessa: o Comum. Este princípio se revela no direito à cidade. Alguns membros do coletivo pareceram ter obtido uma visão maior de o que está em efetivamente em pauta, quando se mobilizam como coletivo.

[Cristian] “Essa talvez seja a nossa principal bandeira. Direito à cidade é o que nos une enquanto coletivo heterogêneo que somos”.

[Cleiton] “Pelo fato da maioria ter uma formação de ensino superior, vivência acadêmica, contato com pensamento crítico sobre direitos, e pelo fato desse tema ter estado bem latente após as jornadas de junho [2013]. Havia uma vontade em todos nós de unir forças pra “fazer algo pela nossa região, retribuir de alguma forma a partir dos nossos ‘privilégios’. O coletivo foi uma forma de reunir isso, em um ambiente de muita amizade e amor [...] Alguns têm essa consciência mais clara outros talvez menos, porém de certa forma todos sabem que ‘as coisas estarem como estão é um projeto pensado por alguém’. Nossa mobilização é pra mudar essa lógica, mesmo que não nos pautemos apenas pela ‘disputa por si só’ teórica, da formalidade do conceito, mas, talvez de forma mais forte, no campo subjetivo que a prática concreta das ações na nossa região traz (Christian Soares; Cleiton Bezerra, TNCS, 2020).

Este é o Coletivo Tudo Numa Coisa Só e esta é a forma como se apresenta, como um importante agente de mudança política e espaço de esperança.

Porém, como ocorre a todo grupo que carrega possibilidade e potência de levar sua influência e atuação a escalas maiores, há críticas e alertas válidos e consistentes ao coletivo. Há um temor manifestado por pessoas, para quem a atuação do coletivo representa algo de muito importante e inovador, como a liderança local de Campo Grande, cujo coletivo CEPMMA já se configura em lutas de maior escala, Tobias Tomines:

[...] vejo um risco, as ações do coletivo têm tido como objetivo a plataforma política da eleição do William Siri na política institucional. Fico preocupado se, uma vez eleito o Siri, como ele é a principal liderança do Coletivo, se o Coletivo se manterá atuante (Tobias Tomines, CEPMMA, 2020).

A se acompanhar e verificar, com atenção.

Nossa pesquisa, se dá no contexto das eleições de 2020. Durante a pesquisa, a candidatura coletiva do TNCS está posta, com William Siri à frente e com apoio de nomes importantes da esquerda fluminense.

A possível vitória desta construção coletiva nas urnas, tem influenciado e trazido para a luta na política institucional, outras candidaturas coletivas de qualidade para Zona Oeste, como, por exemplo a Coletiva Bem Viver. Além de outras iniciativas de construção coletiva se apresentando para o embate pelo direito à cidade em toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O que William Siri e o TNCS já apresentam como vitória no embate pelo direito à cidade em Campo Grande é a sensação de rejuvenescimento da política de construção do bem Comum, a partir de uma forma totalmente inovadora de se fazer política.

Em paralelo, se vislumbra, pelas escalas e interseccionalidades que os coletivos de Campo Grande estão assumindo, a possibilidade de se realizar a utopia do movimento global anticapitalista, construído quem sabe, a partir de uma região tão carente de políticas públicas, porém, historicamente geradora de espaços de esperança.

Esperança de que o Comum se faça realidade, a partir da construção coletiva dos bens comuns como realização do direito à cidade, obra e festa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem empírica junto aos coletivos atuantes na Região Administrativa de Campo Grande, Rio de Janeiro, através de uma metodologia de Geografia militante em movimento, tendo por base teórica a geográfica urbana crítica, confirma a hipótese de que estes grupos:

- a) Adquirem a consciência de classe do modelo de acumulação capitalista como raiz das demandas de direito à cidade, espoliadas no espaço urbano pelas elites e negligenciadas pelo Estado;
- b) Empoderem suas iniciativas identitárias e locais, evoluindo para estruturas interseccionais e interescolares, de escalas regionais para pautas globais;
- c) Se mobilizem buscando aproximação a outros coletivos e movimentos sociais, gerando uma rede de indignação global, valendo-se além de criatividade e novas formas de associação, além do uso das ferramentas de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs);

Grupos, entre os quais se destaca o Coletivo Tudo Numa Coisa Só, são forças transformadoras do espaço em que atuam e uma vez organizados e bem estruturados podem sim, atender à esperança utópica de que surja um movimento revolucionário anticapitalista global, tendo o direito à cidade como parâmetro e o Comum como princípio.

A partir da observação das formas de atuação das forças transformadoras de Campo Grande foi possível distinguirmos ao menos duas formas distintas de ações coletivas que se manifestam como força política e importantes agentes do direito à cidade:

### a) Redes de Mobilizações coletivas

Ações espontâneas, surgidas da necessidade de resposta ou de marcação de posição, defesa de direitos retirados ou contra-ataque a ações violentas, desafiadoras

ou repressoras do Estado, ou das forças hegemônicas sobre um dado grupo social, o qual se rebela e age.

Essa ação, muitas vezes, é por impulso do grupo ou de uma liderança capaz de organizar a mobilização, a qual após conseguir o sucesso de seu intento é desfeita. Seja porque perdeu a força política ou porque a reivindicação foi atendida. São exemplos destas mobilizações, entre outras:

- a) Moradores de uma comunidade montando barricadas com queima de pneus e fechando ruas como resposta a ataques da polícia, da milícia ou do tráfico;
- b) Mobilizações de estudantes e trabalhadores, como nas ruas brasileiras de maio de 2019, contra atos fascistas do governo Bolsonaro, de ameaça à educação, ciência e direitos trabalhistas;
- c) Ações como as aulas ao ar livre e em praças promovidas pelos professores brasileiros em resposta ao corte de verbas para a educação em junho de 2019;
- d) A organização da sociedade carioca doando cestas básicas para os funcionários públicos sem salário durante a crise fiscal do Rio de Janeiro em 2017;
- e) A solidariedade típica da periferia nos momentos de catástrofes naturais como enchentes, deslizamentos ou como em 2020 durante a pandemia, através de doações de cestas básicas para carentes, desempregados e sem-teto;
- f) As caminhadas e iniciativas de respeito e diálogo inter-religioso;
- g) Os “abraços”, caminhadas e limpezas voluntárias de espaços naturais e ecológicos como lagoas, parques, praias, bosques, florestas, entre outras. Como a mobilização pelo Parque Realengo 100% verde e o Movimento SOS Camboatá.

Em comum, estas ações coletivas possuem a característica preponderante da efemeridade. Nem sempre são amparadas por visões e posicionamentos políticos consistentes. Bem como, independente da justificativa ou dos méritos das causas maiores, geradoras dos conflitos motivadores da mobilização, terem sido ou não atendidas. Essas mobilizações se encerram de forma tão voluntária como se

iniciaram. Muitas delas, nem sequer sendo revisitadas ou lembradas para revisão e análise de resultados e proposta de novas ações.

Quando organizadas com criatividade, usando as redes de conectividade e relacionamento, podem ser o início de ações que afetem as forças conservadoras, capitalistas e o Estado. E, nesse caso, ampliem a escala de luta e representatividade a ponto de se tornarem redes de mobilização.

É o caso da mobilização Meu Trem, de uma moradora de Campo Grande, requerendo melhorias para seu modal de transporte. Esta, tendo sucesso juntou-se à Rede Meu Rio, por direito à cidade na Metrópole do Rio de Janeiro. Hoje o Coletivo de Redes de Mobilização, NOSSAS, congrega as diversas redes “Minhas”, das principais metrópoles brasileiras. Suas ações influenciam e geram “Nossas Vitórias” através de petições eletrônicas, mobilizações virtuais ou reais, vaquinhas eletrônicas e outras ferramentas, com a implantação, execução e fiscalização de políticas públicas, nos três poderes de estados, União e municípios.

#### b) Coletivos urbanos (ou simplesmente ... Coletivos)

Grupos organizados em torno de pautas comuns. Muitas vezes identitárias: gênero, raça, cultura. Outras de cunho social, econômico, saúde, educação, mobilidade urbana ou por comuns urbanos, configurando a luta política pelo direito à cidade. Independente da escala geográfica de luta, seja cidade, região administrativa, bairro, ou espaços virtuais com o uso das TICs, sua característica é uma atuação localizada, específica a um tempo e espaço próprios.

O principal aspecto positivo identificado é a capacidade de organização e agilidade destes grupos em se movimentarem e apresentar propostas de ação e efetivamente agirem pelas pautas que defendem. Exemplo desta organização é o fato de os coletivos estarem se configurando como fontes de agentes e ativistas para os movimentos sociais tradicionais e partidos políticos, ONGs, governos e suas atividades de composição e reconfiguração da sociedade e dos territórios onde atuam.

Como exemplo, citem-se os coletivos de Campo Grande, entre os quais se destacam o coletivo Tudo Numa Coisa Só, o Coletivo Negro Waldir Onofre; Coletiva de Mulheres da Zona Oeste; Coletivo Cultura ZO; Coletivo (R)existe Campo Grande; IFHEP; Rede CAU; MIR-ZO; Coletivo Cultural do Rio da Prata; e, o que a mais tempo

luta configurando Campo Grande como território de resistências, o Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves.

De nascidos a netos de moradores de Campo Grande, portadores em seus rostos e vidas, as rugosidades de histórias, lembranças e heranças do espaço rural tornado urbano na dinâmica capitalista da transformação espacial. Porém, portadores da esperança de construção de um novo modelo, os coletivos de Campo Grande demonstram consciência do que são, o que podem ser e por isso mesmo são portadores da esperança utópica, objetivo desta pesquisa, como em nome deles, responde o resistente militante Tobias.

“O capital é de uma malvadeza imensa. Para enfrentar o capital é preciso resiliência, resistência e reação. Como resiliência eu entendo a necessidade de a cada dia, nos refazermos da luta e nos esvaziarmos com arte, com poesia, com amor, com cachaça. No campo da resistência, entendo nossas mobilizações em Campo Grande com potencial, mas precisando se organizar mais. A pandemia nos deu esperança disso, pois mesmo com toda a necessidade de distanciamento, estamos mantendo através de *lives* nossas reuniões, como o Curso de Formação Política Marielle Franco, organizado pelo Coletivo de educação Popular Margarida Maria Alves. Mas é pouco. Precisamos reunir a Frente Ampla de Resistência Democrática – da Zona Oeste (FARD-ZO)<sup>33</sup>. A reação são os atos as respostas que vamos dar ao Sistema. No campo mais próximo, o que fazer num momento de tanta fraqueza e perda de mobilidade pelos trabalhadores. Organizar atos, manifestações, o capital parece que aprendeu a lidar com isso. Por isso, a esperança de que, iniciativas de jovens como o TNCS tragam frescor às nossas lutas. Mas, para ameaçar o capitalismo precisaremos ter opções para um novo modelo. E nesse ponto, o socialismo real também fracassou. Então o que fazer? Precisaremos construir (Tobias Tomines, CEPMMMA, 2020).

Com esta pesquisa, soubemos que precisamos construir o Movimento Anticapitalista Global. A construção, já aprendemos, é coletiva.

A reflexão sobre o que e como fazer é tema de uma próxima contribuição de nossa Geografia Militante à qual dedicaremos futura pesquisa numa Geografia necessariamente em movimento, alinhada assim com o mundo e seu tempo.

---

<sup>33</sup> A FARD-ZO é uma iniciativa de militantes, ativistas, coletivos e iniciativas populares organizada logo após as eleições de 2018. Seus idealizadores entendem que as eleições mostraram mais que a vitória de um grupo político, uma tendência perigosa a temas reacionários, fascistas e de ameaça à liberdade e à vida na população, da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Região da cidade onde ocorreu a maior votação de Jair Bolsonaro no Estado do Rio de Janeiro.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4ª ed. Rio de Janeiro, IPLAN-Rio/Zahar. 1987.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro, UFRJ/Contraponto. 2001.

AZEVEDO, Sergio de. **Políticas Públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação**. In Políticas públicas e direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais / organização Orlando Alves dos Santos Junior ... [et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

BALDEZ, Miguel. **A Luta Pela Terra: Conselho Popular**. Disponível em: <<http://alutapelaterra.blogspot.com/2011/04/conselho-popular-miguel-baldez.html>>. Acesso em 13.out.2019.

BARTHOLL, Thimo. **Territórios de resistência e movimentos sociais de base: uma investigação militante em favelas cariocas**. Niterói, 2015. 433 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense (UFF), 2015.

BERTONCELO, Edison R E. “Eu quero votar para presidente”: uma análise sobre a Campanha das Diretas. **Lua Nova**. São Paulo, n.76. 2009.

BRANDÃO, Lucas Coelho. **A literatura sobre movimentos sociais. Política institucional x não institucional**. BIB, São Paulo, nº 71, 1º semestre de 2011, pp. 123-143

**BRASIL**. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 379, de 09 de novembro de 2017. Insere parágrafo ao art. 14 da Constituição Federal para possibilitar o mandato coletivo no âmbito do Poder Legislativo. Portal da Câmara dos Deputados. República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2162>>, acesso em 06.nov.2020.

BURITY, Joanildo. Identidade e múltiplo pertencimento nas práticas associativas locais. **Cadernos de Estudos Sociais**. Recife, v.17, n.2, jul./dez. 2001.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. **“No sapatinho”: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011)**. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll. 2012.

CARDOSO, Adauto Lucio (org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro, Letra Capital. 2013.

CARLOS, Ana Fani. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo, v. 18 n. 2 p. 472-486. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/89588>>. Acesso em 16.mai.2020.

CARNEIRO, Henrique S. Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011. In Harvey, David et al. **Ocupy; Movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo, Boitempo: Carta Maior, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução Arlete Caetano. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1983.

CASTELLS, Manuel. Fin de un Mundo. Opinión. **La Vanguardia**, 04.abr.2020. Tradução do autor. Disponível em: <<https://www.lavanguardia.com/opinion/20200404/48287445172/fin-de-un-mundo.html>>, acesso em 03.nov.2020

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro, Zahar. 2017.

CERVO, Amado L; MELLO, Carlos E C de. **Imagens da Diplomacia Brasileira**. Brasília, FUNAG. 2010.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo, Boitempo. 2017. <Edição Kindle>

FERREIRA, Álvaro. A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. In: **IX Colóquio Internacional de Geocrítica**. Porto Alegre. 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <[www.ub.edu/geocrit/9porto/aferrei.htm](http://www.ub.edu/geocrit/9porto/aferrei.htm)> Acesso em 28.set.2019

FRANÇA, Gustavo H S. Relação Partidos Políticos - Movimentos Sociais e tensões (ainda) existentes: agendando uma pesquisa. **Revista Três Pontos 12.2, n.2 , 2015. Dossiê Estado, Governo e Políticas Públicas**. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3345/2125>> Acesso em 22.jan.2020.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16, n. 47, p. 333-361, maio-ago. 2011. São Paulo, USP. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/url/view.php?id=2346772>>. Acesso em 15.mai.2020.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo, Edições Loyola. 1997.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 29. UFRGS, Porto Alegre: 11–24, jan. 2003. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>>. Acesso em 15.mai.2020.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução Rogério Bettoni. São Paulo, Boitempo. 2016.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo, Annablume. 2005.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Edições Loyola. 2004.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. **Corona vírus e a luta de classes**. Brasil, Terra sem Amos. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. 4ª ed. Barcelona: Ediciones península, 1978

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Tradução Margarida Maria de Andrade, Sérgio Martins. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo, Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **Revolução urbana**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

LENCIONI, Sandra. **Urbanização difusa e a constituição de megarregiões. O caso de São Paulo-Rio de Janeiro**. In: E-metropolis. nº 22, ano 6 setembro de 2015

LEVY, Charmain. A sociedade política como elemento central na relação entre movimentos sociais e governos: o caso do Partido dos Trabalhadores. In: ROMÃO, Wagner de Melo; MARTELLI, Carla Gandini Giandi (orgs). **Participação política no Brasil. Ação coletiva e interfaces socioestatais**. São Paulo, Cultura Acadêmica. 2014.

LOPES, Lurdinha. **MNLM – Movimento Nacional de Lutas pela Moradia**. In Como fazer política em tempos de isolamento – 29. Direção: Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves. 2020. (1h50m20s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AGIUAYFHoI0&t=1994s>>, acesso em 26.set.2020

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias – planejamento urbano no Brasil**. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. pp. 121-192.

MATTOS, Hebe et al. (org.). **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado**. 1a. ed. São Paulo, Alameda, 2016.

MELO NETO, Moisés Monteiro de. **Manguetown, a representação do Recife (PE) na obra de Chico Science e outros poetas do movimento Mangue (“A cena recifense dos anos 90”)**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2004.

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de. Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro: entre o rural e o urbano. **Illuminuras**. Porto Alegre, v. 18, n. 45, p. 325-349, ago./dez, 2017.

RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Transformação da periferia e novas formas de desigualdades nas metrópoles brasileiras: um olhar sobre as mudanças na produção habitacional**. In Cad. Metrop., São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 217-236, abr 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3510>. Acesso em 14.dez.2020

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-80**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1995.

SANTOS JUNIOR, Orlando A. Participação e Insurgências. Ideias para uma agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais no contexto da inflexão ultraliberal no Brasil. **E-metropolis**, nº 39, dezembro de 2019. Disponível em: <[http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo\\_pdfs/000/000/304/original/emetropolis\\_39\\_art1.pdf?1580756166](http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/304/original/emetropolis_39_art1.pdf?1580756166)>. Acesso em: 11.abr.2020.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo, Universidade de São Paulo. 2006.

SILVA, Oséias Teixeira da. A região metropolitana do Rio de Janeiro na atualidade: recuperação econômica e reestruturação espacial. **CONFINS – Revista franco brasileira de geografia**. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/10421>>. Acesso em: 02.fev.2020.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988  
TILLY, Charles. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010.

TOURAINE, Alain (1985). An introduction to the study of social movements. **Social Research**, v. 52, n. 4. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40970397>>. Acesso em 31.mar.2020.

TOURAINE, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, jan. /abr. 2006

TURRA NETO, Nécio. Metodologias de pesquisa para o estudo geográfico da sociabilidade juvenil. In. **Espaço geográfico em análise -RA´E GA**. Departamento de Geografia – UFPR Curitiba, PR. 23 (2011), p. 340-375.

## **ANEXO A – Consentimentos de Entrevistas**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTAS - Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves (CEPMMA)**

---

#### **OBJETIVO:**

Entender, em sintonia com a problemática da pesquisa, se:

- 1 - O Coletivo TNCS realmente se apresenta com potencial para integrar a rede de Indignação Anticapitalista Global;
- 2 – Se se confirma Campo Grande como um Território de Resistência, a partir da ação dos coletivos e movimentos locais, entre os quais se destaca o TNCS
- 3 - A possibilidade de Escalabilidade da Disputa do Local ao Global, pelo direito à cidade, a partir do Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves e das iniciativas de mobilização a partir do CEPMA, como a FARD-ZO, o 2as Política e o Curso de Política Popular Marielle Franco

#### **Abordagem:**

Com este Coletivo, dada a proximidade com os membros, pratiquei a Observação participante, grupos de debates, via aplicativos de interconectividade como ZOOM e Meet e entrevista com Tobias Tomines em 09 de julho de 2020.

---

#### **ESCALA DE DISPUTA:**

Cidade, Estado, País, Global (captada durante a entrevista, quando o entrevistado afirma que os coletivos de Campo Grande discutem e formulam suas articulações e mobilizações da perspectiva de enfrentamento ao Capitalismo)

#### **Entrevistado: Tobias Tomines Faria**

Liderança das articulações em rede dos diversos Coletivos de Campo Grande, com iniciativas como os Encontros 2as Políticas, Curso de formação Política Marielle Franco e a Frente Ampla de Resistência Democrática ZO (FARD).

## **Objetivo**

Confirmar a tese da pesquisa de Campo Grande como um território de Resistências e ratificar a importância do TNCS no contexto de Resistência da RA Campo Grande.

## **Pergunta norteadora da entrevista**

Frente a disputa pelo direito à cidade na escala de município, estado, país e se através da FARD (ZO) é possível se estabelecer a integração do TNCS ou dos coletivos de Campo Grande às Iniciativas anticapitalistas globais (Fórum Social mundial)

### **1. Fale um pouco de você e sua trajetória política pessoal. Como se constrói sua militância política? Como se deu? Quando (momento do país, ou idade, se preferir)? Qual a motivação (Houve um primeiro fato gerador da adesão?)**

< Tobias > tenho 56 anos, sou nascido e criado em Campo Grande. Sou de uma família de origem católica e meus pais sempre foram engajados na Igreja. Ao mesmo tempo, formaram uma consciência política a partir do entendimento e da sua vivência de fé e passaram isso para os filhos. Jovem fui seminarista e participei de grupos políticos ligados às Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Minha ideologia política se forma a partir da Teologia da Libertação e de documentos da Igreja como os das Conferências episcopais de Medellín e Puebla.

Houve um fato marcante em minha militância. Foi quando, na juventude, conheci a história de Mahatma Gandhi. Quando vi a vida de Gandhi descobri que Gandhi era leigo e militava pela justiça e pela paz, descobri que não precisava ser padre para defender e militar pelas causas que eu acreditava justas. Daí meu engajamento à militância política.

### **2. Porque optou por participar de Mobilizações Coletivas, ao invés de ONGs, partidos, ou outros movimentos sociais?**

< Tobias > Na verdade, militei no PT na década de 1980. Participei da construção e fundação do partido na Zona Oeste. Votei e fiz campanha pelo PT e ainda voto em candidatos do PT e tenho amigos na Direção do Partido. Porém, rompi com o partido e me desfiliei quando percebi que não representava mais de forma fiel as bandeiras formadoras do partido. O partido se afastou das bases populares e optou por um jogo político com o qual não concordo. Porém, deixei a política partidária “pela esquerda”.

Continuo militando pela construção de alternativas populares e sociais ao modelo de governo e de organização econômica imposta pelo capital.

Quanto a movimentos sociais, fui Dirigente no Movimento Estudantil. Participei a partir dos Círculos Bíblicos e das CEBs da Igreja Católica, das Associações de Moradores e de Movimentos pela moradia, entre outros. Porém, atualmente, entendo que a dinâmica de mobilizações coletivas estejam atendendo mais completamente aos propósitos de organização das pessoas, em torno de pautas comuns.

**3. Você mora na Região de Campo Grande? Através desta sua relação com o território, e das iniciativas, das quais você participa e lidera: o encontro de coletivos “2as políticas”, a Frente Ampla de Resistência Democrática da Zona Oeste (FARD – ZO), Coletivos como o IFHEP e o Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves) você percebe participação do coletivo Tudo Numa Coisa Só nas disputas pelos comuns urbanos, no contexto do direito à cidade?**

< Tobias > O coletivo Tudo Numa Coisa Só é uma coisa muito bonita que está acontecendo na Zona Oeste. A juventude e os sonhos que estes jovens representam, trouxe um ar muito bacana à política aqui na Região. O Siri é um rapaz fantástico com uma capacidade de liderança e mobilização incrível. Vejo o Coletivo com potencial para integrar -, como eles até o fazem, e precisam fazer mais – as redes de coletivos da Zona Oeste. A partir daí, fazerem um discurso de enfrentamento ao capitalismo. Porém, vejo um risco, as ações do coletivo têm tido como objetivo a plataforma política da eleição do William Siri na política institucional. Fico preocupado se, uma vez eleito o Siri, como ele é a principal liderança do Coletivo, se o Coletivo se manterá atuante.

**4. Há uma formulação teórica na Geografia Urbana, proposta pelo Geógrafo David Harvey (2016) de que as mobilizações coletivas com suas diversidades de pautas representam uma ameaça ao modelo de acumulação capitalista atual, desde que consigam organizar estas pautas em um único movimento revolucionário global. Você acredita que iniciativas coletivas em andamento na Região de Campo Grande, entre as quais o TNCS podem integrar uma rede mundial de indignação contra o capitalismo?**

< Tobias > Conheço esta formulação teórica do Harvey e a vejo como uma grande utopia. O capital é de uma malvadeza imensa. Para enfrentar o capital é preciso resiliência, resistência e reação.

Como resiliência eu entendo a necessidade de a cada dia, nos refazermos da luta e nos esvaziarmos com arte, com poesia, com amor, com cachaça.

No campo da resistência, entendo nossas mobilizações em Campo Grande com potencial, mas precisando se organizar mais. A pandemia nos deu esperança disso, pois mesmo com toda a necessidade de distanciamento, estamos mantendo através de “lives” nossas reuniões, como o Curso de Formação Política Marielle Franco, organizado pelo Coletivo de educação Popular Margarida Maria Alves. Mas é pouco. Precisamos reunir a FARD e antes da pandemia, o movimento estava um tanto quanto desanimado.

A reação são os atos as respostas que vamos dar ao Sistema. No campo mais próximo, o que fazer num momento de tanta fraqueza e perda de mobilidade pelos trabalhadores. Organizar atos, manifestações, o capital parece que aprendeu a lidar com isso. Por isso, a esperança de que, iniciativas de jovens como o TNCS tragam frescor às nossas lutas.

Mas, para ameaçar o capitalismo precisaremos ter opções para um novo modelo. E nesse ponto, o socialismo real também fracassou. Então o que fazer? Precisaremos construir.

**5. Voltando um pouco ao Circuito próximo – Campo Grande. Você vê o coletivo TNCS com potencial para participar de uma eventual rede de indignação mundial contra o capitalismo?**

<Tobias> Sim. Porém, vão precisar abrir mão da política institucional em nome deste objetivo maior.

## Formulário de Consentimento - Tobias Tomines Faria


**PPGEO-UERJ**  
 Programa de Pós-graduação em Geografia

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ**  
**CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE ENTREVISTA**

A Pesquisa **MOBILIZAÇÕES COLETIVAS PELO DIREITO À CIDADE EM CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO: TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIAS** visa investigar os coletivos populares como alternativa de resistência e mobilização popular pelo Direito à Cidade, em Campo Grande, Rio de Janeiro. Consideramos ainda, a possibilidade de debater a contribuição destas manifestações locais ao movimento anticapitalista global. Para isso, pretende-se escutar membros destes coletivos, em especial o Coletivo Tudo Numa Coisa Só, identificado por esta pesquisa como potencial integrante de uma eventual Rede de Indignação Mundial, para captar se as mobilizações empreendidas pelo coletivo trafegam entre as escalas local, a Luta pelo Direito à Cidade em Campo Grande, à global, a integração às pautas de um movimento anticapitalista global que ameace o modelo de acumulação capitalista atual.

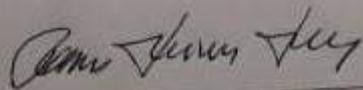
Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não serão divulgados fora do contexto de publicação da pesquisa, de modo que ela não oferece nenhum risco aos participantes.

O pesquisador responsável é **EDIVAN DE OLIVEIRA FULGENCIO**, Mestrando em Geografia pelo PPGEO-UERJ, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as participantes, antes, durante e depois das entrevistas. Podendo ser contatado pelos telefones: 21 97645-5230; ou ainda pelo correio eletrônico edifull@gmail.com.

Eu, TOBIAS TOMINES FARIA  
 portador/a da identidade 06197926-9, residente a RUA MARCELO COLUCCI 528 - CPO G04,  
 declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, autorizo que seja usada posteriormente por terceiros vinculados à UERJ, que ficará com a guarda do material após o término da pesquisa.

Também informo que  
 permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa  
 não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.

Rio de Janeiro, 05 de julho de 2020

  
 Participante da Pesquisa

  
 Pesquisador

## **ROTEIRO DE ENTREVISTAS - Coletivo tudo Numa Coisa Só (TNCS)**

---

### **OBJETIVO:**

Entender, em sintonia com a problemática da pesquisa, se:

- 1 - O Coletivo TNCS compreende seu potencial para integrar uma rede de indignação anticapitalista global?
- 2 – Campo Grande se configura como um Território de Resistências, a partir da ação do Coletivo Tudo Numa Coisa Só nas lutas pelo direito à cidade?
- 3 - A possibilidade de Escalabilidade da Disputa do Local ao Global, pelo direito à cidade, a partir do TNCS e das diversas formas de mobilização ativadas pelo coletivo. Como se dá a perspectiva de luta via política institucional, a partir a partir das candidaturas de William Siri.

### **Abordagem:**

Com este Coletivo, um fato marcante foi a diferença de idade do pesquisador em relação aos membros do Coletivo. A estratégia foi apresentar palestra sobre a causa ambiental e auxiliar na confecção do Programa de Meio Ambiente para a Campanha de William Siri, a vereador pelo PSOL, nas eleições municipais de 2020.

Proposta de Política Ambiental, em anexo a este documento.

Pratiquei a Observação participante, grupos de debates e encontros, como o de 05 de julho de 2020, onde efetivei reunião com o coletivo, via Meet, em que tratamos a História e Identidade do Grupo. As impressões desta reunião, registradas por áudio, encontram-se transcritas ao longo da dissertação.

---

## **Coletivo Tudo Numa Coisa Só**

**Encontro para Tratar a História e Identidade do Grupo: Domingo 05/07/2020**

### **Perguntas:**

#### **1. Para os fundadores do coletivo:**

1 – Como surge o Coletivo?

Quando, qual o contexto sócio-político, qual a motivação (Houve um primeiro fato gerador da articulação?)

2 – Vocês conheciam a forma de articulação política que hoje se entende como coletivos urbanos e optaram conscientemente por esta organização, ou foi algo que aconteceu espontaneamente?

3 - Podem narrar um pouco da história do coletivo?

4 – Observando “de fora” o coletivo, percebe-se uma organização por pautas: mulheres, negros, cultura, diálogo inter-religioso... Existe esta estrutura de fato? Como se dá? Há lideranças formalmente estabelecidas, por exemplo: eleições ou nomeações, ou as mesmas são conquistadas e referendadas pelo grupo?

5 – Pesquiso os coletivos sob a ótica de uma formulação teórica da Geografia Urbana, a partir do filósofo francês Henri Lefebvre (2001) de que a Disputa pelos comuns urbanos se dá no contexto do direito à cidade.

<< pesquisador fala um pouco ao coletivo sobre sua pesquisa >>

5.1 - Vocês conheciam ou já tinham ouvido sobre esta formulação teórica?

5. 2 - Vocês acreditam que o Coletivo TNCS realiza esta disputa?

5. 3 - Em que território? E como vocês se relacionam com este território

**2. Para os membros do coletivo:**

1 – Como se deu sua aproximação com o Coletivo?

Quando, qual o contexto sócio-político, qual a motivação (Houve um primeiro fato gerador da adesão?)

2 – Porque optou por participar do Coletivo, ao invés de ONGs, partidos, ou outros movimentos sociais?

3 - Podem narrar um pouco da sua história no coletivo?

4 – Qual sua colaboração no coletivo?

5 – Você mora na Região de Campo Grande? De que forma essa sua relação com o território se conecta à sua participação no coletivo

A seguir, formulários de consentimento de publicação.

## Coletivo Tudo Numa Coisa Só – William Carlos Brum Bispo (William Siri)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ  
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA

### TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE ENTREVISTA

A Pesquisa **MOBILIZAÇÕES COLETIVAS PELO DIREITO À CIDADE EM CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO: TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIAS** visa investigar os coletivos populares como alternativa de resistência e mobilização popular pelo Direito à Cidade, em Campo Grande, Rio de Janeiro. Consideramos ainda, a possibilidade de debater a contribuição destas manifestações locais ao movimento anticapitalista global. Para isso, pretende-se escutar membros destes coletivos, em especial o Coletivo Tudo Numa Coisa Só, identificado por esta pesquisa como potencial integrante de uma eventual Rede de Indignação Mundial, para captar se as mobilizações empreendidas pelo coletivo trafegam entre as escalas local, a Luta pelo Direito à Cidade em Campo Grande, à global, a integração às pautas de um movimento anticapitalista global que ameaça o modelo de acumulação capitalista atual.

Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não serão divulgados fora do contexto de publicação da pesquisa, de modo que ela não oferece nenhum risco aos participantes.

O pesquisador responsável é **EDIVAN DE OLIVEIRA FULGENCIO**, Mestrando em Geografia pelo PPGEO-UERJ, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as participantes, antes, durante e depois das entrevistas. Podendo ser contatado pelos telefones: 21 97645-5230; ou ainda pelo correio eletrônico edifull@gmail.com.

Eu, William Carlos Brum Bispo,  
portador/a da identidade 27.933.101-1, residente a RUA AVAREZ - CAMPO GRANDE/RJ,  
declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, autorizo que seja usada posteriormente por terceiros vinculados à UERJ, que ficará com a guarda do material após o término da pesquisa.

Também informo que

- ( ) permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa  
( ) não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.

Rio de Janeiro, 05 de julho de 2020

*Edivan de Oliveira Fulgencio*

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## Coletivo Tudo Numa Coisa Só – Cleiton Bezerra



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ  
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA

### TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE ENTREVISTA

A Pesquisa **MOBILIZAÇÕES COLETIVAS PELO DIREITO À CIDADE EM CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO: TERRITORIO DE RESISTENCIAS** visa investigar os coletivos populares como alternativa de resistência e mobilização popular pelo Direito à Cidade, em Campo Grande, Rio de Janeiro. Consideramos ainda, a possibilidade de debater a contribuição destas manifestações locais ao movimento anticapitalista global. Para isso, pretende-se escutar membros destes coletivos, em especial o Coletivo Tudo Numa Coisa Só, identificado por esta pesquisa como potencial integrante de uma eventual Rede de Indignação Mundial, para captar se as mobilizações empreendidas pelo coletivo trafegam entre as escalas local, a Luta pelo Direito à Cidade em Campo Grande, à global, a integração às pautas de um movimento anticapitalista global que ameace o modelo de acumulação capitalista atual.

Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não serão divulgados fora do contexto de publicação da pesquisa, de modo que ela não oferece nenhum risco aos participantes.

O pesquisador responsável é **EDIVAN DE OLIVEIRA FULGENCIO**, Mestrando em Geografia pelo PPGEO-UERJ, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as participantes, antes, durante e depois das entrevistas. Podendo ser contatado pelos telefones: 21 97645-5230; ou ainda pelo correio eletrônico edifull@gmail.com.

Eu, Cleiton Bezerra,  
portador/a da identidade 25470187-3, residente a  
Rua Descelegua nº 20 - Campo Grande, RJ  
declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, autorizo que seja usada posteriormente por terceiros vinculados à UERJ, que ficará com a guarda do material após o término da pesquisa.

Também informo que

- permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa  
 não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.

Rio de Janeiro, 05 de julho de 2020

Cleiton Bezerra  
Participante da Pesquisa

Edivan de Oliveira Fulgencio  
Pesquisador

**Coletivo Tudo Numa Coisa Só – Gustavo Filgueiras Viana**


**PPGEO-UERJ**  
 UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ  
 CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS  
 INSTITUTO DE GEOGRAFIA

**TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE ENTREVISTA**

A Pesquisa **MOBILIZAÇÕES COLETIVAS PELO DIREITO À CIDADE EM CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO: TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIAS** visa investigar os coletivos populares como alternativa de resistência e mobilização popular pelo Direito à Cidade, em Campo Grande, Rio de Janeiro. Consideramos ainda a possibilidade de debater a contribuição destas manifestações locais ao movimento anticapitalista global. Para isso, pretende-se escutar membros destes coletivos, em especial o Coletivo Tudo Numa Coisa Só, identificado por esta pesquisa como potencial integrante de uma eventual Rede de Indignação Mundial, para captar se as mobilizações empreendidas pelo coletivo trafegam entre as escalas local, a Luta pelo Direito à Cidade em Campo Grande, a global, a integração às pautas de um movimento anticapitalista global que ameaça o modelo de acumulação capitalista atual.

Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não serão divulgados fora do conteúdo de publicação da pesquisa, de modo que ela não ofereça nenhum risco aos participantes.

O pesquisador responsável é **EDIVAN DE OLIVEIRA FULGENCIO**, Mestrando em Geografia pelo PPGEO-UERJ, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as participantes, antes, durante e depois das entrevistas. Podendo ser contatado pelos telefones: 21 97645-5230; ou ainda pelo correio eletrônico [edifull@gmail.com](mailto:edifull@gmail.com).

Eu, Gustavo Filgueiras Viana  
 portador/a da identidade 22.540.640-4 residente a Rua Lalo Jorge Prado 61 / apto 102

declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, autorizo que seja usada posteriormente por terceiros vinculados à UERJ, que ficará com a guarda do material após o término da pesquisa.

Também informo que  
 permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa  
 não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.

Rio de Janeiro, 05 de julho de 2020

Gustavo Filgueiras Viana  
 Participante da Pesquisa

  
 Pesquisador

## Coletivo Tudo Numa Coisa Só – Christian Cardoso Soares



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ  
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA

### TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE ENTREVISTA

A Pesquisa **MOBILIZAÇÕES COLETIVAS PELO DIREITO À CIDADE EM CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO: TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIAS** visa investigar os coletivos populares como alternativa de resistência e mobilização popular pelo Direito à Cidade, em Campo Grande, Rio de Janeiro. Consideramos ainda, a possibilidade de debater a contribuição destas manifestações locais ao movimento anticapitalista global. Para isso, pretende-se escutar membros destes coletivos, em especial o Coletivo Tudo Numa Coisa Só, identificado por esta pesquisa como potencial integrante de uma eventual Rede de Indignação Mundial, para captar se as mobilizações empreendidas pelo coletivo trafegam entre as escalas local, a Luta pelo Direito à Cidade em Campo Grande, à global, a integração às pautas de um movimento anticapitalista global que ameaça o modelo de acumulação capitalista atual.

Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não serão divulgados fora do contexto de publicação da pesquisa, de modo que ela não oferece nenhum risco aos participantes.

O pesquisador responsável é **EDIVAN DE OLIVEIRA FULGENCIO**, Mestrando em Geografia pelo PPGEO-UERJ, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as participantes, antes, durante e depois das entrevistas. Podendo ser contatado pelos telefones: 21 97645-5230; ou ainda pelo correio eletrônico edifull@gmail.com.

Eu, **CHRISTIAN CARDOSO SOARES**, portador/a da identidade **23.486.110-2, DETRAN/RJ**, residente a CAMINHO DA BICA, 941, BARRA DE GUARATIBA, RIO DE JANEIRO - RJ, declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, autorizo que seja usada posteriormente por terceiros vinculados à UERJ, que ficará com a guarda do material após o término da pesquisa.

Também informo que

permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa

não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.

Rio de Janeiro, 05 de julho de 2020

Participante da Pesquisa

Pesquisador

**Coletivo Tudo Numa Coisa Só - Lindalva Cabral**

PPGEO-UERJ

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ  
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA

TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE ENTREVISTA

A Pesquisa MOBILIZAÇÕES COLETIVAS PELO DIREITO À CIDADE EM CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO: TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIAS visa investigar os coletivos populares como alternativas de resistência e mobilização popular pelo Direito à Cidade, em Campo Grande, Rio de Janeiro. Consideramos ainda, a possibilidade de debater a contribuição destas manifestações locais ao movimento anticapitalista global. Para isso, pretende-se ouvir membros destes coletivos, em especial o Coletivo Tudo Numa Coisa Só, identificado por esta pesquisa como potencial integrante de uma eventual Rede de Indignação Mundial, para captar se as mobilizações empreendidas pelo coletivo traçam entre as escalas local, a Luta pelo Direito à Cidade em Campo Grande, a global, a integração às pautas de um movimento anticapitalista global que ameaça o modelo de acumulação capitalista atual.

Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não serão divulgados fora do contexto de publicação da pesquisa, de modo que ela não ofereça nenhum risco aos participantes.

O pesquisador responsável é EDIVAN DE OLIVEIRA FULGENCIO, Mestrando em Geografia pelo PPGEO-UERJ, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as participantes, antes, durante e depois das entrevistas. Podendo ser contatado pelos telefones: 21 97545-8230 ou ainda pelo correio eletrônico edful@gmail.com.

Eu, Lindalva Cabral  
profadora de identidade 032.250004 residente a Rua Maria Branca de Santa M's 1002  
declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, autorizo que seja usada posteriormente por terceiros vinculados à UERJ, que ficará com a guarda do material após o término da pesquisa.

Também informo que:  
 permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa  
 não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.

Rio de Janeiro, 05 de julho de 2020

Lindalva Cabral  
Participante da Pesquisa

Edivan de Oliveira Fulgencio  
Pesquisador

## Coletivo Tudo Numa Coisa Só – João Henrique Santos de Oliveira

**PPGEO-UERJ**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ  
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA

**TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE ENTREVISTA**

A Pesquisa **MOBILIZAÇÕES COLETIVAS PELO DIREITO À CIDADE EM CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO: TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIAS** visa investigar os coletivos populares como alternativa de resistência e mobilização popular pelo Direito à Cidade, em Campo Grande, Rio de Janeiro. Consideramos ainda, a possibilidade de debater a contribuição destas manifestações locais ao movimento anticapitalista global. Para isso, pretende-se escutar membros destes coletivos, em especial o Coletivo Tudo Numa Coisa Só, identificado por esta pesquisa como potencial integrante de uma eventual Rede de Indignação Mundial, para captar se as mobilizações compreendidas pelo coletivo trafegam entre as escalas local, a Luta pelo Direito à Cidade em Campo Grande, à global, a integração às pautas de um movimento anticapitalista global que ameace o modelo de acumulação capitalista atual.

Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não serão divulgados fora do contexto de publicação da pesquisa, de modo que ela não oferece nenhum risco aos participantes.

O pesquisador responsável é **EDIVAN DE OLIVEIRA FULGENCIO**, Mestrando em Geografia pelo PPGEO-UERJ, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as participantes, antes, durante e depois das entrevistas. Podendo ser contatado pelos telefones: 21 97645-5230; ou ainda pelo correio eletrônico edifull@gmail.com.

Eu, JOÃO HENRIQUE SANTOS DE OLIVEIRA, portador/a da identidade 114127616-1, residente a Rua: Machado L.03.065 C. GRANDE - CRX 23047 330 declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, autorizo que seja usada posteriormente por terceiros vinculados à UERJ, que ficará com a guarda do material após o término da pesquisa.

Também informo que  
 permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa  
 não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.

Rio de Janeiro, 05 de julho de 2020

João Henrique Santos de Oliveira  
Participante da Pesquisa

Edivan de Oliveira Fulgencio  
11412  
Pesquisador

## **ROTEIRO DE ENTREVISTAS - Coletivo Negro Waldir Onofre**

---

### **OBJETIVO:**

Entender, em sintonia com a problemática da pesquisa, se:

1 – Campo Grande se configura como um Território de Resistências, a partir da ação do Coletivo Negro Waldir Onofre nas lutas pelo Comum, a partir da questão étnico-racial?

2 - A possibilidade de escalabilidade e interseccionalidade do Local ao Global, pelo direito à cidade, a partir do Movimento Negro e suas diversas formas de mobilização ativadas pelo coletivo. Como se dá a perspectiva de luta em favor do Comum, como princípio de lutas (Dardot, Laval, 2017)?

### **Abordagem:**

1. Interação com os membros em mobilizações e práticas militantes comuns. Por exemplo, a caminha da do MIR-ZO, as reuniões da FARD-ZO, os encontros 2as políticas e ações da pastoral afro.

2. Conversa via aplicativo “Meet” com Ingrid Nascimento. Estímulo à História oral. As impressões dessa reunião, registradas por áudio, encontram-se transcritas ao longo da dissertação.

---

## Coletivo Negro Waldir Onofre – Ingrid Nascimento Amaral


 Programa de Pós-Graduação em Geografia  
**PPGEO-UERJ**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ**  
**CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DE ENTREVISTA**

A Pesquisa **MOBILIZAÇÕES COLETIVAS DE CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO, DO DIREITO À CIDADE À UTOPIA ANTICAPITALISTA GLOBAL** investiga os coletivos populares como alternativa de resistência e mobilização popular pelo Direito à Cidade, em Campo Grande, Rio de Janeiro. Consideramos ainda, a possibilidade de debater a contribuição destas manifestações locais ao movimento anticapitalista global. Para isso, pretende-se escutar membros destes coletivos, neste caso, o **COLETIVO NEGRO WALDIR ONOFRE**, para captar se as mobilizações empreendidas pelo coletivo trafegam entre as escalas locais, à escala global, numa possível integração às pautas de um movimento anticapitalista global que ameace o modelo de acumulação capitalista atual.

Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não serão divulgados fora do contexto de publicação da pesquisa, de modo que ela não oferece nenhum risco aos participantes.

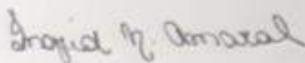
O pesquisador responsável é **EDIVAN DE OLIVEIRA FULGENCIO**, Mestrando em Geografia pelo PPGEO-UERJ, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as participantes, antes, durante e depois das entrevistas. Podendo ser contatado pelos telefones: 21 97645-5230; ou ainda pelo correio eletrônico [edifull@gmail.com](mailto:edifull@gmail.com).

Eu, Ingrid Nascimento Amaral  
 portadora da identidade 29.502.999-9, residente a  
Rua Sérgio Freixo Junior, 12 - Bairro Campo Grande

declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, autorizo que seja usada posteriormente por terceiros vinculados à UERJ, que ficará com a guarda do material após o término da pesquisa.

Também informo que  
 permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa  
 não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.

Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2020

  
 Participante da Pesquisa

  
 Pesquisador

**ANEXO B – Propostas de Políticas Públicas Socioambientais para Zona Oeste (AP5)  
– Eleições Municipais de 2020<sup>34</sup>**



**Políticas Públicas para a Zona Oeste nas Eleições Municipais de 2020**

**Grupo ZO Socioambientais**

Representante: Edivan Fulgencio

Morador de Campo Grande, Geógrafo, Professor. Militante Socioambiental. Membro da Comissão Pastoral de Meio Ambiente do Rio de Janeiro e da Articulação das Pastorais Ambientais do Brasil; Conselheiro no CONSEMAC - RJ

Questões socioambientais reclamadas para a Zona Oeste (Atenção, pois apesar de falar Zona Oeste, nossa atuação é na AP5, Área de Planejamento 5 do Município do Rio de Janeiro, a qual contempla as Regiões Administrativas de Realengo, Bangu, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz; enquanto a AP4, abrange Jacarepaguá, Barra e Cidade de Deus).

**Questões fundiárias**

1. Controlar com apoio do Estado e Governo Federal (Forças de Segurança – se necessário) o avanço de loteamentos irregulares nos entornos das APAs. Sobretudo Mendanha e Rio da Prata, áreas já delimitadas como Unidades de Conservação.

**Unidades de Conservação**

2. Implantar agentes locais de defesa ambiental remunerados, nos mesmos moldes dos agentes de saúde (geração de trabalho e renda).
3. Confirmação e ação da Prefeitura para consolidação das APAs já aprovadas e paralisadas na AP5, assim como reestruturar os meios e infraestrutura das APAS;
4. Garantir a permanência e a consolidação como Área de Proteção Ambiental (APA), da Floresta do Camboatá - Barrar o Autódromo e transformar a área em um parque de lazer ecológico na Região.
5. Garantir e consolidar o Parque Realengo 100% Verde para a População de Realengo

<sup>34</sup> Este documento faz parte da prática de pesquisa em campo. Laboratório de Geografia em Movimento, conforme Metodologia de pesquisa adotada em dissertação para obtenção do grau de Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade do Rio de Janeiro (PPGEO-UERJ), de Edivan de Oliveira Fulgencio. Seu conteúdo pode e deve ser utilizado, sobretudo para fins de desenvolvimento de planejamento ou efetivação das Políticas Públicas aqui propostas, desde que o autor seja consultado ou a fonte seja citada. (Org. Fulgencio, 2020).



6. Assegurar a APA Cantagalo – Inhoaíba - Sta. Eugenia, a qual se encontra projetada e aguardando apenas a assinatura do prefeito para ser dado andamento ao projeto. O qual já foi aprovada em 2 consultas populares.
7. Projetar e desenvolver o Parque ecológico da Serra de Paciência
8. Realizar o manejo e adequação das trilhas e áreas de caminhadas ecológicas na AP5 (Complexos Mendanha-Gericinó; Pedra Branca; APAS, Parques e UCs).
9. Circuito ecológico da AP5 integrado à Trilha Carioca > gerando ecoturismo, geração de emprego e renda, qualidade de vida, saúde lazer para a comunidade.
10. Criar incentivos fiscais a instituições (empresas, religiosos, clubes) e pessoas que promovam plantio de árvores em suas casas, terrenos e edificações;
11. Garantir a participação da comunidade nos projetos ambientais, tanto no planejamento e na execução, bem como após o lançamento das Unidades de Conservação (UCs). Por exemplo: Programas de guias locais (adultos e mirins) para as trilhas e incentivo a pequenos negócios ecologicamente sustentáveis relacionados e próximos aos espaços das unidades de conservação
12. Transformar ocupações populares nas Regiões definidas para as APAs em RPPNs, ao invés de desabrigar moradores de baixa renda.
13. Estender o projeto de Hortas comunitárias para todas as escolas da rede municipal, bem como para espaços degradados da comunidade, gerando espaços de educação ambiental, geração de renda, melhoria na qualidade de vida e resgate da estima social pelo local onde se mora
14. Estender as feiras agroecológicas ao maior número possível de bairros, estimulando o pequeno produtor rural;
15. Acompanhar a agenda do saneamento básico e disputar um modelo oposto ao da privatização, bem como monitorar a implantação do modelo, garantindo o acesso à população periférica e de baixa renda
16. Garantir uma agenda com participação das comunidades ribeirinhas de limpeza e dragagem de córregos e rios;



17. Propor uma política de resíduos sólidos para o Município do Rio de Janeiro, principalmente para a AP5. Uma proposta: Tornar carroceiros e catadores em parceiros para a coleta seletiva de lixo doméstico e entulho, gerando emprego e renda e diminuindo a pressão sobre as calhas de córregos e rios;
18. Garantir a coleta regular e seletiva pela Comlurb nas regiões periféricas
19. Apoiar iniciativas de Coleta de compostagem doméstica apoiando iniciativas de empreendimentos neste sentido e comprando através da prefeitura os insumos e produtos gerados por estas iniciativas.
20. Sobre agenda ambiental no Planejamento Urbano, efetivar na cidade a agenda urbana proposta por ONGs, entidades da Sociedade civil organizada e organismos nacionais e internacionais, como por exemplo a Agenda 2030 (em parceria com ONGs como a Defensores do Planeta).